



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
(MESTRADO) – UEPB/UFCG**

**ISABELE APARECIDA GOMES PEREIRA**

**Assentamentos rurais e qualidade de vida: um estudo de caso no PA Santa  
Verônica – município de Damião/PB**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2013**

**ISABELE APARECIDA GOMES PEREIRA**

**Assentamentos rurais e qualidade de vida: um estudo de caso no PA Santa  
Verônica – município de Damião/PB**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/UEPB), como requisito à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ramonildes Alves Gomes

CAMPINA GRANDE  
2013

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P436a Pereira, Isabele Aparecida Gomes.

Assentamentos rurais e qualidade de vida [manuscrito] : um estudo de caso no PA Santa Verônica – município de Damião/PB / Isabele Aparecida Gomes Pereira. - 2013.

137 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2013.

"Orientação: Prof. Dr. Ramonildes Alves Gomes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional".

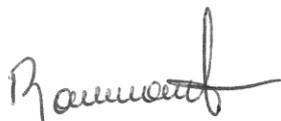
1. Assentamento rural. 2. Qualidade de vida. 3. Trabalhadores rurais. 4. Reforma agrária. I. Título.

21. ed. CDD 331.31

**ISABELE APARECIDA GOMES PEREIRA**

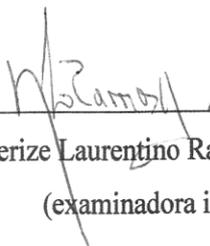
**Assentamentos Rurais e Qualidade de Vida: um estudo de caso no PA Santa Verônica –  
município de Damião/PB.**

Dissertação aprovada em 21/10/2013

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Ramonildes Alves Gomes  
(Orientadora e presidente da banca)



---

Prof. Dr<sup>a</sup> Nerize Laurentino Ramos – PPGDR/UEPB  
(examinadora interna)



---

Prof. Dr. Roberto de Sousa Miranda – CCTA/UFCG  
(examinador externo)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela graça da existência e por todas as missões e virtudes confiadas na trajetória que venho percorrendo.

À minha família, pelo apoio incondicional, não medindo esforços para contribuir decisivamente na minha educação e formação social e humana.

Ao meu querido noivo João Guilhermino, que além do apoio emocional, me conduziu ao assentamento e me acompanhou em todos os dias de pesquisa de campo.

À minha orientadora Ramonildes Alves Gomes, por ter aceitado me orientar neste trabalho, por todas as contribuições e pelo decisivo estímulo transmitido para a realização do mesmo.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram não só com a materialização deste sonho, mas também com o delinear da minha história.

"Admite-se geralmente que toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, têm em mira um bem qualquer; e, por isso foi dito, com muito acerto, que o bem é aquilo que todas as coisas tendem."

Aristóteles

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os elementos que contribuem para a definição da qualidade de vida das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Santa Verônica, localizado no município de Damião-PB. Pensando na hipótese de que o assentamento é uma estratégia capaz de provocar mudanças que, em menor ou maior grau, contribuem para a realização da qualidade de vida de famílias de agricultores historicamente excluídos, tentamos entender em que medida a qualidade de vida percebida pelas famílias pode indicar algum grau de desenvolvimento, como também em que medida é possível pensar a experiência do assentamento como uma dimensão importante para o desenvolvimento e para a superação de pobreza e exclusão social em uma região semiárida. Para atender aos objetivos propostos adotamos a pesquisa qualitativa, embora tenha sido imprescindível o uso de recursos quantitativos como os questionários, cuja utilização inicialmente nos permitiu conhecer os diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais do local de estudo. Posteriormente foram realizadas as entrevistas semiestruturadas baseadas na história oral dos informantes, o que juntamente com a observação direta e o registro das informações em diário de campo contribuiu para a construção e compreensão da história social do grupo. Com estes recursos metodológicos pudemos identificar os aspectos definidores da qualidade de vida das famílias assentadas no PA Santa Verônica, aspectos estes que convergem, sobretudo, para as mudanças ocasionadas pela criação do assentamento. Isto nos permite pensar que esta política pública é uma estratégia importante para o desenvolvimento, na medida em que possibilita a ampliação de determinadas liberdades e capacidades que as famílias não possuíam antes de se tornarem assentadas. A história contada pelo grupo também nos permite compreender que apesar de perceberem que a vida de assentado é caracterizada por problemas e desafios ainda não superados – o que constitui a problemática envolvida no modo como a política de assentamentos é realizada no Brasil – o PA Santa Verônica foi a oportunidade de materializar as condições necessárias para a definição do que é ter uma vida boa: ter terra, casa, comida e acesso a serviços sociais como a educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamentos rurais. Qualidade de vida. Desenvolvimento.

## ABSTRACT

This research aims to understand the elements that contribute to the definition of life's quality of the settled families in Settlement Project Santa Verônica, located in the town of Damião-PB. Thinking in the hypothesis that the settlement is a strategy able to provoke changes that, in bigger or in smaller degree, contribute to the realization of life's quality of the farmers families historically excluded, we try to understand in what extent the quality of life perceived by them may indicate some degree of development, besides in what extent it is possible to think the settlement experience as an important dimension for the development and the overcoming of the poverty and social exclusion in a semi-arid region. To attend the proposed aims we adopted the qualitative research, although it has been essential the usage of the quantitative resources like the questionnaires, which the usage initially allow us to know the different social, economics and environmental aspects of the local study. Subsequently were carried out semi-structured interviews based on oral history of the informants, which combined with the direct observation and recording of information in a field diary contributed to the construction and comprehension of the group's social history. With these methodological resources we could identify the defining aspects of life's quality of the settled families on SP Santa Verônica, aspects that converge, specially, for the occasioned changes from the creation of the settlement. This suggest us that this public policy is an important strategy for the development, in the extent that make possible the enlargement of certain freedoms and capabilities that families did not have before becoming settled. The history told by the group allows us to understand that even though they realize that the settled life is characterized by problems and challenges still unmet - what is the problems involved in how the settlement policy is held in Brazil - the SP Santa Verônica was the opportunity to materialize the necessary conditions for the definition of what is a good life: having land, home, food and access to social services such as education.

**KEYWORDS:** Rural Settlements. Quality of life. Development.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01</b> - Sede da antiga fazenda Santa Verônica .....	64
<b>FIGURA 02</b> - Residência de uma das 49 famílias assentadas no PA Santa Verônica .....	71
<b>FIGURA 03</b> - Residência de família assentada com “puxada” ao lado .....	71
<b>FIGURA 04</b> - Escola do PA Santa Verônica .....	74
<b>FIGURA 05</b> - Bovinocultura realizada no PA Santa Verônica .....	76
<b>FIGURA 06</b> - Utilização do solo para prática da pecuária extensiva no PA Santa Verônica .	80
<b>FIGURA 07</b> - Reservatório de água do PA Santa Verônica na época da estiagem .....	81
<b>FIGURA 08</b> - Agrovila do PA Santa Verônica .....	104

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 01</b> - Localização dos municípios de Damião e Cacimba de Dentro em relação às microrregiões geográficas do Estado da Paraíba .....	13
<b>MAPA 02</b> - Território Rural do Curimataú .....	14

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01</b> - Programas de execução da reforma agrária no I PNRA .....	49
<b>QUADRO 02</b> - Metas Propostas pelo II PNRA .....	52
<b>QUADRO 03</b> - Relação de beneficiários de reforma agrária homologados por região (2003-2006).....	53
<b>QUADRO 04</b> - Equipamentos do lote agrícola/residencial no PA Santa Verônica .....	75
<b>QUADRO 05</b> - Principais fontes de renda das famílias assentadas no PA Santa Verônica....	78
<b>QUADRO 06</b> - Caracterização da amostra de Informantes.....	86

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 01</b> - Faixa etária dos assentados do PA Santa Verônica .....	68
<b>GRÁFICO 02</b> - Escolaridade das pessoas residentes no PA Santa Verônica .....	73

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PA – Projeto de Assentamento

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SR – Superintendência Regional

UDR – União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: CONCEITOS OPERACIONAIS</b> .....	20
1.1 Desenvolvimento como valor social .....	21
1.2 Outra perspectiva do desenvolvimento: do acesso aos serviços à ampliação de capacidades e liberdades individuais .....	25
1.3 Qualidade de vida: referências de um conceito na modernidade .....	28
<b>2. POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA OU POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS: UM DILEMA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL</b> .....	36
2.1 A questão agrária e os marcos regulatórios da luta pela terra: O Estatuto da Terra e a constituição do I e II PNRA .....	37
2.2. Os assentamentos rurais de reforma agrária: conceituação e luta .....	53
2.2.1 A constituição dos assentamentos rurais .....	56
<b>3. A CONSTITUIÇÃO DO P.A. SANTA VERÔNICA</b> .....	59
3.1 Caracterização das famílias assentadas no PA Santa Verônica.....	67
3.2 Caracterização das unidades produtivas: os lotes das famílias assentadas.....	74
3.3 Trabalho e renda no PA Santa Verônica .....	77
3.4 Uso dos recursos naturais no PA Santa Verônica .....	79
3.5 Organização social dos assentados.....	81
<b>4. A VIDA NO ASSENTAMENTO E OS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA NO PA SANTA VERÔNICA</b> .....	85
4.1 A conquista do assentamento e o acesso a terra .....	86
4.1.1 O assentamento como lugar de trabalho.....	91
4.1.2 O assentamento como lugar de moradia.....	102
4.2 O acesso à educação .....	108
4.3 O acesso à alimentação, renda e recursos materiais .....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	119

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	124
<b>APÊNDICE</b> .....	129
Apêndice 01 – Questionário .....	130
Apêndice 02 – Roteiro de entrevista semiestruturada .....	137

## INTRODUÇÃO

A qualidade de vida é um conceito que, não obstante, vem sendo apropriado por indicadores objetivos relacionados à eficiência e ao grau de satisfação material dos indivíduos. O conceito dialoga intrinsecamente com a clássica noção de desenvolvimento como crescimento econômico, na medida em que ambos buscam sintetizar o que seria típico de um padrão ou estilo de vida ao qual todos os indivíduos deveriam chegar. Segundo Gomes (2002, 2005), comumente o tema vem sendo mencionado em estudos sobre a vida urbana, que consistem na preocupação com índices que informam sobre as condições de vida das populações resultando na avaliação das práticas das sociedades como boas ou ruins, modernas ou atrasadas, tomando como referência um padrão de vida a ser alcançado.

Buarque (1993) afirma que o século XX reforçou a ideia de qualidade de vida enquanto satisfação de necessidades materiais por meio do consumo, o qual foi legitimado como o símbolo da utopia do desenvolvimento e como critério padrão na avaliação da qualidade de vida. Ter acesso a bens tecnológicos tornou-se tão mais importante quanto desfrutar das vantagens que os próprios bens poderiam oferecer.

Um modelo específico de sociedade, detentora de bens materiais e culturais ditos modernos, pode não ser considerado a única forma autêntica de modernidade, e conseqüentemente a forma legítima de qualidade de vida. Diante dos embates que envolvem o conceito de qualidade de vida e a sua relação com a noção de desenvolvimento, torna-se imprescindível à incorporação de “indicadores” que contemplem aspectos subjetivos que revelem o que as pessoas consideram importante para suas vidas enquanto sujeitos individuais e coletivos. Enquanto para alguns a qualidade de vida pode significar a satisfação de necessidades materiais e consumistas, para outros pode implicar “apenas” a garantia de direitos fundamentais como o acesso à saúde, educação, moradia e emprego.

Tendo em vista que a questão da qualidade de vida é pouco discutida no meio rural, por este ser considerado muitas vezes como o lugar do atraso, Stropassolas (2006) referencia Polany (1980) e Bourdieu (1998) para lembrar que a pobreza rural, e o “não desenvolvimento” efetivo do meio rural não se explicam unicamente por razões materiais ou econômicas. Por concordar com essa assertiva, nesse trabalho justificamos a opção política e epistemológica em adotar indicadores sociais e culturais capazes de definir o que as pessoas consideram importante para suas condições e qualidade de vida.

Este campo de tensões nos desafia a revelar e compreender o que é considerado importante para a vida de famílias de agricultores em áreas de assentamentos rurais de

reforma agrária, na tentativa de entender os elementos que contribuem para a definição da qualidade de vida destas famílias em espaços construídos a partir do desejo de realização de um projeto de vida em uma região semiárida.

Conhecer o que constitui a qualidade de vida destas famílias nos permite perceber em que medida os assentamentos de reforma agrária, especialmente os localizados no Semiárido nordestino, podem ser compreendidos como uma dimensão importante para pensar o desenvolvimento e promover meios para a superação da pobreza, da exclusão social e também, para a realização da qualidade de vida de grupos sociais historicamente excluídos e/ou expropriados.

Diante de um contexto marcado por tantas situações de pobreza e exclusão social, intensificadas pelas características históricas do meio rural brasileiro, surge também à inquietação por buscar refletir os entraves da política de reforma agrária brasileira (ou política de assentamentos?), procurando pensar em que medida essa política pública tem contribuído para amenizar os problemas no meio rural. Não pretendemos com este trabalho julgar os possíveis sucessos ou fracassos da experiência dos assentamentos rurais, haja vista que nossos esforços foram direcionados para as seguintes questões: O que define a qualidade de vida das famílias assentadas no PA Santa Verônica? Em que medida as alterações na qualidade de vida destas famílias indica algum grau de desenvolvimento? Que relações podemos estabelecer entre a criação dos assentamentos rurais no Semiárido nordestino e o desenvolvimento?

Acreditamos que o exercício desta pesquisa é importante para superar a ideia de qualidade de vida como padrão ou condição de vida, permitindo enxergar o conceito/valor a partir dos horizontes dos próprios sujeitos envolvidos na história, o que geralmente não é considerado na prática de formulação e aplicação de políticas públicas, mesmo em face dos novos modos de governança e participação social<sup>1</sup>.

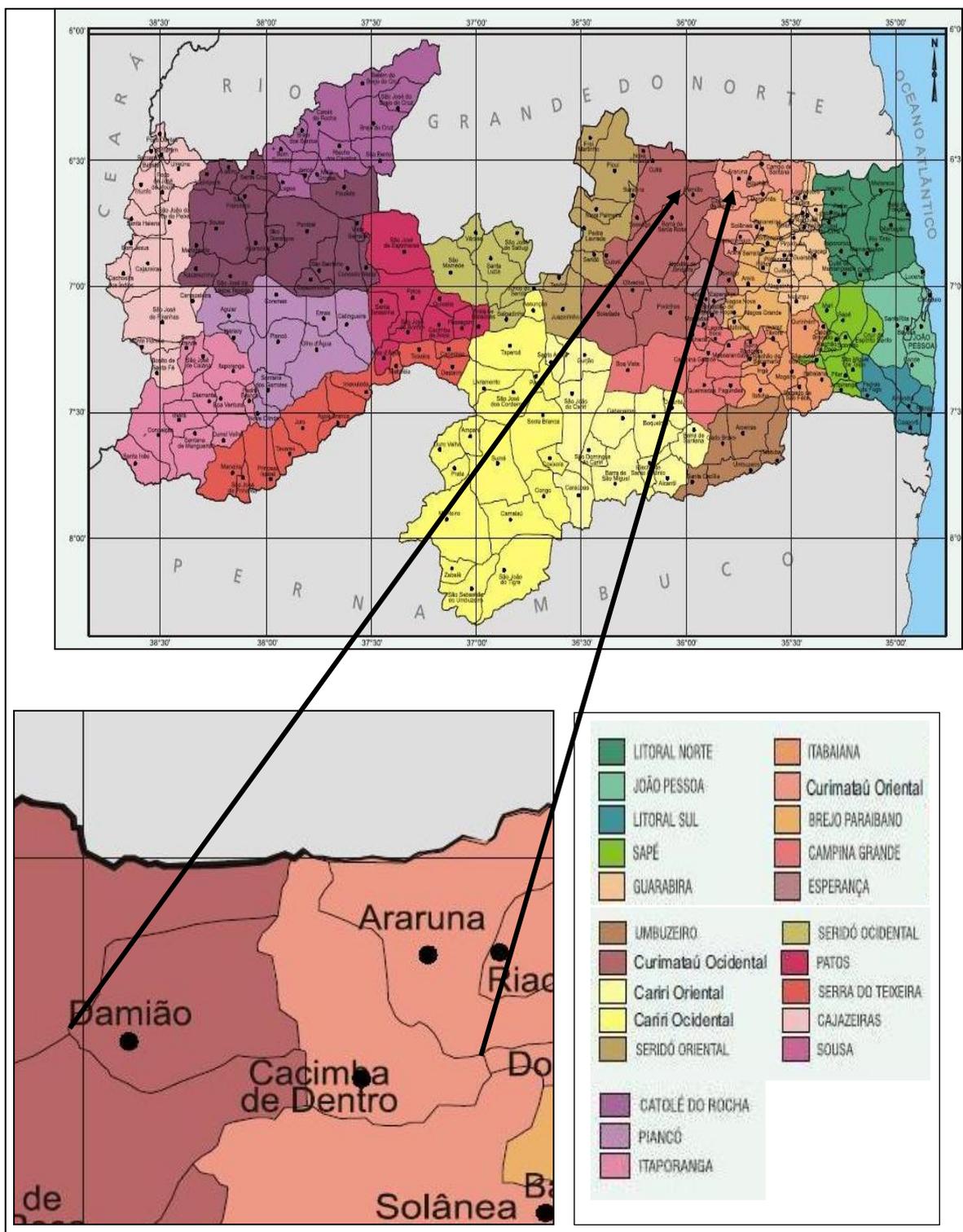
Tomamos como local de pesquisa o Projeto de Assentamento (PA) Santa Verônica, assentamento localizado no município de Damião-PB, mais precisamente na divisa dos municípios de Damião e Cacimba de Dentro, ambos situados na mesorregião do agreste da Borborema e respectivamente nas microrregiões do Curimataú Ocidental e Curimataú Oriental, estado da Paraíba – Brasil (ver mapa 01). O assentamento, que foi implantado em 2001, abrange uma área total de aproximadamente 1100 ha e é formado atualmente por 49

---

<sup>1</sup> Utilizamos a expressão governança e participação social para designar as condições que proporcionam uma maior participação de diferentes atores sociais na construção e avaliação de políticas públicas e na gestão de recursos. Podemos citar como exemplo, os conselhos municipais e estaduais em setores como educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento rural, entre outros. Ver Sayago (2007).

famílias, onde cada uma delas possui um lote agrícola, cuja área mede 12 ha, além da área que compõe o lote habitacional na agrovila e da área de reserva legal.

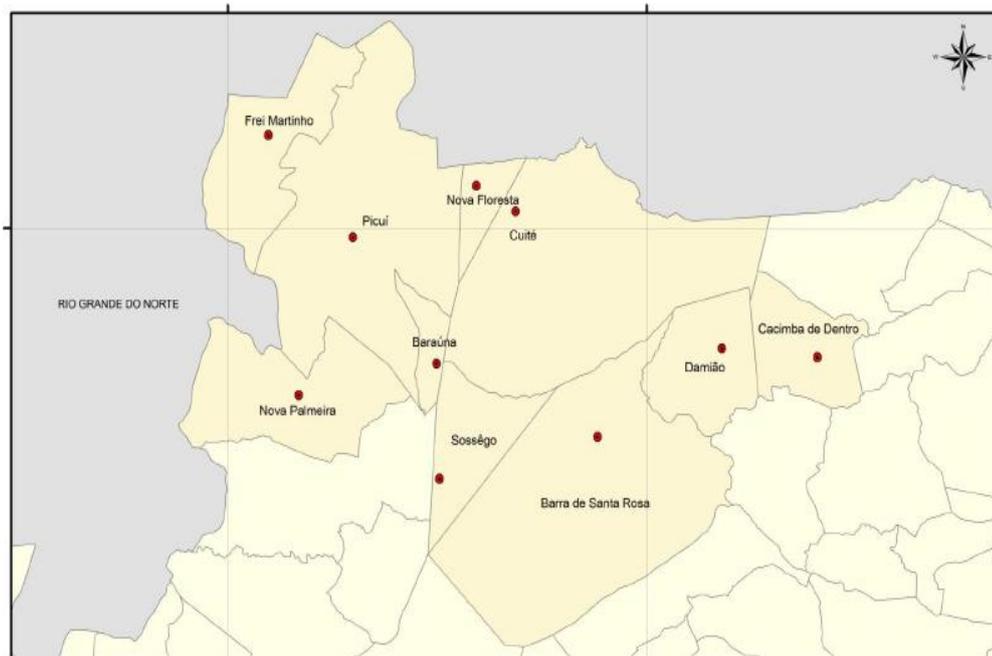
**Mapa 01** – Localização dos municípios de Damião e Cacimba de Dentro em relação às microrregiões geográficas do Estado da Paraíba.



Fonte: IDEME

O assentamento, assim como os municípios que estão no seu entorno estão inseridos no Território Rural do Curimataú, cuja territorialidade foi criada e reconhecida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O território em questão é constituído por dez municípios (Baraúna, Barra de Santa Rosa, Cacimba de Dentro, Cuité, Damião, Frei Martinho, Nova Floresta, Nova Palmeira, Picuí e Sossego), abrange uma área de 3.334 Km<sup>2</sup> (mapa 02) e possui um total de 13 projetos de assentamento do INCRA.

**Mapa 02** – Território Rural do Curimataú



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)

Como já informado anteriormente o PA Santa Verônica, cuja localização é no município de Damião, limita-se também com o município de Cacimba de Dentro. Em virtude desta localização geográfica a população do assentamento usufrui dos serviços prestados pelos dois municípios. O município de Damião, criado no ano de 1997, abrange uma área de 186 km<sup>2</sup> distando cerca de 130 km da capital do Estado. O município de Cacimba de Dentro, por sua vez, abrange uma área de 164 km<sup>2</sup>. Geologicamente tais municípios inserem-se na província da Borborema e segundo os estudos realizados pela Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial do Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2005, p. 04), as formações geológicas presentes no município de Damião datam das Eras Neoproterozóica e Paleoproterozóica. No município de Cacimba de Dentro as formações geológicas são relativas as eras Cenozóica, Neoproterozóica e Paleoproterozóica.

O relevo dessa região apresenta serras e cristas articuladas à frente da escarpa oriental do Planalto da Borborema. Segundo a CPRM (2005) o mesmo relevo está situado na unidade geoambiental dos Serrotes, Inselbergues e Maciços Residuais, com áreas cujas altitudes variam de 200 a 500 metros.

Segundo a classificação climática de Köppen, os municípios de Damião e Cacimba de Dentro se encontram em uma área de transição entre o clima quente e úmido e o clima semiárido. Vale salientar que o semiárido é o domínio que caracteriza o território do Curimataú como um todo. As precipitações pluviométricas médias do local estão em torno de 400 mm por ano e a temperatura média, por sua vez, geralmente é superior aos 24°. Pelo seu caráter subúmido e pela marcante presença de rios temporários os solos encontrados nessa região são rasos e pedregosos.

São municípios que se situam majoritariamente nos domínios da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú, tendo como principais cursos d'água o rio que nomeia a rede hidrográfica mencionada (CPRM, 2005), vale salientar que boa parte do município de Damião é banhado também pela rede hidrográfica do rio Jacu. Tais cursos caracterizam-se pelo regime intermitente, condicionado pelo regime das chuvas, e pelo padrão de drenagem dendrítico. O intemperismo das rochas por sua vez, ocasiona o acúmulo de sódio nos depósitos naturais de água, formando reservatórios de água salobra.

A vegetação característica destes municípios corresponde à caatinga hipoxerófila com pequenas áreas de floresta caducifólia (CPRM, 2005). A Caatinga do Curimataú de um modo geral caracteriza-se principalmente pelo tipo arbustivo-arbóreo.

A construção do objeto e a escolha do local de pesquisa partiram de uma relativa ligação pessoal com o lugar, o que despertou a curiosidade de compreender como essas 49 famílias de agricultores assentados conduzem suas vidas em uma região semiárida. Região esta que diante de uma simples observação poderia supostamente ser considerada uma área “sem nenhuma mudança”, mas justamente neste ponto surge uma questão crucial: Em que medida as mudanças ocorridas implicam em desenvolvimento? Qual o valor atribuído pelas famílias assentadas às mudanças no que concerne a qualidade de vida delas? Ante a estas questões pensamos logo na hipótese de que o assentamento é uma estratégia capaz de provocar mudanças que, em menor ou maior grau, contribuem para a realização da qualidade de vida de famílias de agricultores historicamente excluídos.

Para pensar a qualidade de vida e o desenvolvimento no PA Santa Verônica, consideramos conveniente trabalhar metodologicamente com a pesquisa qualitativa, que se caracteriza como uma pesquisa social e interpretativa, visando a compreensão e análise das

trajetórias de vida dos informantes. As técnicas de pesquisa selecionadas para o encaminhamento do trabalho consistiram na aplicação de questionários e nas entrevistas semiestruturadas fundamentadas na história oral, com o intuito de explorar a liberdade das respostas das pessoas, como também de resgatar a memória, pois segundo Lozano (2005:16), a história oral permite “oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais”. A observação direta foi tomada também como uma técnica de pesquisa, na medida em que permitiu o registro das impressões das formas de organização e das formas de vida do lugar através de um diário de campo.

Ainda que não tenhamos feito pesquisa quantitativa fizemos uso de instrumentos como questionário. Inicialmente foram aplicados 45 questionários com as famílias assentadas do PA Santa Verônica, etapa que foi realizada entre os meses de abril e maio de 2012. A aplicação de tais questionários não foi feita com base em amostra, então privilegiou-se o trabalho com a totalidade pelo fato de que a intenção era conhecer os diferentes aspectos objetivos (sociais, econômicos e ambientais) que compõem o contexto empírico da pesquisa. Não foi possível chegar ao universo de 49 famílias pesquisadas pelo fato de que determinadas residências encontravam-se constantemente fechadas. Os assentados vizinhos explicavam a esse respeito que os proprietários de tais residências estavam quase sempre ausentes em virtude de saídas tanto para o roçado como para a cidade.

A receptividade foi fato marcante e constante em todas as residências das famílias entrevistadas, embora a princípio os assentados se mostrassem tímidos frente ao receio de não saberem responder às questões. Nesse momento foi necessário transmitir segurança aos informantes, explicando que as questões a serem feitas se relacionavam com o conhecimento e a experiência de vida de cada um deles. Ao adentrar na casa de cada família, os membros que estavam presentes geralmente se reuniam para responder e entrar em consenso sobre questões que, de certo modo se remetiam a momentos e lembranças muito particulares. Várias informações foram surgindo naturalmente, tais como histórias de vida que resgatavam lembranças de tempos e lugares distantes, revelando características do modo simples de vida daquelas pessoas, que é permeado por realizações, inseguranças, insatisfações e esperanças. Foram perceptíveis também entre os assentados certas diferenças na maneira de avaliar a vida no assentamento, diferenças estas que se explicam a partir da experiência de cada grupo no local, pois enquanto determinados assentados falavam sobre a problemática vizinhança, outros afirmavam que o assentamento é tão tranquilo que não existe nem “briga de escola”.

Nos primeiros dias de aplicação de questionário percebi que seria difícil articular as inúmeras informações que surgiam espontaneamente, considerando que muitas delas fugiam

do roteiro da entrevista. No entanto, como em uma conversa, as histórias que emergiam eram gradativamente compreendidas e incorporadas no processo de produção do conhecimento em questão. Para a aplicação dos questionários percorremos primeiro um lado da agrovila formado por 25 residências e concluída a sequência, retomamos o segundo lado composto por 24 residências. Cada família foi identificada pelo número que representa a posição da casa na sequência de residências da agrovila.

A maioria dos questionários foi respondida pelas mulheres, mães de famílias, que na ausência dos esposos, os quais geralmente se encontravam nos roçados, se dispunham a colaborar com a pesquisa. Apenas em uma das residências o questionário foi respondido pela filha dos assentados, pelo fato dos seus pais não se encontrarem presentes.

Através deste diagnóstico foi possível perceber que o assentamento é marcado por laços familiares, tendo em vista que o grau de parentesco entre as diferentes famílias e residências é constante. Foi possível, sobretudo reconhecer as características socioeconômicas do assentamento, o perfil das famílias assentadas e definir critérios de diferenciação que foram adotados para escolha das famílias que seriam entrevistadas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e agosto de 2012 envolvendo vinte famílias assentadas, número que corresponde a aproximadamente 40% do universo total, nas quais os entrevistados foram os chefes da unidade familiar. Para a escolha das famílias informantes, levamos em consideração os critérios de diferenciação mencionados anteriormente e procedemos da seguinte maneira: foram entrevistadas cinco famílias mais antigas no assentamento, cinco famílias que passaram a morar no assentamento após a sua implantação, cinco famílias pluriativas<sup>2</sup> e cinco famílias que, não desempenhando outras funções, tem a atividade agrícola como a principal fonte de renda.

Ao iniciar as entrevistas explicávamos aos informantes sobre a necessidade de gravar as suas narrativas para que depois as mesmas pudessem ser ouvidas e analisadas com atenção. Deixamos bem claro que a identidade destas pessoas seria preservada e que os dados obtidos seriam utilizados com a finalidade única de atender aos objetivos da pesquisa. Isso foi visto com naturalidade pelos entrevistados, que alegavam não haver problema nenhum na gravação das entrevistas, com exceção de uma família que se recusou a falar na presença do gravador. No caso desta família, os assentados presentes naquele momento (marido e mulher) impuseram a condição de que só falariam se a entrevista não fosse gravada. Não havendo

---

<sup>2</sup> De acordo com Schneider (2001) a pluriatividade é caracterizada como a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família. Para este autor a pluriatividade tanto pode representar um recurso ao qual a família faz uso para garantir a sua reprodução social como também pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem o grupo familiar.

consenso frente a um processo de negociação iniciado, optamos por substituir esta família por outra.

Para atender aos objetivos da pesquisa, as entrevistas partiam de uma questão inicialmente proposta, a qual dava sequência a uma narrativa em que os informantes relatavam sua trajetória de vida. Prestávamos atenção para que a sequência da narrativa dos informantes pudesse contemplar pontos previamente incluídos no roteiro semiestruturado da entrevista. Vale salientar que comumente os informantes fugiam do roteiro pensado para a entrevista, onde em certos casos não falavam claramente a respeito de determinadas fases de sua vida<sup>3</sup> e em outros casos davam visibilidade a assuntos diversos que não se referiam só a si, mas entrelaçavam experiências de outras pessoas. Nesse contexto, um dos desafios deste tipo de pesquisa, segundo Lang et al., (2006) é justamente construir uma análise de caráter histórico-sociológico a partir de relatos que se estruturam em aspectos nitidamente pessoais e subjetivos.

O acesso a estes recursos metodológicos permitiu conhecer a trajetória de vida das famílias tanto para entender de maneira mais profunda a história do próprio assentamento, como também para compreender as questões centrais que nortearam a pesquisa. As mudanças ocasionadas pela criação do assentamento puderam ser analisadas com o intuito de perceber se a estratégia do assentamento influenciou alguma mudança substantiva para as famílias e em que medida a chance do acesso a condição de assentado é constitutiva da noção de qualidade de vida elaborada por essas famílias.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, o primeiro deles apresenta uma abordagem sucinta sobre os conceitos de desenvolvimento e de qualidade de vida. Nesta etapa procuramos entender o desenvolvimento como um conceito fundamental a ser considerado no processo de formulação e análise de políticas públicas, e a qualidade de vida, por sua vez, como um conceito capaz de adjetivar a noção de desenvolvimento. Buscamos problematizar o modo como o conceito de qualidade de vida tem sido discutido na modernidade.

No segundo capítulo apresentamos um retrato sucinto dos dilemas da questão agrária no Brasil, problematizando a “confusão” ou imprecisão do tipo de política pública que vem se efetivando como alternativa a concentração de terras. É interessante considerar que todas as ações realizadas pelo Estado no tratamento da questão agrária foram frutos de pressões e

---

<sup>3</sup> De acordo com Lang et al. (2006) as lembranças sobre o passado não são organizadas pelo tempo cronológico, mas por eventos que marcam uma trajetória de vida. Determinados informantes afirmavam, por exemplo, que não lembravam nada a respeito da infância, outros falavam muito resumidamente sobre ela. Isso pode representar que outras fases da vida, pelas características que tiveram, podem ter maior representatividade na trajetória destas pessoas.

reivindicações realizadas por trabalhadores e movimentos sociais, que viram a luta como um instrumento viável para a conquista dos interesses comuns de grupos sociais historicamente marginalizados e excluídos das benesses do desenvolvimento.

O terceiro capítulo teve como objetivo descrever a história e o processo de constituição do PA Santa Verônica, a partir da confluência e enfrentamento de informações extraídas da história oficial, contada por instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e da história oral contada pelo grupo – as próprias famílias. A história descrita nas atas e documentos das instituições envolvidas na constituição do assentamento ganha sentido e complexidade quando narrada pelos próprios sujeitos que viveram a história social. Este capítulo apresenta ainda aspectos relacionados à caracterização das famílias assentadas, onde são analisadas informações sobre o perfil das famílias, a organização dos lotes, as estratégias de trabalho e renda no PA, bem como as formas de uso dos recursos naturais e a organização social dos assentados.

O quarto capítulo apresenta os elementos que definem a qualidade de vida das famílias assentadas no PA Santa Verônica. Como já informado, a compreensão destes elementos permite identificar os indicadores de qualidade de vida construídos pelas famílias sobre suas próprias vidas, além de indicar em que medida a experiência dos assentamentos rurais pode ser pensada como estratégia que se articula a processos que convergem para o desenvolvimento. Através da realização das entrevistas e da análise dos textos foi possível identificar aspectos relevantes para a qualidade de vida das famílias assentadas, onde podemos destacar: a) o acesso a terra, que implica na superação das precárias condições de vida anteriores ao assentamento e levam os assentados a construir um lugar de trabalho e de moradia; b) o acesso a serviços públicos, como a educação, a qual se constitui como um bem necessário para a materialização dos sonhos pretendidos e, portanto, para a conquista de outros bens; c) a ampliação da renda e diversificação da alimentação e dos recursos materiais que a família pode dispor.

## CAPÍTULO I

### 1. DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: CONCEITOS OPERACIONAIS

Entender o significado e a dimensão do conceito de desenvolvimento é um exercício necessário à compreensão de várias experiências de formulação e aplicação de políticas públicas. O próprio conceito de política pública é passível de inúmeras interpretações, pois como bem afirma Souza (2006, p.5) “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”. Mesmo assim a autora salienta que a política pública é a ferramenta principal na resolução de problemas sociais, refletindo uma soma de atividades planejadas e executadas pelo governo e que irão interferir na vida dos cidadãos. Nesse sentido percebe-se que toda política pública visa melhorar as condições de vida dos indivíduos, condições estas que são materializadas no acesso a serviços elementares como saúde, alimentação e educação e no acesso a serviços mais complexos como participar ativamente das decisões do grupo social no qual se vive.

Considerando que uma política pública visa atender necessidades concernentes à vida social dos indivíduos, torna-se pertinente compreender o desenvolvimento como um elemento de operacionalização dessa política, elemento este que se relaciona tanto ao processo de mudança da situação social, como também ao objetivo maior a ser alcançado. Desta maneira o desenvolvimento se apresenta como um meio, na medida em que é visto como um processo que instrumentaliza ações, e também como um fim na medida em que representa um estado ou patamar desejado.

Tomando como referência a “política de reforma agrária no Brasil”<sup>4</sup>, torna-se pertinente compreender em que medida é possível pensar as ações desta política como estratégias de desenvolvimento, assim como também é de importância fundamental discutir sobre de que desenvolvimento se está falando.

Inicialmente, objetiva-se com este capítulo abordar a trajetória do conceito de desenvolvimento, compreendendo que categorias foram legitimadas no processo de conceituação. A intenção não é realizar um estudo exaustivo acerca das teorias do desenvolvimento, mas compreender os critérios e indicadores historicamente utilizados na definição do termo e discutir também os adjetivos e qualificativos que acompanham o

---

<sup>4</sup>Para autores como Cunha et al., (2005), na verdade trata-se de uma política de assentamentos, fato a ser brevemente discutido no capítulo 2.

conceito. Em seguida, ao explorar a perspectiva do conceito de desenvolvimento, apoiada, sobretudo, nas formulações presentes na obra de Amartya Sen, pretende-se perceber a relação entre as noções de ampliação das liberdades e de qualidade de vida. Essa relação será uma referência importante para refletir sobre a criação do PA Santa Verônica e as mudanças que apontam para algum desenvolvimento.

Por fim, prioriza-se o debate acerca do conceito de qualidade de vida, por entender que esta é a categoria de análise fundamental nessa dissertação e é vista como um objetivo subjacente no processo de formulação de políticas públicas. Pretende-se perceber como esta dimensão tem sido abordada ao longo do tempo e, sobretudo, na modernidade. Modernidade esta que segundo Beck (2010) vive um momento de ruptura no seu próprio interior causado pelo processo de cientificização reflexiva, que ao invés de representar o fim, representa a reconfiguração da sociedade moderna para que esta se reconheça como uma sociedade de risco.

## **1.1 Desenvolvimento como valor social**

A definição acerca do conceito de desenvolvimento carrega em si discussões e de certa forma imprecisões. É comum no exercício de construção do termo, constatar o sentido da evolução e da mudança, pautadas a partir de uma visão de futuro, que entende o desenvolvimento como um processo que faz passar de uma situação a outra mais favorável e “melhor”. Nessa perspectiva o desenvolvimento seria um processo feito pela modernidade e para a modernidade, modernidade esta que seria constituída por valores que pregam a apropriação de recursos materiais como um meio de se alcançar um padrão de vida desejável. De acordo com as ideias da teoria das modernidades múltiplas de Eisenstadt (2001), para compreender o desenvolvimento é necessário entender quais são os reais aspectos dessa modernidade, assim como também é importante reconhecer que a ocidentalização, com seu particular estilo de vida, não é a única forma legítima de modernidade.

Historicamente, de acordo com Enríquez (2010), as teorias que trataram do tema desenvolvimento podem ser agrupadas em quatro linhas de abordagens: *a) teorias clássicas de crescimento da economia convencional* as quais encaminham para a similaridade entre desenvolvimento e crescimento econômico, em que os investimentos produtivos na economia contribuem decisivamente para o processo de desenvolvimento. Esta foi durante muito tempo a linha de pensamento que justificou as propostas de desenvolvimento baseadas em maciços investimentos na industrialização; *b) teorias de inspiração marxista ou neomarxista*

representadas, por exemplo, pelas teses estruturalistas da Cepal e pelos trabalhos de Celso Furtado, os quais abordaram a estreita relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento; c) *teorias institucionalistas ou neoinstitucionalistas*, as quais admitem o papel das instituições na determinação do desenvolvimento; d) *propostas de desenvolvimento sustentável*, que incorporam dimensões não consideradas nas outras abordagens, tais como a dimensão social e ambiental.

Diegues (1992), apoiado em Sunkel e Paz (1970), classifica a discussão sobre o conceito de desenvolvimento a partir de três enfoques: *desenvolvimento como crescimento econômico*, onde o desenvolvimento seria avaliado de acordo com a mensuração de elementos como o produto nacional bruto ou a renda per capita; *desenvolvimento como etapas*, modelo baseado nas ideias de Rostow (1956) em que todos os países não desenvolvidos passariam por várias fases até alcançar o estágio de desenvolvimento dos países mais ricos e industrializados; e finalmente o *desenvolvimento como processos de mudanças estruturais* baseado nas contribuições de sociólogos e economistas latino-americanos, a exemplo de Celso Furtado, o qual enxerga o processo de desenvolvimento a partir de transformações sociais e políticas, que visem superar a problemática das relações centro-periferia.

Para Bastos (2007) o desenvolvimento é um processo social idealizado historicamente na figura do progresso. O autor salienta que essa ideia de progresso é um fenômeno antigo, já existindo entre os gregos da antiguidade, os quais possuíam uma visão aguçada em relação ao processo de evolução do mundo. Posteriormente, na Idade Média e no período iluminista o progresso era fundamentado na ideia da acumulação dos conhecimentos necessários ao avanço da humanidade. Mesmo encontrando referenciais antigos, a ideia do progresso que reveste a dimensão do desenvolvimento possui bases modernas, pois foi conformada fortemente após a Revolução Industrial, com o progresso trazido pelo capitalismo, caracterizado pelos processos de produção e acumulação em massa.

Este é também um período marcado pelo progresso da ciência, o que Beck (2010) denomina de *cientificização simples* caracterizada, sobretudo, pelo emprego da ciência sobre o mundo preexistente em que ocorria a compreensão e exploração de fenômenos até então inexplorados. É um período marcado pelo confronto ou ruptura entre tradição e modernidade, alicerçado numa crença inabalável na ciência e no progresso. O desenvolvimento científico aplicado na introdução de inovações tecnológicas seria a base fértil para a expansão do desenvolvimento na sociedade moderna.

Após a Segunda Guerra Mundial o progresso realizado pelo capitalismo passa a fundamentar a concepção de desenvolvimento econômico, este legitimado a partir dos

sucessos das experiências de industrialização, urbanização e acesso a bens tecnológicos. (BASTOS, 2007). Desta forma bastaria investir num amplo processo de modernização urbano-industrial para que o conseqüente crescimento econômico servisse como uma justificativa para o desenvolvimento. Essa foi a estratégia adotada por muitos países, dentre eles o Brasil, que investiu não só na modernização urbana e industrial, mas também, e com grande ênfase, na modernização agrícola, considerada então a medida mais eficiente para dinamizar este setor.

Para Furtado (1974, p.16) cria-se nesse período o mito de que o desenvolvimento econômico alicerçado nos países centrais poderia ser universalizado e a receita básica para tal desenvolvimento seria baseada no estímulo a industrialização e na ampliação dos padrões de consumo da população.

Pretende-se que os standards de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado terceiro mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial. (FURTADO, 1974, p.16).

Diante da ideia do progresso, o desenvolvimento cria o seu oposto, o subdesenvolvimento, que passou a ser visto como uma consequência da incapacidade dos países periféricos de acompanhar hábitos e estilos de vida dos países centrais. Segundo Antunes (2004, p.73) “o termo ‘subdesenvolvimento’ surgiu sob o signo da ambigüidade. E corresponde à tradução do inglês *under-development*, ‘fabricado’ pelos políticos americanos, depois da Segunda Grande Guerra”. Desta forma desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam efeitos opostos de um mesmo processo.

Diegues (1992) afirma que a revisão dos conceitos de desenvolvimento alcançou grande repercussão na década de 1970, quando surgem propostas de modelos alternativos, os quais pregavam que a crença num modelo de desenvolvimento exponencialmente ilimitado deveria ser renunciada. Dentre outras premissas difunde-se a ideia de que não se pode manter um desenvolvimento baseado na exploração maciça dos recursos naturais e fundamentado exclusivamente na ideia do progresso através da ciência e da tecnologia. Essa revisão de conceitos acontece num momento em que o limiar de uma cientificização reflexiva, segundo Beck (2010), cria espaço para que haja o confronto entre as ciências e seus próprios produtos, fazendo com que os riscos e efeitos da evolução técnico-científica passem a ser questionados.

Nesse momento “a civilização científica adentrou um processo no qual ela já não cientificiza apenas natureza, homem e sociedade, mas cada vez mais a si mesma, seus próprios produtos, efeitos e erros.” (BECK, 2010, p.239). A ciência deste modo passa a reavaliar suas próprias definições e a refletir sobre os riscos da modernização. É nesse contexto em que o conceito e o próprio modelo de desenvolvimento passam a ser revisados.

Não por acaso, a crítica aos efeitos perversos do desenvolvimento não surgiu nas economias subdesenvolvidas, mas sim na própria classe de intelectuais dos países desenvolvidos, os quais passaram a reforçar correntes teóricas que impunham limites ao modelo desenfreado de desenvolvimento baseado na exploração de recursos naturais.

Para Diegues (1992, p.25) os “estilos alternativos de desenvolvimento que salientavam a importância da conservação do meio ambiente ganharam adjetivações, particulares como ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento alternativo, etc.”. Mudam-se os paradigmas que orientam a noção de desenvolvimento e passa-se a acreditar também que “a qualidade de vida deve ser o objetivo fundamental de qualquer desenvolvimento”.

Atualmente o desenvolvimento é um conceito que possui inúmeras adjetivações, com diferentes características e diferentes escalas de abrangência. Fala-se, por exemplo, em desenvolvimento territorial, regional, local, endógeno, rural, sustentável e humano. Sobre esta variedade de adjetivos Boisier (1999, p.6) afirma que:

se ha producido paulatinamente una verdadera polisemia en torno al desarrollo, es decir, una multiplicidad de significados cada uno de los cuales reclama identidad única em relación al adjetivo con que se acompaña el sustantivo “desarrollo”. Así se asiste a una verdadera proliferación de “desarrollos”.

Neste contexto, a multiplicidade de significados a qual se refere Boisier (1999), tenta criar uma identidade única a cada adjetivo empregado ao termo desenvolvimento. Este fato é legitimado, inclusive, por instituições políticas e acadêmicas especializadas em uma ou outra categoria de desenvolvimento, como se tais categorias fossem independentes e não pudessem se inter-relacionar. A crítica de Boisier é pertinente para pensarmos na ideia de que o desenvolvimento necessita incorporar seus inúmeros variantes, com o intuito de permitir elaborar estratégias que sejam tanto social como economicamente abrangentes.

Segundo Crocker (1993), para Sen e Nussbaum (1993) o conceito de desenvolvimento é dotado de valor, onde se produz critérios para avaliar o que é considerado como uma mudança social benéfica para os seres humanos. Segundo estes autores, os componentes

valorativos atribuídos à análise do desenvolvimento, tais como crescimento econômico e aumento do PIB, são meios não muito adequados para se medir a qualidade de vida e o bem estar dos seres humanos. Sen e Nussbaum (1993) conceituam desenvolvimento como a promoção de efetividades e expansão de capacidades humanas de efetivar as formas de existência e atividade.

No trabalho intitulado *O desenvolvimento como expansão de capacidades*, Sen (1993) promove uma discussão sobre a diferenciação e confusão entre os termos fins e meios. O objetivo maior da discussão é salientar que a prosperidade econômica não pode ser considerada um fim, mas apenas um dos meios para o enriquecimento da vida das pessoas. Contudo, mesmo considerando a prosperidade econômica como um meio, o aumento da riqueza econômica pode não conduzir a realização de um fim. Segundo Sen (1993), para evitar que a confusão entre meios e fins afete o planejamento do desenvolvimento e a formulação de políticas públicas, torna-se necessário a identificação dos fins aos quais se quer chegar, como uma forma de avaliar a eficácia dos meios adotados para atingir esses fins.

## **1.2 Outra perspectiva do desenvolvimento: do acesso aos serviços à ampliação de capacidades e liberdades individuais**

Mediante a crítica que se faz às clássicas noções de desenvolvimento e à incapacidade teórica e prática que a elas se atribui, surgem outras propostas e perspectivas para o desenvolvimento, o qual passa a abarcar não apenas o aspecto econômico, mas também o ambiental, o humano e o social.

Segundo Sen (2010) o desenvolvimento pode ser visto como o processo de expansão das liberdades das pessoas, liberdades estas que dependem não apenas do crescimento econômico do país ou de rendas individuais, como tradicionalmente se abordou a noção de desenvolvimento, mas dependem, sobretudo, de disposições sociais, econômicas e de direitos civis. Desta forma, o desenvolvimento necessita que a privação das liberdades individuais seja eliminada, pois tal processo depende da condição de agente das pessoas.

Nesse contexto o processo de desenvolvimento se fundamenta na superação de problemas sociais, econômicos e políticos, dentre os quais podem ser mencionados a carência na satisfação de necessidades básicas e a extrema pobreza a qual estão submetidas parcelas significativas da população mundial. Se considerarmos esta perspectiva, diante dos resultados a serem analisados no último capítulo deste trabalho, é possível perceber que em certa medida os assentamentos rurais contribuem para a melhoria das condições de vida das populações

rurais, pois ampliam o acesso a recursos que outrora eram inacessíveis às pessoas. Por outro lado, determinados impasses mal administrados pela experiência assentamento podem ser refletidos em processos que privam os assentados de sua condição de agente.

Tomando essa perspectiva, o acesso a bens ou serviços pode ser sinônimo de ampliação de capacidades, que por sua vez refletem um conjunto de funcionamentos que uma pessoa pode considerar valioso possuir ou exercer. De acordo com Sen (2010) esses funcionamentos podem variar de elementares, como estar livre de doenças, ou nutrido adequadamente, aos mais complexos como, por exemplo, participar ativamente da vida social da comunidade.

A capacidade para Sen (2010, p. 105) é uma forma específica de liberdade, que se refere à realização de combinações alternativas de funcionamentos, resultando, por tanto de estilos de vida diversos. Desta forma, a liberdade de escolher e vivenciar as experiências que se valoriza se relaciona ao que Bourdieu (1976) conceitua como estilo de vida, que corresponde as “diferentes posições no espaço social”, em que cada uma dessas posições é constituída por um conjunto de preferências que exprime um princípio de unidade de estilo.

Para Sen (2001, p. 80-81) a importância da capacidade de uma pessoa para seu bem-estar se origina de duas considerações distintas e inter-relacionadas. A primeira consideração afirma que se os funcionamentos realizados por uma pessoa constituem o seu bem-estar então a capacidade de realização de funcionamentos constituirá a liberdade da pessoa. A segunda consideração reflete a ideia de fazer o bem-estar realizado depender da capacidade de realização de funcionamentos.

Se os funcionamentos de uma pessoa são limitados em virtude de um baixo nível de renda, a pobreza pode ser vista como a privação de capacidades básicas das pessoas. Capacidades estas que são entendidas como o que os indivíduos podem fazer, mas não têm oportunidade. Sen (2010, p. 126) afirma que embora seja relevante distinguir a ideia de pobreza como privação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas estão intrinsecamente vinculadas, pois a renda é um importante meio de obtenção de capacidades, por isso o autor salienta que “o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda”. Veremos neste trabalho, que as famílias do PA Santa Verônica valorizam a experiência do assentamento enquanto uma estratégia que possibilitou a oportunidade de produzir a renda que as permite acessar bens que não possuíam antes de se tornarem assentadas.

O enfoque de Sen (2010) atenta para a ideia de que a expansão de liberdades e consequentemente a ampliação da condição de agente das pessoas, são exigências

fundamentais para o processo de desenvolvimento, pois a liberdade é considerada tanto o principal meio como também o principal fim do desenvolvimento. Nessa perspectiva, indicadores usualmente adotados na mensuração do desenvolvimento (Produto Interno Bruto, renda per capita, dentre outros) não são negados, tendo em vista que se apresentam como meios necessários ao processo, porém aspectos como a efetivação de direitos civis e as disposições econômicas e sociais são tomados como elementos prioritários.

De acordo com essa visão a noção de liberdade proposta por Sen (2010) deve permitir que as pessoas participem politicamente da vida social, desfrutem de direitos fundamentais e satisfaçam necessidades básicas, encadeando o processo de efetivação do desenvolvimento.

Sen (2010, p.25) afirma que no “desenvolvimento como liberdade”, as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral. Nesse sentido são reconhecidas como liberdades instrumentais as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora. Tais liberdades são entendidas como instrumentais na medida em que proporcionam a expansão da capacidade das pessoas, sendo consideradas, portanto, meios essenciais no processo de formulação de políticas públicas voltadas para a questão do desenvolvimento.

Sen (2010, p. 60) entende como liberdades políticas tanto as oportunidades de escolher livremente os governantes que se deseja, optando em meio a diferentes partidos políticos, como também a possibilidade de exercer a liberdade de expressão. As facilidades econômicas se relacionam a capacidade de utilizar recursos econômicos como meios que conduzem ao consumo e satisfação de necessidades materiais. As oportunidades sociais são materializadas na ampliação do acesso à educação, saúde e outros serviços sociais que influenciam na possibilidade de melhoria de vida dos indivíduos. As garantias de transparência por sua vez, “referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantia de dessegredo e clareza”. Finalmente, a segurança protetora deve estar relacionada à garantia de proteção social às populações afetadas ou ameaçadas por problemas ligados à pobreza, fome e desemprego.

Não se pode negar que o aumento da renda per capita e o conseqüente crescimento econômico são fatores relevantes no processo de desenvolvimento, porém, estes fatores devem ser compreendidos apenas como ferramentas integrantes do processo de ampliação das capacidades. Nesse contexto, o aumento da renda deve ser visto como um instrumento que amplia as condições de realizações individuais e a riqueza econômica é o que permite a possibilidade de viver como se gostaria (SEN, 2010).

O crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos (SEN, 2010, p.29).

Esta ideia nos permite situar o nosso objeto de estudo, o PA Santa Verônica, no diálogo com a noção de desenvolvimento proposta por Sen. Quando consideramos que o desenvolvimento deve ter como princípio a melhoria da vida que as pessoas valorizam ter, percebemos que a criação de assentamentos rurais pode ser vista por agricultores e trabalhadores sem terra como a materialização de condições objetivas de trabalho e moradia, aspectos que orientam a sua ação política. O desafio desta estratégia, no entanto, reside na prática de tornar estas condições objetivas (associação entre trabalho e moradia) promotoras de um crescimento econômico necessário à conquista de outros bens e serviços que levem à expansão da liberdade dos seus beneficiários.

Sen (2010) chama atenção para as liberdades que temos razão para valorizar e esta é uma dimensão intensamente subjetiva, pois se refere à liberdade que o indivíduo desfruta para colocar em prática hábitos, costumes e disposições concernentes ao seu modo de vida. No caso do PA Santa Verônica, na narrativa dos informantes a valorização de aspectos essencialmente subjetivos, tais como viver tranquilamente no assentamento, considerado em certa medida, o sítio que se opõe ao estilo de vida da cidade. A tranquilidade mencionada se traduz, por exemplo, na possibilidade de viver longe do barulho da cidade e de criar os filhos com mais liberdade. Viver bem da maneira que se valoriza é uma experiência que qualifica a vida dos indivíduos. Mas existe uma ressalva a ser feita nesse processo de valorização de experiências subjetivas, pois segundo Gomes (2005, p.34), na avaliação ou na efetivação do desenvolvimento é necessário ter clareza das coisas que são intrinsecamente boas para os indivíduos e não somente instrumentalmente valiosas e “uma maneira de ilustrar este dilema é pensar se bens, como alimentos ou renda são inteiramente bons ou valiosos, porque contribuem para conquistar outros bens, por exemplo: cidadania, participação social, autonomia, liberdade e outros”.

### **1.3 Qualidade de vida: referências de um conceito na modernidade**

Mencionamos anteriormente que segundo Beck (2010) a sociedade moderna se consolida a partir de uma cientificização simples, processo que historicamente se

contextualiza no momento em que a ciência passa a ser empregada na descoberta da natureza, do homem e da sociedade. O confronto entre tradição e modernidade, o qual cria uma nítida fronteira entre solução e causa dos problemas, é também o responsável por uma crença inabalável no progresso científico, onde este passa a ser visto como o elemento propulsor do desenvolvimento e, portanto, de uma qualidade de vida baseada no acesso a bens tecnológicos.

Nesse sentido a complexidade da sociedade moderna se consolida no século XX com a sociedade da informação e do consumo. O contexto de inovações que essa sociedade acarreta provoca alterações na subjetividade e nos estilos de vida dos indivíduos, que se veem diante de uma série de ambiguidades e descontinuidades que afetam sua capacidade de escolha e dificultam até mesmo a compreensão da noção de qualidade. (GOMES, 2005, p.26).

Questiona-se então sobre o que é ter uma vida boa, uma vida dotada de aspectos que a qualifiquem como uma vida prazerosa. São os aspectos da tradição que se referem ao modo de vida dos grupos ou são os aspectos da modernidade que são tomados como parâmetros para a definição de qualidade de vida? Acredita-se que a qualidade de vida é um conceito construído a partir da confluência de aspectos objetivos e subjetivos da vida social dos grupos. É um tema inserido na modernidade, mas que também abarca valores da tradição inerentes aos indivíduos. Para Beck (2004, p.240):

[...] as pessoas lutam para viver a própria vida num mundo que cada vez mais e de modo mais evidente foge de suas mãos, que está global e irrevogavelmente ligado em rede. [...] Na época global, a própria vida de alguém não é mais sedentária nem amarrada a um lugar específico. É uma vida viajante, em termos literais e metafóricos, uma vida nômade, uma vida passada em carros, aviões e trens, no telefone ou na internet, sustentada pelos meios de comunicação de massa, uma vida multinacional que se estende através das fronteiras.

Nesse confronto entre tradição e modernidade, Nussbaum e Sen (1996) discutem sobre quais critérios devem ser considerados na avaliação da qualidade de vida de pessoas em diversas partes do mundo. Os autores questionam se devem ser consideradas as tradições locais de onde se está tratando e perceber o que estas tradições consideram essencial para a vida dos indivíduos, ou em troca, privilegiar explicações universais para o seria uma boa vida humana. Como já mencionado anteriormente, pensamos que a qualidade de vida é um conceito formado a partir da confluência de aspectos que são valorizados pelas pessoas

porque, numa perspectiva mais subjetiva, lhes proporcionam bem-estar, e de aspectos que são intrinsecamente bons para elas.

Lefebvre (1991) citado por Gomes (2005), afirma que o cotidiano é uma categoria que abrange vários aspectos da vida dos indivíduos, tais como aspectos econômicos, psicológicos e biológicos que se relacionam, por exemplo, à valorização de bens e de experiências inerentes a estes indivíduos. Desta forma, analisar quais destes aspectos estão mais fortemente destacados na narrativa das famílias assentadas é considerado um elemento fundamental na compreensão do que constitui a qualidade de vida.

De acordo com Buarque (1993) o conceito de qualidade de vida é um dos mais antigos, pois encontra fundamentos práticos mesmo antes de ser definido. No entanto, talvez nenhum conceito seja tão moderno como a busca pela qualidade de vida, a crítica e a redefinição do conceito é algo ainda mais moderno. Essa crítica ao conceito de qualidade de vida possui claramente uma estreita relação com o processo de modernização reflexiva discutida por Beck (2010).

Buarque (1993) afirma que durante séculos a qualidade de vida era definida pela garantia da rotina de uma vida tranquila, em que, por exemplo, não ser ameaçado por intempéries naturais ou humanas era um “indicador” significativo. Após a Revolução Industrial, porém, a qualidade de vida passou a ser sinônimo de vida no meio urbano e de consumo em massa. O século XX reforça a ideia de qualidade de vida enquanto satisfação de necessidades materiais por meio do consumo, o qual foi legitimado como o símbolo da utopia do desenvolvimento e como critério padrão na avaliação da qualidade de vida. Ter acesso a bens tecnológicos, segundo Buarque (1993), tornou-se tão mais importante quanto desfrutar das vantagens que os próprios bens poderiam oferecer. Esse contexto é baseado em uma crença inabalável no desenvolvimento científico e tecnológico, em que os possíveis riscos da modernização, como afirma Beck (2010) eram justificados pelos benefícios que ela provocava.

O desenvolvimento científico obtido até esse momento passa a ser criticado a partir de uma modernização reflexiva, que segundo Beck (2010) inaugura um contexto em que a ciência se confronta com seus próprios produtos, tornando-se cada vez mais necessária, mas ao mesmo tempo cada vez menos suficiente para a definição da verdade. A cientificização reflexiva cresce à medida que crescem também os riscos e as falhas da modernização.

A busca pela verdade sempre foi um esforço sobre-humano, uma elevação ao divino. Ela era uma parente próxima do dogma. Quando era alcançada,

expressa, tornava-se difícil alterá-la, mas alterava-se o tempo todo. A ciência tornou-se humana. Está repleta de falhas e enganos. Mas também é possível fazer ciência sem a verdade, talvez até melhor, mais honesta, versátil, ousada, corajosa. A oposição estimula e sempre tem suas chances. A cena torna-se colorida. Quando três cientistas se encontram, chocam-se quinze opiniões diferentes. (BECK, 2010, p.250).

Aproveitamos a crítica a respeito do desenvolvimento científico-tecnológico, fundamentada nas argumentações de Beck, para pensar um modo alternativo de se discutir tanto o desenvolvimento, como a qualidade de vida. Um modo que nos proporcione, em certa medida, a oportunidade de se desvincular de algumas verdades por tanto tempo inalteradas, como por exemplo, o desenvolvimento como crescimento econômico e a qualidade de vida como consumo e acesso aos frutos da tecnologia e do conhecimento científico.

Ao final do século XX Sachs (1995) já realizava uma crítica pertinente ao processo de globalização: Segundo o autor as representações do que seria uma vida boa são intensamente propagadas pelos meios de comunicação e vivenciadas por uma minoria de pessoas abastadas. Por outro lado uma parcela considerável da população mundial ainda permanece distante dos benefícios da globalização. Como ter acesso a bens tecnológicos ou desfrutar da capacidade de deslocar-se pelo mundo se nem as necessidades mais elementares, como por exemplo, alimentar-se dignamente, estão satisfeitas? Desta maneira o progresso técnico-científico não foi capaz de promover o real bem estar das pessoas e a sua consequente qualidade de vida.

O estilo da vida moderna e, sobretudo, a intensificação do processo de globalização foram responsáveis pelo surgimento de sérios problemas sociais que afetam grande parte da população mundial, e principalmente populações de países subdesenvolvidos. Esses problemas sociais podem privar os indivíduos de condições objetivas de sobrevivência, tais como trabalhar, possuir moradia ou alimentar-se bem. Por outro lado “os problemas sociais podem ser transformados diretamente em disposições psicológicas: em sentimentos de culpa, ansiedade, conflitos e neuroses.” (BECK, 2004, p.239). Podemos considerar como problemas sociais o desemprego, a violência e outras situações dentre as quais o individualismo do viver a própria vida não é capaz de resolver.

Talvez o próprio estilo de vida impregnado pela modernidade, caracterizado pelo acesso aos recursos tecnológicos da globalização e pela vida frenética na cidade, seja o responsável pela criação de certas inquietações e ansiedades nos indivíduos. Na lógica da sociedade moderna parece ser cada vez mais difícil levar uma vida tranquila, mas também o próprio conceito de vida tranquila torna-se impreciso. Ter uma vida tranquila é estar livre das patologias psicológicas e protegido dos graves problemas sociais, como a fome, o desemprego

e a violência ou é dispor de recursos materiais e econômicos que proporcionem nos indivíduos a sensação de conforto e bem estar?

Reconhecendo os riscos desta modernidade e assumindo a postura reflexiva exposta por Beck (2010) é possível pensar um modelo alternativo para se discutir a qualidade de vida. Nesse sentido as concepções sobre qualidade de vida podem se aproximar de uma perspectiva mais subjetiva, relacionada, por exemplo, ao pensamento Aristotélico que tanto valor atribui aos bens e às virtudes.

Abordar a qualidade de vida por uma perspectiva mais subjetiva exige aprofundar o significado de conceitos, pouco utilizados pelas ciências sociais, mas comuns, na filosofia, na ciência política e na economia moral, a exemplo da ética, das virtudes, das necessidades e dos bens. (GOMES, 2005, p.30-31)

Buarque (1993) elege algumas bases éticas para a compreensão da qualidade de vida na modernidade, tais como a democracia, a abolição da apartação, o equilíbrio ecológico, a descentralização, a eficiência econômica e a abertura internacional. De acordo com o autor, essas bases seriam os fundamentos de uma concepção alternativa de qualidade de vida, que corresponderia a uma modernidade ética, na qual a utopia da igualdade e do consumismo permaneceria respeitada, porém, o diferencial estaria assentado no desejo da igualdade dos direitos e na subordinação do consumismo a novos valores, tais como o fim do *apartheid social*.

Existe, no entanto, um alerta quanto aos pressupostos éticos da qualidade de vida definidos por Buarque (1993). Segundo Gomes (2005), a ressalva a ser feita reside no fato de que as bases éticas elencadas se referem a uma ideia específica de qualidade de vida, balizadas em uma escala macro estrutural, quando na verdade a maneira mais coerente de definir princípios estruturantes de qualidade de vida é buscá-los em contextos micros. Pois é nestes contextos que as experiências reveladas no cotidiano e nas formas de vida podem se transformar em indicadores que expressem o que é considerado valioso e intrinsecamente bom para as pessoas.

Herculano (2000) propõe no trabalho “*A qualidade de vida e seus indicadores*” que o conceito de qualidade de vida seja instrumento base para a constituição de um compromisso ético da sociedade, para com a garantia da vida e das potencialidades humanas, este é o nosso ver um compromisso a ser considerado, inclusive, na formulação e aplicação de políticas públicas, as quais necessitam ultrapassar a ideia de eficácia material, objetiva e distributiva. Segundo a autora, a mensuração e avaliação da qualidade de vida de uma população vêm

sendo feita de duas formas: a) através do diagnóstico dos recursos disponíveis e da capacidade dos grupos de satisfazer suas necessidades de acordo com tais recursos; b) da avaliação das necessidades do grupo através dos respectivos graus de satisfação e dos patamares desejados.

Para Sen (1993) a qualidade da vida humana é uma questão muito complexa. No enfoque utilizado pelo seu trabalho, o autor concebe a vida humana como um conjunto de “efetivações” (*functionings*) às quais estão relacionadas às atividades e aos modos de ser dos seres humanos. A avaliação sobre a qualidade de vida, portanto, está relacionada à capacidade de funcionamento e de desempenho de funções.

A complexidade maior na discussão da qualidade de vida provavelmente reside na maneira como a problemática é discutida na modernidade. A qualidade de vida é definida como um estado de bem-estar que não se sabe quem definiu, mas se sabe que é um estágio no qual todos devem chegar. Gomes (2005) responde a essa questão, sugerindo em seu trabalho, que a definição de qualidade de vida tal como é posta na modernidade é uma criação da sociedade ocidental pautada nos princípios do consumo.

De acordo com Nussbaum e Sen (1996), para se compreender a qualidade de vida de um grupo de indivíduos é necessário analisar, dentre outros fatores, as formas e as condições de trabalho às quais estão submetidos esses grupos, identificando se os trabalhadores desfrutam de dignidade e de condições satisfatórias. Possuir emprego e renda é uma condição que oferece aos indivíduos a possibilidade de superar situações de exclusão social e econômica, mas se as condições de trabalho colocam as pessoas em risco, elas podem estar sendo privadas da liberdade de trabalhar com segurança e satisfação.

A qualidade de vida passa também pelo exercício de privilégios legais e políticos, tais como escolher democraticamente os representantes políticos, participar de associações e outras organizações políticas, acessar e reivindicar serviços de saúde, educação e seguridade social. Esta questão é de grande relevância na discussão sobre a qualidade de vida no PA Santa Verônica. Veremos no quarto capítulo que apesar das famílias assentadas elegerem bens definidores de sua qualidade de vida a partir da criação do assentamento, existe uma problemática relacionada à representação e participação política na comunidade. O próprio modo de organização social dos assentados, a associação, encontra sérios entraves na efetivação de seus princípios e objetivos.

Por que a igualdade dos níveis de renda não pode ser a dimensão balizadora da noção de qualidade de vida? Para essa questão Sen (2010) afirma que rendas e mercadorias são usadas como a base material do bem-estar das pessoas. Entretanto, o uso que se pode dar a esse pacote de mercadorias ou a um dado nível de renda depende de circunstâncias

contingenciais tanto pessoais como sociais. Existem variações entre as rendas reais e as vantagens que delas se pode tirar, e dentre estas variações é possível mencionar as heterogeneidades pessoais, as diversidades ambientais, as variações no clima social, as diferenças de perspectivas relativas e a distribuição das famílias. Esse fato possui uma estreita relação com o processo de diferenciação entre pessoas e grupos.

A heterogeneidade pessoal diz respeito às diferenças nas características físicas das pessoas, as quais são relacionadas, por exemplo, a incapacidade, doença, idade ou sexo. Levando em consideração a diferença interpessoal em uma dessas variantes as respectivas necessidades podem diferir. “Por exemplo, uma pessoa doente pode precisar de uma renda maior para tratar da doença – uma renda de que uma pessoa sem essa doença não necessitaria” (SEN, 2010, p.99).

As diversidades ambientais correspondem a variações nas condições físicas do ambiente em que as pessoas vivem. As condições climáticas, por exemplo, podem influenciar os bens que uma pessoa pode ter com determinado nível de renda. Em exemplos práticos “necessidades de aquecimento e vestuário dos pobres em climas mais frios geram problemas que podem não ser igualmente sentidos pelos pobres de regiões mais quentes” (SEN, 2010, p.99).

Segundo as variações no clima social a conversão das rendas pessoais em qualidade de vida é fortemente influenciada pelas condições sociais as quais os indivíduos estão acometidos. Fazem parte dessas condições sociais serviços públicos como saúde, educação e segurança. (SEN, 2010).

As diferenças de perspectivas relativas correspondem a necessidades associadas a modelos de comportamento que podem variar entre comunidades, de acordo com hábitos e costumes. Desta forma uma pessoa pode ter níveis elevados de renda em comparação com os padrões de comunidades mais pobres, mas ser considerada relativamente pobre para realizar funcionamentos em uma comunidade rica. (SEN, 2010). Esta variação pode também estar relacionada ao fato de que mesmo não possuindo elevados níveis de renda, se as pessoas vivem bem da maneira como gostariam dentro de sua condição social, a renda pode representar um fator insuficiente para se analisar a qualidade de vida.

A distribuição das rendas dentro de uma família também pode criar variantes no grau de realizações e oportunidades individuais, pois o “bem-estar ou a liberdade dos indivíduos de uma família dependerá do modo como a renda familiar é usada na promoção dos interesses e objetivos de diferentes membros da família” (SEN, 2010, p.100).

Para Sen (2010, p.111) em virtude da diversidade interpessoal, o conjunto de bens possuídos pode falar insuficientemente sobre a natureza da vida que cada pessoa pode levar, desta forma, as rendas reais das pessoas são indicadores insatisfatórios para a avaliação dos componentes importantes para o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos.

Todas essas variações podem interferir na maneira de se analisar a qualidade de vida das pessoas. Se considerarmos apenas os critérios renda e modernização tecnológica como aspectos balizadores da noção de qualidade de vida estaremos esquecendo que as pessoas têm demandas, preferências e necessidades diferentes. Por isso é importante dar visibilidade ao que estas pessoas valorizam para suas vidas, aspecto que historicamente tem sido colocado em plano secundário na arena que define as políticas públicas no Brasil, pois como veremos no capítulo a seguir, por exemplo, muitas medidas tomadas pelo Estado em termos de política agrícola e da questão do acesso à terra refletem a lógica de desenvolvimento baseada na suposta eficácia do progresso científico-tecnológico. Isto nos permite afirmar que naquele contexto a qualidade de vida da população do campo parecia um tema secundário no debate sobre as políticas públicas. É nesse sentido que daremos continuidade ao trabalho, abordando no capítulo a seguir aspectos referentes à questão agrária no Brasil e aos embates envolvidos na política de assentamentos rurais, não perdendo de vista o debate aqui iniciado.

## CAPÍTULO II

### **2. POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA OU POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS: UM DILEMA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

Para a construção deste capítulo fez-se necessário transitar por temas e processos que, para melhor compreender dividimos o texto em duas seções. Na primeira seção optamos por entender a origem da questão agrária brasileira através da compreensão de uma cronologia de processos históricos e sociais que explicam a concentração fundiária no Brasil. Nessa discussão foi importante o resgate da formação histórico-econômica do Brasil, a qual privilegiou a criação e manutenção de uma estrutura pautada na grande propriedade. Em seguida agrupamos nesta mesma seção, argumentos de autores que se dedicaram ao tema da questão agrária brasileira e observamos que, durante décadas a reforma agrária foi um tema secundário na arena que define as políticas públicas, tendo em vista que as discussões sobre essa problemática ganharam impulso e visibilidade a partir da década de 1960, embora desde o século XIX já ocorressem conflitos envolvendo as lutas no campo, à exemplo das guerras de Canudos na Bahia (1893-1897) e do Contestado no Paraná e em Santa Catarina (1912-1916).

Descortinar a questão agrária brasileira é um exercício importante para compreendermos os problemas que na atualidade permeiam a vida de milhares de agricultores. Ante a isto a primeira parte deste capítulo aborda ainda a trajetória da política de assentamentos rurais no contexto das ações desempenhadas pelo Estado brasileiro no tratamento da Reforma Agrária. O objetivo da discussão é compreender de que forma o Estado, pressionado por lutas e reivindicações de movimentos sociais, deliberou sobre questões relativas à reforma agrária. Partimos então da abordagem do contexto político do momento da promulgação do Estatuto da Terra, posteriormente discutimos a ação estatal no Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), direcionando atenção ao período transitório entre o regime militar e a redemocratização. Abordamos também o modelo de reforma agrária empreendido nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual para teóricos como Alentejano (2004) se caracterizou como um modelo neoliberal que promoveu uma precária política de assentamentos. Destacamos em seguida o contexto de elaboração do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado no governo do presidente Lula, analisando algumas de suas metas e objetivos.

Por fim consideramos conveniente abordar o significado e a complexidade dos assentamentos rurais, enquanto um campo social construído a partir da interação entre

diferentes atores – trabalhadores assentados, agentes estatais e representantes de movimentos sociais. A experiência dos assentamentos rurais se inicia com uma série de lutas, mediações e negociações que colocam em pauta a efetivação de uma política pública desejada por trabalhadores cujos interesses refletem a necessidade de superação dos graves problemas que os privam da liberdade de trabalhar, morar e se alimentar dignamente. Descrevemos ainda de forma sucinta o processo de constituição de um assentamento rural, considerando ser relevante a compreensão do modo como a dita “política de reforma agrária” vem sendo implementada no Brasil.

## **2.1 A questão agrária e os marcos regulatórios da luta pela terra: O Estatuto da Terra e a constituição do I e II PNRA**

Martins (2000) afirma que a questão agrária tem sua própria temporalidade, onde a mesma é variante, surge em circunstâncias históricas determinadas e logo se incorpora ao leque de tensões e dilemas que compõe a dinâmica social e política. Por isso, o autor salienta que uma política de reforma agrária depende da compreensão da questão agrária a que ela responderá.

A problemática da questão agrária brasileira tem sua gênese na formação histórico econômica do território, protagonizada inicialmente pela colonização portuguesa. O momento histórico no qual se insere o início da colonização no Brasil, corresponde ao advento do sistema capitalista na sociedade europeia, com a fragmentação do regime feudal, o que levou as metrópoles à procura desenfreada por novas fontes de divisas, a fim de obter vantagens substanciais<sup>5</sup>.

Nesse período a Coroa portuguesa mantinha o monopólio sobre a terra e utilizava-se de mecanismos de concessão de direitos hereditários, que não permitiam compra ou venda do patrimônio. Em 1534 a Coroa portuguesa transferiu para o Brasil o sistema de sesmarias, um regime jurídico de repartição de terras que já havia sido instituído em 1375 no reino de Portugal. Os donatários recebiam 50 léguas de terras costeiras, comprometendo-se a pagar apenas um dízimo à Ordem de Cristo. (FERRARO JÚNIOR; BURSZTYN; 2010).

A criação da Lei de Terras em 1850 e sua regulamentação em 1854 refletiam indicativos de mudança nas concepções sobre posse e uso da terra. A Lei de Terras, no

---

<sup>5</sup> Diversos autores abordaram a trajetória da formação social e econômica do Brasil, dentre eles pode-se conferir as obras de Andrade (2000; 2005), a qual trabalha especialmente tomando como locus de análise a região Nordeste, Guimarães (1981), Prado Jr. (1966) e Furtado (1977).

entanto, determinou que a propriedade privada seria um direito de qualquer brasileiro, desde que este pudesse compra-la. Segundo Martins (1995, p.41-42) “Tal lei instituía um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. [...] A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros”.

A Lei de Terras foi criada no contexto do fim da escravidão, processo realizado não por espontânea vontade do império brasileiro, mas por pressões do governo inglês. O fim da escravidão exigia um novo tipo de trabalhador, que nesse caso foi o imigrante europeu. Nessa lógica não seria vantagem deixar terras livres, pois os futuros imigrantes poderiam ao invés de trabalhar para o grande fazendeiro abrir novas posses e tornarem-se ocupantes das terras livres. Nesse contexto, o agricultor que quisesse se tornar um proprietário de terra deveria sujeitar-se ao latifundiário e trabalhar arduamente para acumular o capital necessário à realização de seu objetivo.

No Brasil, o fim do cativo do escravo dá começo ao cativo da terra. Era um recurso para impedir que os novos trabalhadores livres que chegassem ao Brasil para substituir os escravos deixassem de trabalhar para os grandes fazendeiros, principalmente os de café, e evitar que procurassem as terras livres de fronteira econômica para ali se tornarem agricultores por conta própria. (MARTINS, 1995, p.104)

Nesse sentido, com o fim da escravidão as relações de trabalho que deveriam mudar gradativamente para melhorar as condições de vida dos agricultores, continuaram evidenciando traços das relações escravistas, pois sujeitavam tais trabalhadores as condições impostas pelo latifúndio em constituição. Os agricultores viram-se na necessidade de continuar submissos às novas relações no campo ou então, de se refugiar na cidade, onde teoricamente não encontrariam atividades nas quais pudessem se ocupar. (MARTINEZ, 1987)

É de extrema importância salientar que os agricultores não se calaram diante desse quadro de exclusão, pois muitas foram as formas de resistência. Sujeitar-se a um latifundiário representava a possibilidade de, mesmo precariamente, prover o próprio sustento. A ameaça da quebra dessa sujeição, mediante a expulsão do indivíduo da terra onde trabalhava, representava a sua oportunidade de resistir. Se por um lado as relações criadas pelo latifúndio eram perversas, por outro lado fomentavam as formas de resistência dos agricultores. Por tais circunstâncias, Martins afirma que a “exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. [...] Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico” (MARTINS, 1995, p.25).

Já no final do século XIX esses trabalhadores foram levados a se organizar e lutar com “rebeldia” contra as formas de repressão que lhes eram impostas. Podem ser mencionados nesse contexto de primeiras formas de libertação, como afirma Martins (1995), os conflitos de Canudos, na Bahia, e de Contestado, no Paraná e Santa Catarina.

No século XX por sua vez, a crise na atividade canavieira que tinha levado os donos de engenho a arrendar suas terras a foreiros é superada durante o período da guerra, momento em que o preço do açúcar tem um considerável aumento, o que provoca a expulsão de grande parte desses foreiros. Aqueles que não foram expulsos transformaram-se em moradores de condição. Percebemos assim que os trabalhadores do campo desde muito tempo, já experimentavam a condição de sujeição que ora era manifestada em relação ao latifundiário, ora em relação à própria sorte. Mas como bem afirma José de Souza Martins, essa exclusão é o que justamente vai delimitar a ação política a ser desempenhada por estes atores, como percebemos na afirmação a seguir:

É nessa situação mais recente de expulsão de foreiros que surgem as Ligas Camponesas, em 1955. É na situação mais recente de restrições à roça do morador da usina, de aumento dos dias de serviço que deve oferecer à usina para permanecer na terra, de conversão em assalariado, que surgem os sindicatos pouco depois. (MARTINS, 1995, p.66)

A luta pela terra no Brasil foi se delineando através de diferentes acontecimentos no percurso histórico do território. Em um contexto mais recente, pode-se destacar que os conflitos por terra se tornaram mais visíveis a partir do final da década de 1940, quando os mesmos passaram a ser conhecidos pela sociedade, mediados e divulgados por setores como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), pelas Ligas Camponesas e também pela Igreja Católica. (MEDEIROS, 2003)

Nesse período a reforma agrária era discutida por vários segmentos da sociedade, em um contexto marcado pela intensificação do processo de industrialização e pelo discurso que afirmava a necessidade de promover o desenvolvimento, este baseado na receita “milagrosa” da modernização fundamentada no progresso técnico, fato que discutimos no capítulo anterior. A agricultura brasileira era considerada atrasada e esse atraso era compreendido como consequência da existência do latifúndio, que deveria, então, passar por um processo de modernização (MEDEIROS, 2003). Esta era então a lógica dominante: alavancar o desenvolvimento econômico do país, promovendo, sobretudo, a modernização da agricultura, a qual favoreceria os grandes proprietários, que historicamente sujeitavam os pequenos agricultores que sobreviviam à margem do latifúndio.

De acordo com Delgado (2001) o período do pós-guerra no Brasil é caracterizado pelo pensamento econômico pautado no funcionalismo norte-americano. Sob esta concepção a agricultura era vista como uma atividade apoiada em cinco funções primordiais – liberar mão de obra para a indústria, suprir essas indústrias de matérias-primas, oferecer alimentos, cumprir as metas de exportações agrícolas e transferir renda para os setores urbanos – onde só haveria uma crise agrícola se uma destas funções deixasse de ser adequadamente atendida.

Segundo Delgado (2005) o debate teórico e político sobre a questão agrária brasileira a partir da década de 1960, também se faz apoiado em quatro setores de reflexão, os quais seriam representados pelos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr. e Ignácio Rangel), pelos centros reformistas da Igreja Católica, pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e por economistas conservadores da USP liderados por Antônio Delfim Neto.

Nessa perspectiva, Guimarães (1981) discute a questão agrária partindo do pressuposto de que vigora na estrutura fundiária do país resquícios feudais, que o capitalismo não conseguira transformar. A transformação dessa realidade deveria ser feita, portanto pela reforma agrária. Para o apresentador da obra de Guimarães, Houaiss (1981), em “*Quatro séculos de latifúndio*” o autor se posiciona como estudioso que aborda três aspectos centrais: primeiramente, o antagonismo da luta que envolve de um lado as classes pobres que almejam a conquista da terra e do outro as classes ricas que lutam pela continuidade do modelo latifundiário; em seguida, o processo histórico em que surge o latifúndio, seu apogeu, declínio e tentativas de perduração; e finalmente a estrutura social que tem permitido ao latifúndio subsistir.

As teses de Caio Prado Jr., por sua vez, tentam chamar atenção às relações sociais e as formas de trabalho no meio rural brasileiro. Prado Jr. (1966) ao analisar a questão agrária no Brasil, afirma que a colonização e a progressiva ocupação do território brasileiro constituíram desde o princípio um empreendimento mercantil, o qual foi marcado pelo sucesso da exploração agrária possibilitada pela disponibilidade de terras e de força de trabalho. Estes dois fatores seriam também os determinantes dos baixos padrões de vida das populações rurais no Brasil.

De acordo com Prado Jr. (1966) para que a situação de precariedade da vida no meio rural fosse superada, seria necessário estender a legislação trabalhista para o campo e promover a desconcentração da propriedade fundiária, possibilitando deste modo maiores oportunidades de acesso e utilização da terra a uma população historicamente desprovida desse direito. Nesse sentido a reforma agrária apareceria como a estratégia que teria por

objetivo elevar os padrões de vida da população rural e promover a integração dessa população às condições favoráveis de existência humana.

Rangel (2000) volta sua atenção aos problemas da superpopulação no meio rural. A questão agrária seria problemática ou porque o rural não libera mão de obra para outros setores da economia, ou contrariamente libera em excesso.

Considerando os centros de debate agrário apontados por Delgado (2005), Martins (2000) afirma que a Igreja Católica estava mais preocupada com a questão social do campo do que propriamente com a reforma agrária. Manter a unidade de trabalho familiar, conter os processos de migração e êxodo rural e evitar que os trabalhadores do campo entrassem em contato com os comunistas das cidades eram metas traçadas por esta instituição.

No entender dos bispos, só a fixação do homem à terra evitaria o êxodo, a proletarização. A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salvá-lo do comunismo. As propostas de reforma agrária que nascem dessas interpretações são, portanto, propostas destinadas a criar uma classe de camponeses que servissem como barreira de contenção da maré vermelha. Ampliar o número de pequenos proprietários para salvar a propriedade privada. (MARTINS, 1995, p.88).

O período compreendido entre 1965 e 1980 é reconhecido por muitos autores, como a época dominada por uma política de desenvolvimento marcada por uma dinâmica conhecida como “modernização conservadora”, que previa desenvolver uma agricultura nos moldes capitalista, que posteriormente se integrasse ao setor industrial, através de mudanças na base técnica de produção. Nesse contexto houve estímulo “a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura” (DELGADO, 2001, p.165).

Andrade (1980) discute a respeito de relações de trabalho no meio rural e do processo de ocupação e apropriação que deram origem a essas relações especificamente no espaço nordestino. Em suas concepções o autor afirma que os grandes latifúndios, com o desenvolvimento do capitalismo, aparecem como territórios pertencentes não mais as oligarquias rurais, mas pertencentes “à própria burguesia urbana, aos comerciantes, aos industriais, ou a profissionais liberais.” (ANDRADE, 1980, p. 67). Isso significa dizer que o título de propriedade dos latifúndios, muitas vezes inexplorados, hoje é de posse de uma burguesia urbana, cujo interesse em explorar racionalmente a terra é mínimo, deixando suas propriedades ociosas com objetivos meramente especulativos.

Segundo Andrade (1980, p. 68):

[...] esta concentração de terras, de propriedades muitas vezes mantidas sem ser exploradas, é feita como uma forma de acumulação, num país que vive em inflação crônica e onde a terra é uma mercadoria cuja valorização anual é muito superior ao índice de inflação, e também porque a propriedade da terra dá ao proprietário, quando pessoa física, um maior status social.

Os projetos de colonização, implantados por órgãos do governo para atender aos imperativos da modernização, sobretudo a partir de 1960, colaboraram para a implantação da empresa rural no campo, atendendo desta forma aos interesses de grandes grupos industriais que implantaram seus projetos em grandes porções do território e acabaram contribuindo para a intensificação da proletarização do agricultor. Tal proletarização se caracteriza pela pauperização do trabalhador, que desalojado, forçado a desocupar a terra que ocupava por arrendamento, é obrigado a migrar para os centros urbanos onde geralmente se instala nas áreas periféricas e vende sua força de trabalho esporadicamente. É desta forma que a empresa capitalista no campo fomenta questões outras relacionadas à luta pela terra.

O modelo de desenvolvimento adotado nesse período contribuiu para acentuar os problemas enfrentados pela população rural – fome, pobreza, expropriação, dentre outros. A garantia da qualidade de vida, deste modo, ficara comprometida pelo tipo de política que vinha se instaurando (ou pela ausência de uma política voltada realmente para os interesses dessa população). O tipo de desenvolvimento econômico incentivado no Brasil reduziu a capacidade de realização de funcionamentos de milhares de agricultores – alimentar-se dignamente, ter onde morar e trabalhar, gozar de direitos, participar ativamente da vida social. A exclusão desse universo de possibilidades é justamente o que justifica a ação política do grupo que Martins (1995) denomina de camponês.

Fernandes (1996, p.31) afirma que “não é só a luta pela terra que está em questão, é uma luta contra um modelo de desenvolvimento que privilegia um único tipo de propriedade.” Em outras palavras, agricultores e movimentos sociais alimentam o sentimento e o desejo por mudanças que perpassem qualquer ideal simplista de distribuição de pedaços de terra, o que se almeja na realidade é uma nova concepção sobre a configuração da posse do território, ou seja, uma nova estrutura agrária, que não renda privilégios ao latifúndio ocioso e que, sobretudo, ofereça condições necessárias para a reprodução e permanência no meio rural, e em particular nos assentamentos de reforma agrária.

Na reforma agrária é essencial que prevaleçam os termos qualitativos, termos que qualifiquem esse processo como o que compreende o papel da agricultura familiar na economia brasileira. A reforma agrária deve propiciar a diversificação das situações de trabalho e promover um processo de modernização tanto econômica, como também social

(MARTINS, 2000). Talvez este seja um dos desafios da reforma agrária no Brasil: traçar uma política pública que ultrapasse a métrica quantitativa que se baseia na eficácia distributiva e promova condições de existência que permitam qualificar os assentamentos rurais – uma das ações pontuais de reforma agrária – como espaços de vida e, portanto estratégias de desenvolvimento.

Bergamasco e Norder (1996), considerando a múltipla origem dos assentamentos, afirmam que os mesmos podem ser classificados em cinco tipologias: projetos de colonização idealizados durante o regime militar, reassentamentos de centenas ou milhares de famílias atingidas pelos impactos provocados pela construção de barragens para usinas hidrelétricas, planos de valorização de terras públicas, programas de reforma agrária baseados no Estatuto da Terra, que viabilizam a desapropriação de terras devolutas, por interesse social, e ainda criação de reservas extrativistas que possibilitam a exploração racional dos recursos naturais, principalmente da região amazônica, por seringueiros locais.

Privilegia-se aqui a abordagem sobre a política de assentamentos baseada no princípio de desapropriação por interesse social. Princípio este que conflituosamente foi elencado no Estatuto da Terra, o primeiro documento a conceituar e tratar legalmente a temática da reforma agrária.

No período antecedente ao golpe militar de 1964, segundo Bruno (1997), o Brasil encontrava-se mergulhado em uma crise econômica que exigia, como condições para superação, uma atmosfera favorável ao desenvolvimento capitalista. Nesse ambiente propício à reprodução do capital, deveria estar presente, dentre outros fatores, o processo de modernização da agricultura, como já ressaltamos anteriormente.

Segundo Silva (1981), inserida em uma visão dualista que separava o mundo entre desenvolvido e subdesenvolvido, a sociedade brasileira desse período viu o limiar de propostas que disseminavam a ideia de que o atraso dos países subdesenvolvidos poderia ser superado com a fórmula da industrialização. Nesse sentido o responsável pela situação de atraso na economia dos subdesenvolvidos seria o setor agrícola tradicional. No caso do Brasil, o “milagre brasileiro” desmistificou a ideia que a agricultura seria um empecilho à formação do capitalismo industrial. Esse processo de desmistificação, por sua vez, foi apoiado em uma modernização que fez surgir unidades de produção rurais cada vez maiores, através de estratégias como o crédito rural.

Os “pequenos” agricultores, vítimas dos efeitos perversos do modelo de desenvolvimento que passara a ser adotado no Brasil na segunda metade do século XX, iniciam então um processo de reivindicações que leva o Estado a perceber a existência de

tensões que podem ameaçar a sua ordem social. Por tais razões em 1964 o governo militar impôs o ensaio de um projeto de reforma agrária representado pelo Estatuto da Terra. Nesse documento (Lei nº 4504/64) “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”. O Estatuto da Terra, segundo Palmeira (1989), previa criar novas categorias para o direcionamento das ações do Estado, desse modo as categorias elencadas no Estatuto, tais como, trabalhadores rurais, parceiros, arrendatários, ocupantes e proprietários rurais deveriam indicar a possibilidade de execução de políticas específicas para cada uma delas.

A ideia de reforma agrária expressa no Estatuto da Terra surgiu em um contexto que, como outrora mencionado, considerava a estrutura fundiária como fator limitante ao processo de modernização e reconhecia a necessária resolução de conflitos evidenciados no campo. As medidas lançadas no Estatuto logo provocaram a reação dos antirreformistas, representados, por exemplo, pelos grandes proprietários, que por vezes possuíam representantes conservadores no Congresso Nacional (BRUNO, 1997).

Na política fundiária do primeiro governo militar, comandado por Castello Branco, duas estratégias diferenciadas competiam entre si. A primeira delas levava a noção de uma política distributivista pelo fato de concentrar esforços no processo de democratização da propriedade da terra. A segunda estratégia encaminhava para a tendência produtivista, a qual seria privilegiada nos anos seguintes através do processo de modernização da agricultura. Nesse sentido o Estatuto passou a prever “duas estratégias políticas diferenciadas. Uma nitidamente “distributivista” a favor da democratização da propriedade e da reforma agrária. Outra, “produtivista”, concentradora, já apontando para a opção que viria prevalecer, a da modernização conservadora” (BRUNO, 1997, p.45).

No Brasil o incentivo a modernização agrícola desencadeou processos tais como: a) o aumento da produtividade em virtude da introdução de fertilizantes e defensivos, e a consequente exigência de mão de obra qualificada; b) a sazonalidade de ocupação da mão de obra; c) a substituição do trabalhador permanente pelo trabalhador volante. Vale salientar que o estímulo à modernização atingiu especialmente as grandes propriedades em detrimento das pequenas unidades agrícolas produtoras de gêneros alimentícios básicos (SILVA, 1981), o que nos leva a inferir que a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e o desenvolvimento do campo, baseados em princípios de justiça e acesso a recursos e serviços públicos, eram temas sem grande visibilidade na perspectiva da gestão do Estado.

A transformação capitalista da agricultura brasileira estava referenciada em uma política de Estado que se sustentara em mecanismos como o crédito rural, o qual privilegiou o grande proprietário pela sua capacidade de poder oferecer suas terras como garantia. Além disso, essa política se apoiou também em incentivos fiscais que permitiram a transferência de capitais da indústria para a agricultura e na política de ocupação de novas terras. Esses mecanismos criaram assim uma “modernização conservadora”, pois, privilegiaram apenas culturas e regiões que já apresentavam sinais de modernização, bem como tipos específicos de unidades produtivas (SILVA, 1981).

Na década de 1960 a estrutura agrária brasileira encontrava-se intensamente concentrada, no entanto, a agricultura foi capaz de responder aos imperativos da industrialização em virtude de estratégias que simultaneamente aumentaram a oferta de matérias primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer as exportações e integraram a agricultura ao circuito global da economia (SILVA, 1981).

Segundo Silva (1981) o intenso grau de diferenciação entre as macrorregiões do país depois de 1960, não seria conveniente falar sobre uma “agricultura brasileira”, isso porque três modelos agrícolas foram bem definidos no território: na região Centro-Sul a agricultura se modernizou rapidamente pela introdução de insumos industriais, na região Nordeste a agropecuária permaneceu sem grandes transformações e na região da Amazônia as áreas de fronteira agrícola só foram incorporadas mais recentemente.

Palmeira (1989) concorda com Silva (1981) ao afirmar que, ao contrário das previsões dos analistas das décadas de 50 e 60, a agricultura brasileira conseguiu absorver volume considerável de grande quantidade de crédito agrícola e insumos modernos, o que provocou uma intensa mecanização no processo produtivo. A introdução de novas técnicas permitiu que a agricultura se integrasse ao processo de comercialização e aumentasse a produtividade, atendendo as exigências tanto das exportações, como também do mercado interno.

Essa modernização, no entanto, foi realizada sem que houvesse alterações na estrutura da propriedade fundiária. De acordo com Palmeira (1989) processos como a concentração fundiária, as disparidades de renda, o êxodo rural, a exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas e a má qualidade de vida da população rural tornaram-se ainda mais acentuados. Por tais motivos é que muitos reconhecem que essa foi uma “modernização conservadora”.

Segundo Bruno (1997, p.45), o Estatuto da Terra “secundarizou na letra e na prática o principal instrumento de reforma: a desapropriação por interesse social, substituindo-o pela tributação progressiva e regressiva das terras.” Esse processo ocorreu em virtude da pouca

representação política da camada a favor do projeto de reforma agrária do governo Castello Branco. Deste modo, o governo foi em certa medida, forçado a desprivilegiar seus interesses reformistas, reforçando o discurso dos grandes proprietários, os quais alegavam que era mais vantajoso o investimento na política de produtividade agrícola.

O Estatuto da Terra se caracteriza ainda pela não incorporação das reivindicações do movimento camponês. Na lógica do governo Castello Branco a reforma agrária seria a dimensão que permitiria perceber o lugar da agricultura no processo de desenvolvimento capitalista. Segundo Bruno (1997, p.102) “Castello Branco defendia a realização de uma reforma que, desnudada do seu conteúdo ideológico, teria por objetivos o aumento da produção e da produtividade e a consolidação da propriedade privada no campo”.

Cada termo conceituado no Estatuto da Terra foi alvo de intensas críticas, discussões, emendas e vetos, principalmente os termos que se referiam à questão fundiária. Isso porque o Estatuto concebia a reforma agrária sob o aspecto de uma reforma fundiária que viesse a modificar os regimes de posse e uso da terra. Os ruralistas logo se manifestaram afirmando que no Brasil não existia um problema fundiário, mas apenas um problema rural, o que implicava na ideia de que não haveria necessidade de alteração da estrutura de propriedade da terra, bastava que o Estado oferecesse meios eficazes para que os proprietários dessem um sentido social às suas terras. Nessa perspectiva a intenção era eliminar do texto do Estatuto qualquer ponto que fizesse alusão à questão da propriedade, pois os antirreformistas “consideraram toda e qualquer medida de política fundiária como uma agressão à empresa rural e um limite à possibilidade de expansão da grande empresa capitalista no campo” (BRUNO, 1997, p.149).

Ao entender esse conflituoso cenário que envolvia Estado, agricultores e ruralistas, é possível perceber que dois projetos distintos se delineavam: a criação e manutenção de grandes empreendimentos rurais e as ações de “reforma agrária” localizadas em áreas de conflito. Tomando essa perspectiva, observa-se que no Brasil a implantação de projetos de assentamentos é fruto de uma luta incessante, caracterizada por reivindicações decorrentes principalmente da ação dos agricultores sem terra. Reforça-se então a tese de que não existe no país uma política de reforma agrária que altere a estrutura fundiária, existe na verdade ações pontuais que se baseiam no assentamento de trabalhadores sem terra em áreas de conflito fundiário e áreas de decadência econômica ou reestruturação produtiva (CUNHA et. al., 2005).

Considerando que a produção de políticas públicas ocorre em uma arena de debates que propicia a inter-relação entre diferentes atores sociais, as políticas de assentamento que

vem se desenvolvendo no Brasil desde os anos 1960, a partir dos conflituosos objetivos do Estatuto da Terra, são transformadas e reconfiguradas de acordo com as características apresentadas pelo contexto histórico, político e econômico de cada época.

Nesse sentido o tipo de política que resultou na criação de assentamentos até a década de 1980 atendeu prioritariamente à necessidade de investimento em uma modernização que, na visão do Estado, alavancaria o desenvolvimento econômico do país integrando-o também aos circuitos da economia mundial. Veremos adiante, que em um contexto diferente, o da redemocratização, a política de assentamentos será pensada através de planos, normas e regras que tentam institucionalizar o denominado desenvolvimento rural através de ações que promovam o “progresso econômico das comunidades rurais” (BRASIL, 1985). Esse novo contexto reveste a política agrária brasileira, e a consequente política de assentamentos, de um caráter empreendedor que tem por objetivo atender as demandas externas da economia neoliberal em gestação.

Duas décadas após o esvaziamento dos objetivos reformistas do Estatuto da Terra, é lançada a única medida de proposta socialmente mais abrangente da Nova República. Trata-se do I PNRA formulado em 1985, que mesmo em consonância com o Estatuto da Terra, em certa medida tenta observar a questão da reforma agrária como uma questão eminentemente social. É importante salientar que a nova postura frente ao tema da reforma agrária não foi adotada por acaso, considerando que a abertura democrática que passara a ocorrer na década de 1980 foi responsável pela articulação de trabalhadores motivados a pressionar o Estado no tratamento de questões sociais que reivindicavam reformas de base, dentre elas a reforma agrária.

É nesse contexto que os movimentos sociais conquistam a notável expressividade que se manifesta na reivindicação por mais espaço nos processos de negociação e formulação de políticas públicas. Esses movimentos tentam, sobretudo, dar visibilidade a problemática que permeia a vida social no campo, levando a dita reforma agrária a atender às demandas elencadas pelos trabalhadores.

No entanto, não demorou muito tempo para que as reações antirreformistas alicerçadas por empresários rurais, latifundiários, fazendeiros e produtores rurais também ganhassem expressividade. Esse grupo exigia maior participação nas discussões e na elaboração do texto do PNRA e tentava convencer que o sucesso alavancado pela modernização não poderia ser limitado (BRUNO, 1997). O suposto progresso trazido pelo desenvolvimento agrícola da época justificaria qualquer “risco” experimentado pelos trabalhadores rurais.

Nesse contexto de disputas surge em junho de 1985 a União Democrática Ruralista (UDR) objetivando defender os interesses dos empresários rurais e de modo prioritário os interesses de pecuaristas, os supostos “prejudicados” pelas ações de reforma agrária. Esta instituição é simultaneamente o reflexo de um movimento ruralista e de um movimento político. Movimento ruralista porque agregava os empresários e proprietários rurais em torno do objetivo comum de manutenção da iniciativa privada. Movimento político porque, dentre outros motivos, difundia o discurso de que o Estado não poderia secundarizar em suas ações aqueles que foram responsáveis pelo sucesso do processo de modernização (BRUNO, 1997).

Constituindo um conflituoso cenário de discussões, o plano foi apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) no ano de 1985 e previa ações que beneficiariam um milhão e quatrocentos mil famílias num período de quatro anos (1985-1989).

O plano fundamentava-se na observação aos seguintes princípios:

- a) *Estatuto da Terra como instrumento da Reforma Agrária* – Nessa perspectiva deveria haver a observação e o cumprimento das metas estabelecidas no Estatuto da Terra, tais como: a garantia da função social da propriedade (favorecer o bem-estar dos proprietários e trabalhadores, manter os níveis satisfatórios de produtividade, assegurar a conservação dos recursos naturais e observar as disposições que regulam relações justas de trabalho); a não desapropriação de empresas rurais que cumprem sua função social e se mantêm produtivas; a não desapropriação de pequenos e médios agricultores; o pagamento de desapropriações mediante indenizações; a transferência de terras desapropriadas aos beneficiários conforme a lei;
- b) *A reforma agrária como estratégia de ação governamental* – A reforma agrária seria incumbência de todas as instancias dos Governos Federal, num processo de cooperação interministerial;
- c) *Integração com os governos Estaduais e Municipais* – A reforma agrária seria apoiada por Estados e Municípios através de medidas de coparticipação e corresponsabilidade;
- d) *Participação da sociedade civil* – Participação de diferentes instituições como sindicatos, associações e movimentos sociais;
- e) *Reforma agrária e política agrícola* – A política agrícola é definida no plano como o conjunto de medidas de amparo a produção agropecuária por meio de estratégias de créditos, seguros, sistemas de escoamento e comercialização da produção;
- f) *Reforma agrária e meio ambiente* – Haveria necessidade de conservação dos recursos inseridos na área de influência dos projetos e propostas educativas de caráter preventivo;

- g) *Reforma agrária e terras públicas* – Terras particulares e terras devolutas da União, dos Estados e dos municípios estariam sujeitas a reforma agrária;
- h) *Reforma agrária e terras indígenas* – Necessidade de reassentar não índios ocupantes de terras indígenas e demarcar as terras ocupadas por populações nativas;
- i) *Organização dos beneficiários* – A falta de um sistema de organização entre os beneficiários seria responsável pelo insucesso dos projetos de assentamento.

Determinados princípios caracterizam claramente os objetivos pretendidos com a reforma, à exemplo da referência ao Estatuto da Terra como a base legal para execução do plano. O reforço ao conceito de função social se torna complexo na medida em que se refere majoritariamente aos grandes latifúndios que mesmo concentrando grandes extensões de terra, não seriam desapropriados se mantivessem os níveis satisfatórios de produtividade, considerando que estes mesmos latifúndios foram os responsáveis pela materialização do processo de modernização que sustentara o desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil. Isto indica que um maciço processo de desconcentração fundiária estava longe de ser realizado.

De acordo com o plano, a execução da reforma agrária seria apoiada em um conjunto de grandes ações classificadas em: programa básico, programas complementares e programas de apoio (ver quadro 01).

**Quadro 01** – Programas de execução da reforma agrária no I PNRA

<b>Programa Básico</b>	<b>Programas Complementares</b>	<b>Programas de apoio</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assentamento de trabalhadores rurais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regularização fundiária;</li> <li>• Colonização;</li> <li>• Tributação da terra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadastro rural;</li> <li>• Estudos e pesquisa;</li> <li>• Apoio jurídico;</li> <li>• Desenvolvimento de recursos humanos.</li> </ul>

Fonte: Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 1985)

De acordo com as informações do quadro 01 pode-se perceber que o programa básico do PNRA consistia no assentamento de trabalhadores rurais, o qual deveria ocorrer preferencialmente em regiões já ocupadas pelos próprios trabalhadores e se fundamentar na oferta de terras, na promoção de uso das mesmas e no apoio à organização dos trabalhadores. Os programas complementares, por sua vez, seriam baseados em regularizações fundiárias, projetos de colonização e tributações de terra. Finalmente os programas de apoio estariam

baseados em ações de cadastro rural, estudos e pesquisas agrárias, apoio jurídico e desenvolvimento de recursos humanos.

Apesar das metas estabelecidas, segundo Santos (2010), o plano contribuiu não para a consolidação de uma política de reforma agrária no Brasil, mas para ações pontuais de assentamentos que essencialmente tinham o objetivo de controlar conflitos e tensões em áreas estratégicas.

A década de 1990 inaugura um período marcado pela efervescência da lógica neoliberal, legitimada, sobretudo, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual segundo Alentejano (2004) promove ações que se constituem como uma precária política de assentamentos. Essa precária política é compreendida a partir de seis processos: a) grande parte das medidas tomadas na época consistiu apenas em processos de regularização fundiária e não na criação de novos assentamentos; b) o expressivo número de assentamentos criados, em comparação com governos anteriores, competia com o processo de expulsão de pequenos produtores do meio rural por falta de condições favoráveis de permanência; c) as desapropriações feitas pelo governo não partiam de uma lógica programada, eram na verdade resultado da pressão dos movimentos sociais, reafirmando as práticas que já eram realizadas desde a época em que o Estatuto da Terra foi promulgado; d) a criação do mecanismo de compra de terras premiava interesses especulativos; e) a criação de novos assentamentos não era acompanhada de estratégias que permitiam as famílias viverem em condições efetivas de produção e comercialização; f) não existia uma política agrícola que privilegiasse a pequena propriedade familiar.

De acordo com Pereira e Sauer (2011) o aumento das ocupações de terra e a forte repercussão que obtiveram os massacres de Corumbiara (RO, 1995) e Eldorado dos Carajás (PA, 1996)<sup>6</sup> obrigaram o governo de Fernando Henrique Cardoso a refletir sobre o problema agrário brasileiro, fato que até então permanecera relegado a um segundo plano, tendo em

---

<sup>6</sup> No massacre de Corumbiara (RO), ocorrido em 14 de julho de 1995, centenas de famílias sem terra ocuparam parte da fazenda Santa Elina, e dias depois foram pegos de surpresa por jagunços e policiais armados coniventes com as práticas dos latifundiários, iniciando o massacre, onde posseiros foram torturados e executados (Stedile, 2009). Os processos que resultaram no massacre de Eldorado dos Carajás (PA) - conflito que aconteceu em 17 de abril de 1996 – foram gestados em 1995 quando cerca de 3500 famílias organizadas pelo MST formaram um acampamento à margem da rodovia PA-275 próximo à Fazenda Macaxeira. Os trabalhadores reivindicavam a desapropriação da fazenda, pois alegavam que a propriedade era improdutivo. No entanto, após realizar o laudo de avaliação do imóvel, o INCRA concluiu que o mesmo era produtivo, e deste modo cumpria sua função social. Em março de 1996 os trabalhadores resolvem ocupar a Fazenda Macaxeira e em abril do mesmo ano, 1500 famílias iniciaram uma caminhada para Belém, capital do Estado, objetivando protestar junto ao governo estadual. O desfecho se deu em 17 de abril quando os trabalhadores foram cercados por policiais militares nas mediações do município de Eldorado dos Carajás. O saldo do massacre foi de 19 trabalhadores mortos e muitos outros feridos.

vista que a reforma agrária inicialmente realizada no referido governo se constituía como meramente assistencialista e vinculada ao programa Comunidade Solidária.

Nessa perspectiva, foi criado em 1996 o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o qual executou ações articuladas em cinco dimensões distintas, tais como: medidas que reduziam os custos pagos pelas desapropriações de terra e o tempo de imissão de posse pelo INCRA; medidas que criminalizavam as ocupações de terra; medidas que levavam os meios de comunicação a divulgarem de maneira negativa as ocupações de terra realizadas pelo MST; medidas que transferiam à esfera estadual a responsabilidade final do processo de aquisição de terras; e por fim, medidas que deram início a uma reforma agrária assistida pelo mercado (PEREIRA; SAUER, 2011).

Merece destaque o debate acerca da reforma agrária de mercado introduzida no Brasil no ano de 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A experiência do modelo de reforma agrária de mercado é orientada pelo Banco Mundial e de acordo com a visão de Pereira (2005) tal modelo é fundamentado a partir da crítica que se faz aos princípios, ou prováveis fragilidades, do modelo de reforma redistributiva realizada pelo Estado. O novo modelo combina a relação de compra e venda de terras financiadas pelo Estado e a política redistributiva de recursos para investimento em infraestrutura e organização produtiva.

As supostas vantagens da reforma agrária de mercado são intensamente assumidas pelo Banco Mundial, o qual afirma que este é um modelo mais barato, que favorece a autonomia dos assentados correspondendo melhor às necessidades locais, dispensa o conflito com os proprietários de terra, incentiva o desenvolvimento produtivo dos agricultores, dinamiza os mercados de terra, permite o desenvolvimento simultâneo de atividades agrícolas e não agrícolas, é uma relação contratual de compra e venda onde o descumprimento das normas concorre para a perda da terra e fundamentalmente é mais coerente com a lógica da liberalização das economias nacionais (PEREIRA, 2005).

No Brasil o modelo de reforma agrária de mercado foi materializado através dos programas Reforma Agrária Solidária e Cédula da Terra, no governo de FHC, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, no governo Lula.

O segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado em 2003, no governo do presidente Lula, se reveste de propostas que visam promover “*paz, produção e qualidade de vida no meio rural*”. O documento traz em si a ideia de reforma agrária enquanto um instrumento de superação da situação de atraso, na medida em que afirma que tal reforma retomaria o crescimento econômico necessário a construção de uma nação moderna (BRASIL, 2003).

O plano reforça a ideia de promover uma reforma agrária que viabilize o desenvolvimento territorial sustentável, inserindo os agricultores familiares em atividades pluriativas que tornem seus espaços amplamente dinâmicos. Reconhece também que durante muito tempo foram priorizadas políticas de implantação de assentamentos rurais isolados e desvinculados de ações efetivas de desenvolvimento.

De acordo com as metas apresentadas no documento, o plano previa até o final de 2006 assentar cerca de 400 mil famílias, promover a regularização fundiária de 500 mil e permitir acesso ao crédito fundiário a 150 mil famílias (ver quadro 2).

**Quadro 02 – Metas Propostas pelo II PNRA**

Meta 1	400.000 novas famílias assentadas
Meta 2	500.000 famílias com posses regularizadas
Meta 3	150.000 famílias beneficiárias pelo Crédito Fundiário
Meta 4	Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos
Meta 5	Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado
Meta 6	Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais
Meta 7	Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas
Meta 8	Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas
Meta 9	Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária
Meta 10	Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas
Meta 11	Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas

Fonte: Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2003)

Como se pode observar no quadro 02 prioriza-se além do assentamento de novas famílias, a reorganização de espaços rurais existentes através da regularização de posses, da recuperação da capacidade produtiva dos assentamentos, da criação de postos de trabalho, da demarcação de áreas quilombolas e indígenas, dentre outras medidas.

**Quadro 03** - Relação de beneficiários de reforma agrária homologados por região (2003-2006)

<b>Região</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Total</b>
Norte	16.004	31.774	58.373	81.573	187.724
Nordeste	13.256	28.522	39.726	35.313	116.817
Sudeste	1.566	2.459	6.540	3.260	13.825
Sul	1.038	3.638	2.987	2.059	9.722
Centro Oeste	4.437	14.861	19.880	14.153	53.331
<b>Brasil</b>	<b>36.301</b>	<b>81.254</b>	<b>127.506</b>	<b>136.358</b>	<b>381.419</b>

Fonte: INCRA, 2013

Os dados do INCRA revelam que de 2003 a 2006 foram assentadas 381.419 famílias em todo território nacional, o que representa um número expressivo diante das metas propostas para o período. No entanto, Santos (2010) afirma que esses números são questionados, sobretudo, pelos movimentos sociais, pois os dados não se referem unicamente ao assentamento de novos trabalhadores, mas também a regularizações, reordenações e reassentamentos fundiários, o que contribui para que mais uma vez as metas propostas não tenham sido operacionalizadas com grande êxito, tanto em termos quantitativos, no que se refere ao número de desapropriações realizadas, como também, e, sobretudo, em termos qualitativos, no que se refere ao modo de como as ações são realizadas.

## **2.2 Os assentamentos rurais de reforma agrária: conceituação e luta**

Os assentamentos rurais além de espaço de vida e trabalho para quem deles se beneficia são também espaços singulares e férteis para análise sociológica, ao passo que podem ser pensados enquanto processos sociais permeados por relações de interdependência entre atores e instituições sociais. Desde a sua criação os assentamentos carregam uma história permeada de conflitos, interesses e estratégias, além de diferentes concepções políticas e ideológicas, estas, traduzidas, por exemplo, no modo como são pensadas e executadas as políticas governamentais de fomento ao desenvolvimento desses núcleos (SANTOS, 2010).

Os assentamentos rurais, frutos de um burocrático processo de luta pela reforma agrária, podem ser definidos como “[...] novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores sem terra ou com pouca terra.” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p.7). A criação de assentamentos rurais, segundo Heredia et al (2004), possibilita efeitos que se

fazem sentir na vida dos agricultores assentados e também fora dos próprios projetos. Tais efeitos são incorporados à dinâmica das dimensões econômica, política e social da região no qual estão inseridos os projetos de assentamento.

Segundo Sauer (2005), o assentamento de reforma agrária é um espaço delimitado geograficamente, resultante de um decreto governamental que oferece condições legais de posse e aproveitamento da terra. É resultado também de conflitos e lutas populares, caracterizadas pela mobilização e pelos confrontos com os poderes locais e as elites agrárias.

Sauer (2005) justifica a relevância da luta pelo acesso à terra para a vida de muitas famílias de agricultores, pois a terra significa para estes o lugar de trabalho, de produção e além de tudo o lugar de vida. Deste modo o fato de trabalhar para si configura-se como uma condição de liberdade para as famílias, liberdade esta que pode contribuir para a percepção de uma nova realidade na vida dos agricultores. “O processo de luta e a construção simbólica colocam a terra também como um lugar de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido à existência” (SAUER, 2005, p.69).

As diretrizes das políticas de assentamentos trazem em si a noção de que o desenvolvimento de um projeto de assentamento acontece de maneira linear, seguindo fases ou etapas que à medida que são superadas criam gradativamente um modelo ideal de assentamento. Tal situação provoca a necessidade de um olhar crítico a respeito de tal concepção, pois:

[...] o desenvolvimento de um assentamento rural não é regido por uma sequência uniforme de “fases”, mas resultante da relação de força e interações num campo de disputas por posições de poder, por consolidação de determinados projetos políticos e econômicos, tanto por atores internos quanto externos ao território do assentamento. (SANTOS, 2010, p.64)

Com base na afirmação acima, pode-se ter clareza de que os diversos projetos territoriais<sup>7</sup> configuram o assentamento como um campo de contradições e conflitos, onde as diversas intencionalidades podem encontrar maior ou menor legitimação e institucionalidade.

Neves (1997) ao analisar as mudanças e alterações, em termos de posição social na vida de alguns assentados assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis na cidade de Campos, no estado do Rio de Janeiro, toma como objeto de investigação o quadro de instituições que participam da implementação da política de reforma agrária a partir do programa de assentamentos. A autora salienta que convênios, projetos e relatórios são

---

<sup>7</sup> Projetos territoriais que correspondem às diferentes intencionalidades dos atores sociais envolvidos no processo de constituição dos assentamentos rurais (assentados, movimentos sociais, Estado). Ver: Cunha; Silva; Nunes (2008).

instrumentos que refletem o dinamismo presente no campo de concorrência e interdependência das instituições.

De acordo com Neves (1997) existe um leque de tensões entre os projetos das instituições responsáveis pela formação e desenvolvimento do assentamento e os beneficiários do processo. Isso porque a prática das instituições pode muitas vezes revelar certas objetividades e racionalidades, enquanto os beneficiários exigem o cumprimento das normas através do instrumento da luta e da ocupação. Do ponto de vista dos que lutam pela terra, no processo de assentamento importam a legalização da conquista da terra e o acesso aos recursos que irão viabilizar a produção e a reprodução do agricultor. Em contrapartida, do ponto de vista dos agentes e instituições, importa a redistribuição de recursos e a construção do perfil ideal do beneficiário, o que irá confirmar a efetividade na realização da política de assentamento.

Este tipo ideal de beneficiário da reforma agrária é construído a partir de uma visão valorativa institucional, que tende a estereotipar um agricultor que se desvincule do seu precário universo técnico e cultural. Essa visão valorativa privilegia uma racionalidade baseada na eficácia material, que encaminha os indivíduos a padrões culturais próprios da experiência assentado, que se caracteriza como uma construção legitimada em um processo de modelagem e ressocialização (NEVES, 1997).

[...] dos beneficiários é apagada toda experiência de luta que redundou na alternativa de acesso à terra. Mesmo que reconhecidos em sua maioria como trabalhadores rurais ou sendo essa origem social uma das condições para vinculação ao programa, aos pretensos beneficiários é negada a eficácia do saber-fazer anterior. (NEVES, 1997, p.98)

Nesse contexto, as instituições que se encarregam da efetivação da política de assentamentos podem reconhecer como responsáveis pelos possíveis insucessos da experiência os agricultores que não se adaptarem a esse novo universo cultural dotado pela introdução de novos saberes práticos.

Atualmente pesquisas sobre a experiência da política de assentamentos vêm sendo divulgadas, à exemplo do trabalho “*A qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira*” (SPAROVEK, 2003). Uma crítica ao referido trabalho reside no fato de que o estudo analisa a reforma agrária basicamente sob o aspecto da eficiência na distribuição de terras e da possibilidade de oferecer as condições mínimas de instalação nos assentamentos. Questões que concernem à qualidade de vida das famílias, efetivo desenvolvimento dos

projetos, melhoria nas estratégias de articulação do assentamento com o seu entorno são relegadas ao segundo plano.

Embora seja comum identificar assentamentos em que as famílias de agricultores perceptivelmente apresentam condições de vida precárias, tal fato não permite generalizar a política de assentamentos como um insucesso. Geralmente os agricultores veem no assentamento rural uma opção de espaço de vida, mesmo em face das dificuldades. Talvez a explicação para essa realidade possa estar sustentada no fato de que a posse da terra é garantia de uma situação estável, onde o assentado acredita ter um futuro assegurado em consequência do acesso à terra e aos meios de produção.

A luta pela posse da terra é uma questão que como vimos, há certo tempo tem sido colocada em debate no cenário brasileiro. A criação de um lugar de vida por meio de uma reforma agrária justa e igualitária se configura como um objetivo, muitas vezes, não alcançado satisfatoriamente. No entanto, as discussões sobre a reforma agrária no Brasil, mesmo passando por momentos de diferentes intencionalidades e discursos, têm permitido a elaboração de ações e estratégias que contribuem para a superação de determinados problemas que permeiam o meio rural. Veremos a seguir, como são desenvolvidas as ações correspondentes à constituição de um assentamento rural sob o ponto de vista da normatização estatal.

### **2.2.1 A constituição dos assentamentos rurais**

O INCRA conceitua um projeto de assentamento como um conjunto de ações planejadas em área destinada à reforma agrária. É importante salientar, porém, que o planejamento destas ações institucionais decorre de um processo de luta social iniciado por trabalhadores sem terra e por movimentos sociais, que vêm nas ocupações de terra uma estratégia viável para reivindicar determinada propriedade rural.

Quando uma área é indicada como passível à reforma agrária por ser de interesse social uma das primeiras providências que o INCRA toma é avaliar as peculiaridades da terra, construindo desta forma um laudo. Nesse laudo, são evidenciadas as características da área, salientando as possibilidades e potencialidades físicas e econômicas do lugar, como por exemplo, qualidade do solo, benfeitorias e o valor avaliado do imóvel.

De acordo com a Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004<sup>8</sup>, o processo oficial de criação de assentamentos rurais inicia-se com a imissão do INCRA na posse do imóvel objeto de lutas sociais. Nesta fase inicial é necessário haver o indicativo da quantidade de famílias beneficiárias de acordo com a capacidade do assentamento. O cadastro dos candidatos a assentados é realizado na área de cada Superintendência Regional (SR) e prioriza famílias residentes na área do imóvel obtido ou em vagas de projetos já existentes.

Após o ato de aprovação dos candidatos pela superintendência regional do INCRA, os selecionados são incluídos na relação de beneficiários e em seguida assentados na área destinada à reforma agrária, celebrando posteriormente o contrato de concessão de uso. Segundo o INCRA “o contrato de concessão de uso é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal.”

É necessário destacar, no entanto, que entre a criação oficial do projeto de assentamento e a imissão do contrato de concessão de uso podem se passar meses ou anos. Período este que para os novos beneficiários marca uma longa espera pelo processo de efetiva instalação no assentamento

Constituídos por um aparato de programas, tais assentamentos são classificados e reconhecidos pela instituição reguladora (o INCRA) em três diferentes fases: implantação, consolidação e emancipação.

- a) *Projetos de Assentamento em implantação* – Projetos que se encontram na fase de inscrição e seleção de beneficiários, demarcação de terras e divisão de lotes. Corresponde também à fase de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), à definição da infraestrutura básica e atividades a serem apoiadas pelo crédito do PRONAF A;
- b) *Projetos de Assentamento em consolidação* – São projetos dotados de infraestrutura básica (abastecimento de água, eletrificação rural, abertura e construção de estradas e edificação de moradias) cujos beneficiários já se encontram instalados com acesso a recursos do PRONAF A.
- c) *Projetos de Assentamento em emancipação* – Projetos em fase de titulação definitiva dos lotes.

---

<sup>8</sup> Instrução Normativa do INCRA que dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento.

A fase inicial do projeto de assentamento é caracterizada pela concessão do crédito de instalação, que atualmente contempla as seguintes modalidades<sup>9</sup>: apoio inicial, apoio mulher, aquisição de materiais de construção, fomento, adicional fomento, semiárido, recuperação/materiais de construção e crédito ambiental. O crédito de instalação é aplicado de forma coletiva e prevê a destinação “de recursos financeiros, sob forma de concessão de crédito, aos beneficiários da Reforma Agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agraria” (INCRA, 2011).

O que efetivamente transfere ao beneficiário o domínio do imóvel rural é o título de domínio garantido pela Lei 8.629/93. O título de domínio é emitido quando a família assentada apresenta condições de cultivar a terra e pagar pelo documento um total de vinte parcelas anuais. Sendo assim o trabalhador rural assentado tem garantida a propriedade da terra, como também tem uma série de direitos e deveres a serem cumpridos. O processo de titulação de assentamentos desvincula o agricultor da tutela do INCRA, que caracteriza esta etapa como o “coroamento do processo reformista”.

Diante dessa abordagem, considera-se que analisar a dinâmica dos assentamentos de reforma agrária é essencial para compreender o quadro atual da política pública. Perceber os avanços, as limitações e toda a problemática da política de assentamentos é ter clareza de até que ponto é possível pensar tais assentamentos como estratégias de desenvolvimento. Nessa perspectiva a parte seguinte do trabalho apresenta, além do processo de constituição do contexto empírico da pesquisa, um diagnóstico das atuais características naturais e socioeconômicas do local.

---

<sup>9</sup> Instrução Normativa nº 68 de 16 de agosto de 2011.

## CAPÍTULO III

### 3. A CONSTITUIÇÃO DO P.A. SANTA VERÔNICA

O processo que deu início ao P.A Santa Verônica data de 08 de fevereiro de 1999, quando trinta famílias da região do Curimataú, por mediação da CPT de Guarabira-PB, enviaram ao INCRA um pedido de vistoria e acompanhamento do imóvel denominado Fazenda Santa Verônica. A fazenda pertencia ao Sr. João Laércio Gagliardi Fernandes, que residindo da cidade de João Pessoa, deixava a tutela da propriedade sob a responsabilidade de um administrador. O antigo proprietário da fazenda é conhecido na região como uma pessoa influente, empresário do setor agropecuário e secretário de estado em governos passados. Em virtude desta posição social e pelas condições econômicas que possui, os assentados afirmam que a desapropriação da fazenda não representou nenhum “prejuízo” ao fazendeiro.

O contato entre as famílias de trabalhadores e a CPT foi viabilizado em virtude da militância que a CPT exerce através do Pe. Luís Pescarmona<sup>10</sup>, o qual assume o papel de um mediador institucional na medida em que valoriza certas práticas e saberes que tanto reforçam a posição que assume no campo institucional como também assegura a viabilidade da instituição que representa (NEVES, 1997, p.304). A confirmação dessa posição pode ser representada, por exemplo, pela forma como os assentados se referem ao Pe. Luís, os quais afirmam que só entraram no assentamento por causa dele: “Pe. Luís foi quem trouxe a gente pra aqui foi, se interessou, a vinda dele, nós entramos aqui por causa dele, ele fez uma caminhada uma reunião com o pessoal, e a gente veio pra cá através dele.” (Assentado 01)

Os assentados explicam que sua relação com a CPT tem origem nos contatos proporcionados pelas andanças e visitas dos membros da CPT na região, especialmente do padre Luís. Outro fator que explica essa relação são as festividades religiosas realizadas na Diocese de Guarabira que mobilizam grande número de católicos da região, os quais se deslocam com frequência de suas cidades para participar de festejos importantes: “A gente anda muito pra essas coisas assim de igreja, vamos pra uns cantos, vamos pra outros, entende? Não tem assim... não tem umas festas de... Na paróquia de Guarabira, aí junta aquele monte de gente [...] e vão de ônibus”. (Assentado 05)

---

<sup>10</sup> O Padre Luís é oriundo da região Norte da Itália e chegou ao Brasil na década de 1960. Do seu lugar de origem trouxe a experiência militante, herança deixada pela tradição socialista e antifascista de sua família. (ver Paiva Neto, 2007). Segundo o padre Luís, a CPT trabalha pela defesa de famílias de agricultores ameaçadas de expulsão das áreas onde trabalham. Geralmente a comissão articula um grupo de pessoas para iniciar o processo de luta.

A luta pela constituição do PA Santa Verônica não foi precedida diretamente por um acampamento e maior parte das famílias que inicialmente constituíam o assentamento nunca havia participado de processos de luta por terra. Outra parte, porém, era formada por famílias que já haviam participado de ocupações de terra em outros municípios da microrregião do Curimataú, como Araruna e Campo de Santana. A experiência das lutas vivenciadas por estas famílias em outras áreas e o trabalho realizado pela CPT junto a elas foi o que contribuiu para o processo de constituição do PA Santa Verônica.

Considerando a origem social dos assentados, é possível identificar três grupos diferentes: o grupo constituído pelos agricultores que trabalhavam na fazenda, os quais de certa maneira relutaram em participar do assentamento, o grupo de famílias com experiência de luta pela terra, o qual era proveniente majoritariamente de municípios vizinhos e reunia trabalhadores tanto de origem rural, como também de origem urbana, e o grupo de famílias que se instalaram gradativamente após a constituição do assentamento.

As famílias que trabalhavam na antiga fazenda como arrendatárias residiam no Distrito de Logradouro, o mesmo localizado no município de Cacimba de Dentro a 0,5 Km da antiga fazenda, fato que pode ser representado através da seguinte narrativa:

Eu já era agricultor daqui e pagava renda, eu não sei nem quantos anos, eu comecei trabalhar rapazinho novo. Aí meu pai trabalhava já aqui e a gente trabalhava com o roçado aqui, aí eles falaram né pra pegar meu nome pra botar aqui, eu não queria não, eu digo “eu não quero nada que eu não comprei terra, não...” aquele medo sabe? Aí o Padre Luís que era o chefe da CPT, eu morava no Logradouro nessa época, aí ele dizia “não, você não pode ter medo não, você já é um rendeiro<sup>11</sup> de lá, [...] você tem que dar o seu nome”, aí eu “não, quero não, quero não que eu não comprei terra, vou lá tomar conta do que é dos outros rapaz!” (Assentado 11)

Pela análise da narrativa é possível perceber que houve certa resistência por parte de alguns trabalhadores rurais. Havia o medo de envolver-se com um processo que representava moral e simbolicamente “tocar no que era dos outros”, essa racionalidade que considerava ilegítima a ideia de lutar por uma terra que não lhes pertencia, orientava o pensamento de muitos agricultores que trabalhavam na antiga fazenda, os quais viviam em um sistema de

---

<sup>11</sup> Segundo Andrade (2005) os rendeiros são um grupo de agricultores que utilizam as terras de fazendeiros e com estes mantêm relações econômicas através do pagamento pelo uso da terra. Segundo o autor estes trabalhadores quase sempre não residem na propriedade do fazendeiro, mas em cidades, vilas e povoações próximas. Na fazenda santa verônica o pagamento da renda era feito em produção, onde para cada hectare de terra cultivado se pagava um montante da referida produção. Os assentados afirmam, por exemplo, que para cada hectare cultivado com feijão um saco deste produto se destinava ao patrão.

trabalho que os fazia pagar uma renda pelo uso da terra. A insegurança de entrar no assentamento além de refletir o receio de estar no que não era seu, refletia em certos casos o receio de que o assentamento fosse recriar o mesmo quadro de precariedade vivenciado na infância, considerando a história de agricultores que moraram na fazenda.

Outras famílias que entraram no processo eram provenientes dos municípios de Araruna e Campo de Santana (antiga Tacima). Estas eram famílias de trabalhadores com histórico de lutas que não tiveram uma resposta imediata, tendo em vista que ocuparam terras que nunca chegaram a ser desapropriadas, à exemplo da Fazenda Carnaúba, no município de Campo de Santana. Na narrativa a seguir, uma assentada proveniente do município de Campo de Santana fala resumidamente sobre a experiência de ocupações de terra vivenciada pelo marido e por sua mãe:

Eu sei que ele [o marido], ele aqui, ele foi lutador, sabe? Ele enfrentou tudo, antes dele ganhar essa terra aqui, tá entendendo? [Ele já tinha acampado] Noutro assentamento, noutro canto, só que não ganhou sabe? Em conflito, ele foi pra conflito, ele e minha mãe, agora só que aqui ganharam de mão beijada a terra, antes de ganhar essa terra ele já passou por muita coisa, ele passou. (Assentada 15)

Nesse contexto como afirma Wanderley (2003, p.207) “mesmo sendo viável, a luta pela terra representa uma experiência extremamente dolorosa para os que dela participam e exige uma extraordinária capacidade de resistência”. A conquista do PA Santa Verônica acontece como uma recompensa para aqueles que resistiram a experiências adversas, desta forma ganhar a terra “de mão beijada” representa o pagamento de uma dívida para com aqueles que historicamente já haviam investido em um acampamento sem terem alcançado o objetivo pretendido.

No que diz respeito ao processo burocrático, em resposta ao pedido emitido pela CPT, em 06 de outubro de 1999 o INCRA informou, através de um documento, que seria iniciada uma vistoria na fazenda a fim de analisar a área para formulação do laudo de avaliação do imóvel.

Enquanto isso os candidatos a assentados foram orientados a continuar seguindo o ritmo de suas vidas aguardando a decisão final do instituto. Desta forma, não houve a ocupação da terra antes da mesma ser desapropriada, e conseqüentemente, como já mencionamos, não foi a ocupação de terra o carro-chefe do processo de luta pela desapropriação da fazenda Santa Verônica. Após um longo processo judicial em 23 de janeiro de 2001 foi expedido o mandado de imissão de posse da fazenda Santa Verônica.

Registros do acervo documental da CPT, tais como atas e outros escritos, apontam que entre o período em que a terra estava sendo avaliada e o período que antecedeu o mandato judicial de imissão de posse, o proprietário deu ordens para empregar novos trabalhadores com a intenção de representar uma suposta função social de sua propriedade, objetivando dificultar o processo de desapropriação.

A data efetiva de desapropriação da antiga Fazenda Santa Verônica foi a de 08 de fevereiro de 2001, quando na ocasião inúmeras famílias já estavam presentes no galpão da fazenda, aguardando a chegada dos trabalhadores provenientes do município de Araruna e Campo de Santana, os quais vieram em caravana chamando atenção pela euforia expressa em gritos e fogos de artifício. Neste mesmo dia, é lido publicamente pelo oficial da Justiça Federal e pelo INCRA o Auto de Imissão de posse. O acontecimento é descrito por alguns assentados como motivo de muita festa, onde se concretizaram orações, cânticos, agradecimentos e depoimentos.

No entanto, sob o ponto de vista de outros assentados, naquele momento as pessoas estavam comemorando a conquista de um bem que não foi conseguido através de compra e conseqüentemente através do próprio suor, o que provocou um misto de sentimentos tais como alegrias e angústias, desejos e receios. Este contexto é claramente compreendido quando os assentados falam que apesar de ter acontecido “uma festa grande” no dia da desapropriação da fazenda, os fatos aconteceram de maneira tímida porque “ninguém tinha esse costume”. Naquele momento parecia evidente que os assentados desconheciam a finalidade e o modo de operacionalização das ações pontuais de reforma agrária, bem como o seu próprio envolvimento com o processo.

Os assentados explicam que não houve atitudes de resistência à desapropriação por parte do fazendeiro João Laércio, pois como já mencionamos, na condição de influente empresário que residia na capital do Estado, ele raramente aparecia na região. Sabe-se, porém que no primeiro momento o empregado da fazenda recusou-se a retirar os equipamentos e a entregar as chaves da casa grande, além de deixar bem claro que os “sem terra” iriam tirar tudo o que ele tinha, considerando os benefícios aos quais podia ter acesso na fazenda. Um informante relata a situação da seguinte forma:

Não é... O dono mesmo não veio nem aqui, agora o empregado que chama Bastinho, ele ficou aí com dez pedras na mão porque eu mesmo era, vamos dizer assim, era um que estava por dentro, depois que eu aceitei estava por dentro, aí ele era meu amigo assim porque a gente trabalhava aqui pagava renda pra ele que o dono daqui, eu via Dr. João de tempos em tempos, porque tinha o administrador dele que vinha pagava os funcionários aqui, ele

mesmo que organizava tudo aqui sabe, o administrador dele com o cara que morava bem aí numa casa, aí eles acharam ruim demais, aí veio, parece que foi bem umas vinte pessoas disse “aqui olha, pra vocês tirarem as estacas”. Tinha uma ruma de estacas ali na fazenda, tinha dois tratores, uma pipa, os carros de boi, “pra vocês tirarem tudo que o pessoal vai entrar tal dia”. Ele não aceitava não, entrou num ouvido, saiu no outro. Aí o padre que era o padre Luís, sei que ele ligou pra mim ele disse que ninguém ia brigar né, a gente estava só pra dar o mandato que o padre dizia pra gente passar pra o empregado dele. Aí eles acharam ruim mesmo, mas o Dr. João nunca vi nem falar que ele... Agora os outros não gostaram não. É muito rico né esse Dr. João, é milionário, é... Eu lembro que esse administrador dele de lá era muito meu amigo sabe, às vezes de jogo de bola, tomava umas canas, ele era meu amigo demais, ele me dizia que [o patrão] só em água ele tinha duas... De água, só criando peixe e um tal de camarão e exportava pra os Estados Unidos. Era rico demais o homem. Ele não pisava aqui não, tudo quem fazia era o administrador daqui com esse chefe dele lá né que vinha todo final de semana. Às vezes ele passava a semana todinha aqui mais nós. (Assentado 11)

O dia seguinte à data oficial de desapropriação da fazenda fora caracterizado pela mudança dos pertences do fazendeiro, a qual foi levada pelo motorista particular do mesmo. Os trabalhadores então são orientados a ficar na fazenda de plantão, enquanto ainda aguardam a chegada de algumas famílias provenientes do município de Campo de Santana, as quais chegariam ao local três dias depois. Os assentados que residiam no Distrito de Logradouro foram os encarregados de prover a segurança do local:

[...] aí foi começamos ficar por aí, esperando, aí o vaqueiro foi-se embora da propriedade, nós tomamos conta né, assim só vindo de dia né pra não deixar ninguém invadir, nem carregar os troços. Ficamos aí esperando o pessoal vir morar, aí vieram o pessoal de Tacima, eles acamparam, aí começamos todo dia nós vínhamos pra cá e voltava pro Logradouro. (Assentado 01)

Passado o momento de euforia marcado pela conquista do assentamento, iniciou-se o processo de instalação das famílias advindas dos municípios vizinhos. Em torno de dezessete famílias ocuparam a sede da antiga fazenda pelo período aproximado de um ano, o tempo que levou para as casas ficarem prontas (ver figura 01).

**Figura 01:** Sede da antiga fazenda Santa Verônica



Fonte: acervo da autora, 2012

Nesse período as famílias dividiam a casa grande, tendo seus espaços separados por lonas. As famílias argumentam que sobreviviam de ajudas do INCRA e da CPT (tais como cestas básicas), o que na realidade corresponde ao uso do crédito de instalação, que prevê dentre outras coisas o suprimento das necessidades básicas das famílias e a aquisição de recursos materiais. Os assentados relatam que esse foi um período marcado por grandes dificuldades, onde os mesmos tiveram que conviver com famílias diferentes, partilhando um espaço em que a privacidade de cada família era demarcada por lonas: “Rapaz, nós chegamos aí o frio era grande né. Nós morávamos debaixo da telha, mas as paredes nós fazíamos de lona. Sofremos um bocado, mas o INCRA sustentava a gente de comida direto” (Assentado 05).

A narrativa a seguir apresenta uma descrição sucinta da morosidade que caracteriza o processo de constituição de um assentamento rural:

Foi no momento quando deram a terra todo mundo tinha que tá aqui pra ganhar sua terra sabe? Aí ficaram... Um bocado ficou na casa grande e um bocado ficaram naquele ‘curralzinho’ de gado, onde era o curral de gado. A minha mãe pegou a parte da cozinha, seu Chico pegou a sala, era repartido sabe, a casa era grande cada qual ficou com suas coisinhas... Ele mesmo [o marido] ficou com um pedacinho do quarto, era assim, era dividido assim... Eu sei que mãe morou dentro da cozinha, mãe. A cozinha tinha um quarto, tinha um banheiro, agora esse banheiro era pra comunidade todinha tá entendendo? Passaram um bocado de tempo visse? Eles ganharam a terra parece que foi em 2001, foi em 2001, e parece que foram pras casas em 2002. Esses que estavam mais apertados vieram logo, parece que eles deram

a terra em 2000, quando foi em 2001 começaram construir as casas, a primeira casa que fizeram foi da minha mãe [...]. Essa daqui foi construída em 2002. Vinha material errado, só você vendo como era a bagunça aqui. (Assentada 15)

A desapropriação da terra não garante, de imediato, condições dignas de permanência no assentamento, pois como é possível perceber, o processo inicial de instalação das famílias é marcado por grandes dificuldades, entre as quais se pode destacar a precariedade na moradia, considerando que as famílias oriundas de regiões distantes instalaram-se na sede da fazenda. A demora na liberação do crédito de habitação é também um agravante, tendo em vista que oficialmente o assentamento foi criado em 2001, mas só depois de um ano é que as primeiras casas ficaram prontas.

As famílias que residiam no distrito do Logradouro e em regiões próximas do assentamento não ocuparam a fazenda e optaram por esperar a construção das casas ser concluída para assim se transferir para o local, fato explicado pela seguinte justificativa: “[...] porque nós daqui mesmo, nós tínhamos nossas casas né? Aí, nós não íamos deixar nosso lar pra ficar ali feito umas barracas, ninguém quis ficar, porque...” (Assentado 11). Nessa justificativa o assentado interrompe sua fala e não conclui o pensamento, mas é possível compreender que quem possuía uma moradia não queria se sujeitar as precárias condições da vida na sede da fazenda, estes correspondem aos agricultores que inicialmente hesitaram em se envolver politicamente com o processo de constituição do assentamento.

De acordo com os assentados e a CPT, a escolha dos lotes se realizou em comum acordo com o interesse de todos. Tal escolha consistiu no sorteio tanto das residências como também dos lotes agrícolas. Posteriormente, os assentados poderiam decidir sobre a troca de lotes entre eles próprios. Vale salientar, no entanto, que essa aparente ausência de conflitos não significa dizer que os mesmos não ocorreram, pois nessa fase inicial estava tudo por fazer no assentamento como, por exemplo, garantir a moradia de todas as famílias, delimitar a área do lote agrícola referente a cada grupo e elaborar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento levando em consideração a realidade do local e os diferentes pontos de vista dos assentados. Observemos a narrativa a seguir:

[...] só não estava dividido ainda, era tudo bagunçado, uns pegavam aqui, outros pegavam ali. Aí depois, não sei se foi com um ano, se foi com dois, o INCRA veio e partiu pra cada um sua terra. Aí fizeram projeto e tiraram um dinheiro e cercaram, cada um com seu lote cercado, só que um bocado vendeu tudo sabe, acabou, os que foram certos, corretos até hoje são direitinhos, outros saíram vendendo, trocando, foi um dismantelo, por isso que o INCRA não aceitou, ou trabalhava direitinho, ou então saía né. Mas

até hoje o nosso está direitinho lá. Todo cercadinho, tem palma, só não tem capim porque a seca não deixa, tudo direitinho. (Assentada 13)

A partir da efetiva instalação das famílias no assentamento demorou aproximadamente um ano para as mesmas usufruírem de energia elétrica e mais um ano para o local ser abastecido por água encanada. Nesse primeiro momento, a transferência para a nova moradia representou um alívio para os que ocuparam precariamente a fazenda e um processo de difícil transição para determinadas famílias que estavam fora do local, considerando as situações de divergência ocorridas no interior da família diante da decisão de ir morar no assentamento.

Os filhos dos assentados, sobretudo os jovens nascidos e criados em Logradouro, consideravam o assentamento um lugar esquisito, sem infraestrutura, longe das escolas e reprodutor de um cotidiano que os levaria a uma situação de retrocesso. D'Aquino (2011, p. 36) interpreta o receio destes indivíduos como a “insegurança face ao desconhecido simbolizado pela escuridão a que o olhar está desacostumado”. Observemos o seguinte relato:

Aí na época minha menina era viva, essa que está na foto ali olha, ela era viva, ela não queria vir pra aqui de jeito nenhum, ela tinha o que, nessa época acho que tinha não sei se era quatorze ou era uns treze [anos]. Ela não queria vir de jeito nenhum “Mas mãe a gente morar naquele lugar, aquilo é triste de ruim”, porque era esquisito demais aqui, nem energia tinha. Eu era aperreada pra vir, eu não sei por que eu queria vir morar aqui. Aí a gente ficou um mês lá dando tempo a ela, aí ela decidiu “pois nós vamos!”. (Assentada 13)

A narrativa expressa a percepção que pode ser construída frente as características do processo de constituição dos assentamentos rurais. A terra desapropriada é o local onde tudo ainda irá ser feito e onde a criação da infraestrutura básica enfrenta a morosidade da liberação dos recursos necessários a sua constituição. Nesse momento, dependendo das experiências vividas e do projeto pensado por cada indivíduo, a terra pode representar um espaço vazio e sem significado simbólico.

Determinadas famílias desistiram de ocupar os seus respectivos lotes no assentamento. Desta forma, houveram residências que foram ocupadas por um curto período de tempo e outras que nem chegaram a receber moradores. A respeito desta situação, sabe-se que existiam famílias que queriam ter o direito de trabalhar no lote agrícola sem, no entanto, residir no assentamento, a CPT, porém orientou sobre as consequências dessa atitude que consistiria na perda do direito de beneficiário da política de reforma agrária. Outros motivos que explicam o abandono de lotes por parte de algumas famílias são a separação de casais, o

falecimento de membros de famílias e a incerteza com relação ao futuro diante das dificuldades encontradas na fase de instalação do assentamento.

[...] depois que fez [as casas] esse pessoal que vivia na barraca foi o primeiro que entraram, mas esse pessoal saiu quase tudo. Saiu quase tudo. Agora do Logradouro mesmo quem veio só saiu só um ou foi dois, que era vizinho aí e que era vizinho também na minha casa lá no Logradouro, as casas eram tudo pegadas. Saiu bem uns dois daqui de Logradouro e a maior parte aqui ninguém nunca saiu não. (Assentado 11)

Um fato curioso a ser destacado, é que as famílias que inicialmente hesitaram em morar no assentamento, constituem parte considerável do grupo que reside no local até os dias de hoje. Em contrapartida, a maioria das famílias que desistiram do assentamento corresponde justamente ao grupo proveniente de outros municípios, em certos casos famílias que ficaram acampadas na sede da fazenda.

Em virtude de muitas desistências outras famílias foram selecionadas e cadastradas para ter acesso ao benefício. A seleção era realizada primeiramente entre o grupo de assentados, onde através de uma assembleia geral extraordinária entre os membros da associação iniciava-se um processo de negociação para decidir se a família candidata seria cadastrada junto ao INCRA para permanecer no assentamento. Nesse processo incluíram-se filhos e parentes das famílias assentadas que persistiram desde o início do processo de assentamento.

Daremos continuidade ao capítulo apresentando na parte seguinte uma detalhada caracterização geográfica da área de estudo. Em seguida observaremos questões referentes ao processo de organização do PA Santa Verônica com destaque para os aspectos sociais, econômicos e físicos.

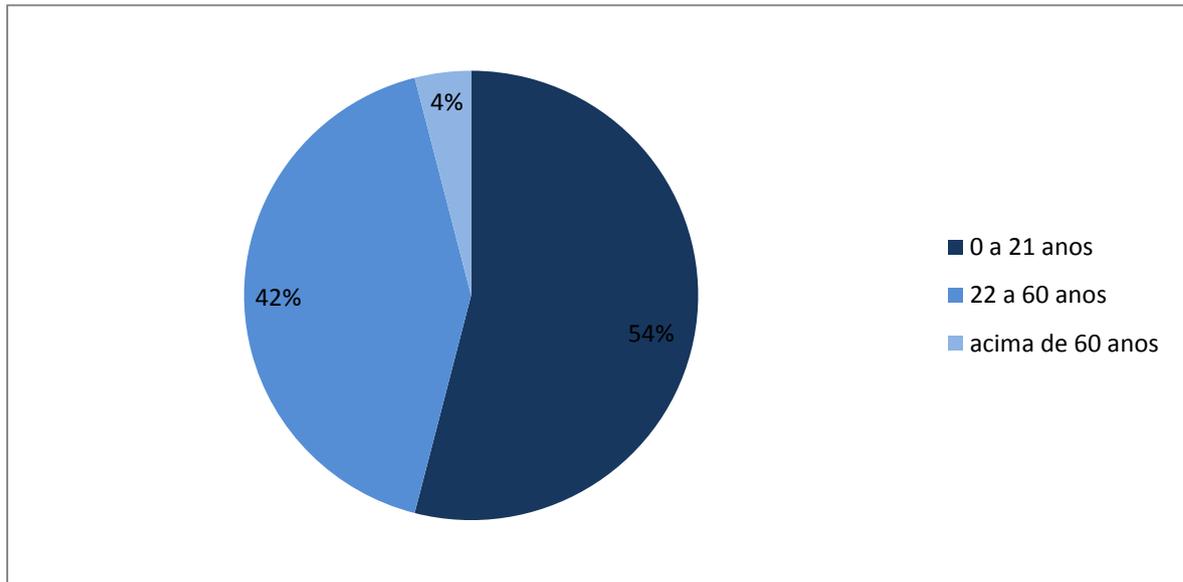
### **3.1 Caracterização das famílias assentadas no PA Santa Verônica**

Como já informado trabalhamos com um total de 45 famílias informantes de um universo de 49 residentes no Assentamento Santa Verônica, objetivando diagnosticar o perfil dos assentados e conhecer as particularidades socioeconômicas da área em questão. Em termos de organização espacial o assentamento adotou o sistema de agrovila<sup>12</sup>, onde vivem

<sup>12</sup> De acordo com Ieno Neto (2005), em muitos assentamentos rurais as agrovilas podem ser compreendidas como uma medida emergencial, principalmente nos projetos em que o INCRA não havia realizado o parcelamento dos lotes familiares no momento de decisão sobre o uso do crédito de instalação. Baseado em dados empíricos, o autor afirma que a discussão sobre onde morar suscita nos

aproximadamente 204 pessoas. A população do assentamento é majoritariamente jovem, tendo em vista que 54% tem idade entre 0 e 21 anos. Parcela considerável dessa população é formada por adultos, onde 42% apresentam idade entre 22 e 60 anos e apenas 4% da população possui idade acima de 60 anos (ver gráfico 01).

**Gráfico 01** – Faixa etária dos assentados do PA Santa Verônica



Fonte: Construído pela autora

As famílias que atualmente residem no PA Santa Verônica são provenientes principalmente de municípios circunvizinhos, tais como Cacimba de Dentro, Araruna, Campo de Santana, Damião, Casserengue e Belém. Deste grupo 32 famílias residiam na zona rural e 13 famílias residiam na zona urbana dos municípios mencionados. Das famílias de origem rural, a maioria é proveniente da zona rural do município de Cacimba de Dentro, totalizando 24 famílias, sendo que 16 delas residiam no distrito de Logradouro<sup>13</sup> e outras 08 famílias moravam em sítios como Mocotó e Lagoa d'água.

---

assentados uma problemática que se evidencia na disputa entre dois projetos distintos: o projeto de morar em agrovilas, que relativamente reproduz as características urbanas, e o projeto de morar nas parcelas, o qual resgata o modo clássico de vida no meio rural.

<sup>13</sup> As famílias que moravam no Distrito de Logradouro se referem a esse distrito como a “rua”, a cidade. Levando em consideração os critérios do IBGE para se definir o que é cidade – independente do tamanho da população, a cidade é a sede municipal – o Distrito de Logradouro não pode ser considerado um espaço urbano. No entanto, para as famílias assentadas provenientes deste local as tímidas representações urbanas que se apresentavam no distrito, tais como a organização espacial das residências em ruas, a presença de pequenos estabelecimentos comerciais, a existência de uma escola que oferece todo o ensino fundamental e de um posto de saúde que oferece atendimento médico, são

Dezesseis famílias residem no assentamento desde a época de sua criação, fato que como vimos anteriormente aconteceu há aproximadamente 12 anos. Porém, mais da metade das famílias só chegaram ao local alguns anos após a implantação do assentamento, por motivo da desistência de famílias que estavam inicialmente cadastradas. Os dados revelaram, portanto, que 04 famílias residem no assentamento há dez anos, 23 famílias residem há mais de cinco anos e 02 famílias residem há menos de cinco anos.

Os informantes explicam que o motivo que mais contribuiu para a decisão de morar no assentamento foi o fato de que o acesso a terra poderia representar uma oportunidade de trabalho e de melhoria de vida. No próximo capítulo refletiremos um pouco mais acerca do significado que o acesso a terra representa para a vida das famílias assentadas, procurando analisar as implicações proporcionadas por este bem para a qualidade de vida das mesmas. Outros elementos tais como a indicação de alguém, sobretudo de familiares e conhecidos que já moravam no assentamento, o fato de já trabalhar na terra há muitos anos, como é o caso das famílias arrendatárias, o matrimônio entre assentados e o desejo de voltar a viver no campo, constituem-se como os aspectos motivadores para se viver no assentamento.

A quase totalidade das famílias (41 famílias) considera que, de fato ocorreu melhoria nas condições de vida após a vinda delas para o assentamento. Para as famílias essa melhoria é justificada na condição de ter onde morar e trabalhar, na condição de ter mais recursos e oportunidades e no fato de se ter uma renda familiar que proporciona mais independência e liberdade. Essa situação pode ser compreendida na seguinte narrativa:

“Muito satisfeito aqui viu. Melhor do que lá onde eu estava dez mil vezes. Porque lá não tinha acesso a nada lá onde a gente estava. Morar em rua sem ter onde ninguém trabalhar não vale nada não. Aqui a gente tem prazer de criar um bicho, um negócio e lá ninguém tinha né?” (Assentado 08).

A análise desse fragmento permite inferir que a conquista do assentamento representa uma relativa condição de ampliação das liberdades para as famílias assentadas, embora nem todas partilhem da mesma opinião, tendo em vista que outras famílias consideram não ter havido mudança nas condições de vida, pois comparando a situação atual com o passado julgam estar na mesma situação. Este assunto será novamente abordado no capítulo seguinte.

---

suficientes para caracterizar a típica vida na cidade, embora todas essas famílias estivessem fortemente vinculadas à atividades próprias do meio rural, como a agricultura.

Cinco famílias das 49 assentadas afirmaram já ter pensado em abandonar a residência e o lote agrícola, e os motivos que impulsionaram essa ideia se distribuem entre as seguintes justificativas: a ocorrência de conflitos com outros assentados que em certa medida torna problemática a convivência na agrovila, o fato de ter conseguido emprego fora do assentamento e assim apresentar possíveis condições para se morar na cidade, as difíceis condições naturais do lugar que influenciam diretamente na produção agrícola das famílias, o fato de não gostar do assentamento e a falta de assistência médica e educacional de qualidade.

Todas as famílias residem em casas de alvenaria construídas inicialmente a partir da aquisição dos recursos do crédito de instalação. As casas obedeciam a um padrão de construção pré-definido, percebe-se, porém que algumas delas permaneceram certo período de tempo desocupadas em virtude da desistência de beneficiários. Nessa situação a falta de manutenção nessas residências levou a necessidade de serem reformadas pelas famílias substitutas que gradativamente passavam a se instalar no assentamento. É possível verificar a situação descrita através da narrativa a seguir: “Essa casa era muito... Toda quebrada, a gente construiu de novo. Fizemos cisternas, cercamos tudo aqui, plantamos palma.” (Assentado 06).

Outras residências foram reformadas em virtude da necessidade de mais espaço para suprir o crescimento no número de membros familiares, como se observa no trecho em seguida, o qual foi extraído da narrativa de um agricultor que possui uma família composta de 09 membros, todos residindo na mesma casa:

A casa aqui era pequena, era 6x9 aí a gente... Depois a gente começou crescer ela, fez maior. Depois veio o... Veio o... Teve o INCRA mandou dinheiro pra reforma da casa. Aí nós reformamos ‘todinha’, crescemos. Fui crescendo... Quantos quartos tem aqui Branca? Tem seis. Reformamos com projetos e por conta própria minha também sabe? (Assentado 07)

As famílias selecionadas para o projeto de assentamento eram constituídas geralmente por um elevado número de filhos, principalmente crianças e adolescentes. Desta forma, inicialmente as famílias se apresentavam sob a estrutura de uma família nuclear, formada por pais, mães e filhos. À medida que os filhos foram crescendo e constituindo suas próprias famílias, muitos deles tiveram a opção de sair do assentamento para morar em outros locais. Outros filhos, no entanto, permaneceram dentro da casa dos pais dando origem às parentelas representadas pelas famílias dos filhos dos assentados. Nesse caso, em virtude da necessidade de mais espaço para abrigar as famílias descendentes, essas casas tiveram que passar por reformas que consistiam na ampliação e construção de cômodos. É interessante também

ressaltar que algumas residências apresentam uma espécie de “puxada” ao lado da casa principal (Figura 03).

**Figura 02:** residência de uma das 49 famílias assentadas no PA Santa Verônica



Fonte: acervo da autora, 2012

**Figura 03:** Residência de família assentada com “puxada” ao lado

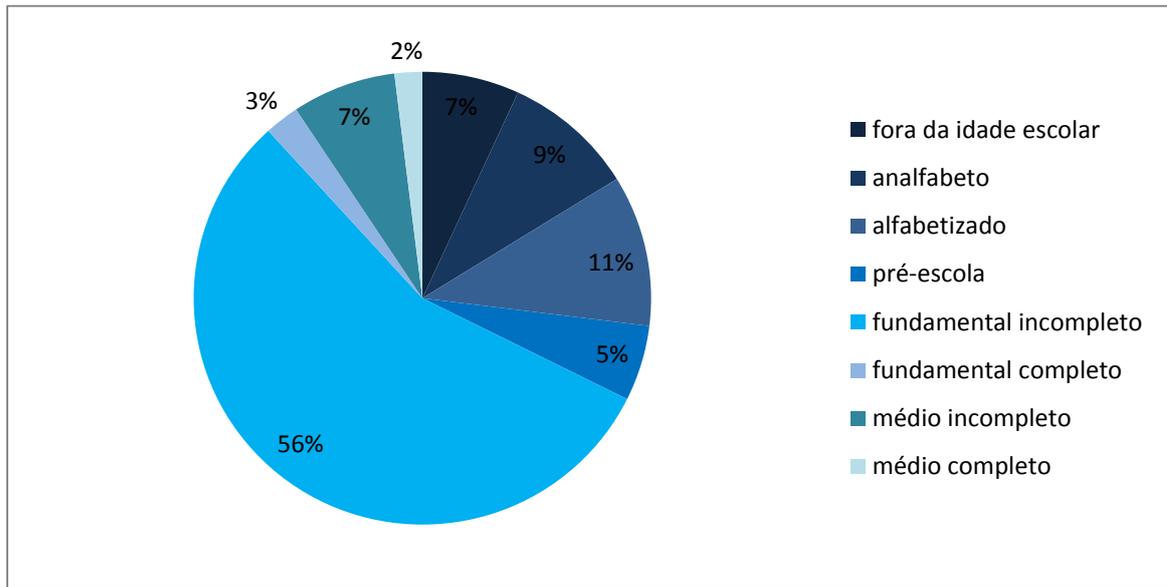


Fonte: acervo da autora, 2012

Das famílias pesquisadas em 18 delas todos os membros residem no assentamento Santa Verônica. Fazem parte desse universo as que mantêm a unidade familiar na figura de pais, mães e filhos. Essa unidade se evidencia, sobretudo, nas famílias que possuem filhos pequenos e nas famílias que apresentam tanto uma fonte de renda fixa, advinda de empregos na cidade, como também uma fonte de renda complementada por programas assistenciais, o que relativamente diminui a necessidade de migração para outras regiões em busca de emprego. Por outro lado, 27 famílias afirmaram possuir atualmente algum membro residindo em outra cidade ou estado.

Os dados acima permitem compreender que grande parte das pessoas assentadas, especialmente os jovens filhos de assentados, se colocou diante da necessidade de migrar para outros lugares. Esse processo de migração foi realizado principalmente com o objetivo de procurar emprego nas grandes cidades brasileiras e assim complementar a renda da família. Apesar de o assentamento representar a “liberdade” de morar e trabalhar, fato frequentemente destacado no discurso dos assentados, não consegue ocupar todo o potencial de mão de obra disponível. Vale salientar que a migração também se materializa na situação de filhos de assentados que ao constituírem suas próprias famílias optaram por morar fora do assentamento.

O questionário utilizado na etapa exploratória do trabalho revelou o nível de escolaridade das pessoas residentes no assentamento. A maioria dos assentados não chegou a concluir o ensino fundamental, de maneira geral 7% dos assentados estão fora da idade escolar, este grupo compõe-se de crianças com até três anos de idade, 9% dos assentados são analfabetos, 11% são considerados alfabetizados funcionais, pessoas com um ano de estudo que conseguem ler e escrever o próprio nome, 5% encontram-se na fase pré-escolar, são crianças de quatro a seis anos que fazem parte da educação infantil, 56% dos assentados possuem o ensino fundamental incompleto, 2% possuem o fundamental completo, 7% estão cursando o ensino médio e apenas 2% chegaram a concluí-lo (ver gráfico 02).

**Gráfico 02** – Escolaridade das pessoas residentes no assentamento (204 pessoas no total)

Fonte: Construído pela autora

O baixo nível de escolaridade apresentado pela maioria dos agricultores assentados deve-se, dentre outros motivos, às poucas oportunidades de acesso à escola, considerando que muitas dessas pessoas em sua época de infância tiveram que privilegiar o trabalho na roça em detrimento da ida à escola, como se pode perceber no relato a seguir: “Naquela época a vida da gente era ruim porque não tinha escola, a gente não estudava, que os pais só botava a gente para trabalhar, a escola da gente era a enxada, se chamava a enxada...” (Assentado 01).

A inexistência de escolas na moradia de origem desses agricultores, o difícil acesso às escolas existente em outras localidades e a necessidade de trabalho de todos os membros do grupo familiar inviabilizou o acesso a instrução formal desses agricultores. Atualmente aqueles que conseguiram concluir o ensino fundamental ou o ensino médio são os filhos dos assentados, que tiveram os estudos “facilitados” pelo próprio desejo dos pais. A valorização da educação dos filhos constitui-se assim como um aspecto intensamente valorizado pelos assentados, mas como veremos no último capítulo determinados chefes de família, pais e mães, também têm procurado estudar com o objetivo “recuperar o tempo perdido”.

Existe na área do assentamento uma escola que oferece educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Aproximadamente trinta crianças do assentamento encontram-se matriculadas na escola e estudam em um regime multisseriado que agrupa na única sala de aula existente alunos de séries e níveis diferentes. O quadro de funcionário da escola é formado por quatro servidores, um diretor, um professor e dois auxiliares de serviços gerais e

a mesma possui uma cantina, uma sala de direção, dois banheiros, uma cisterna e uma única sala de aula, como já foi mencionado (figura 04).

**Figura 04:** Escola do PA Santa Verônica



Fonte: acervo da autora, 2012

A população do assentamento reivindica do poder público local a construção de um muro, tendo em vista que a mesma fica à margem da rodovia e isso pode representar riscos às crianças que por ventura saiam do espaço escolar para brincar nos arredores. A escola apresenta pouco espaço para o desenvolvimento de atividades recreativas, o que dificulta o trabalho do professor, que muitas vezes mantém as crianças dentro de sala de aula mesmo nos momentos destinados à recreação.

### **3.2 Caracterização das unidades produtivas: os lotes das famílias assentadas**

O lote agrícola de cada família assentada possui um tamanho equivalente a 12 ha, espaço destinado às atividades agropecuárias. Os dados levantados informaram que 34 famílias consideram esse tamanho suficiente para desenvolver suas estratégias produtivas, outras 11 famílias afirmaram que o tamanho do lote deixa a desejar por causa de fatores naturais como os solos pedregosos e o clima seco que acabam comprometendo a produção e em certos casos impossibilitando o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Tanto o lote habitacional, quanto o lote agrícola são equipados com elementos construídos pelas próprias famílias, tais como espaço para criação de animais a exemplo dos currais destinados aos caprinos, ovinos e suínos (ver quadro 04). No entanto, as famílias afirmam que geralmente essas espécies são criadas extensivamente no lote agrícola, permanecendo soltas no terreno e alimentando-se das pastagens existentes no local. Nos lotes em que existe algum reservatório de água os animais têm acesso facilitado, porém os assentados que não possuem reservatórios de água em seus lotes, todos os dias levam seus animais ao açude mais próximo. Outros assentados, por sua vez, compram água de três a quatro vezes por semana para abastecer tanques e tambores de água destinados à carência dos animais.

**Quadro 04 – Equipamentos do lote agrícola/residencial no PA Santa Verônica**

O lote possui	Quantidade de famílias
Aviários	25
Chiqueiro/suínos	17
Curral/caprinos e ovinos	09
Curral/Bovinos	25
Área de pasto natural	35
Pasto plantado	12
Carroça	32
Máquinas	14
Ferramentas	45
Sementes	33
Cisterna	45

Fonte: Construído pela autora

A maior parte das famílias está diretamente envolvida com as atividades de criação de animais. De acordo com a ordem de importância, entre as estratégias produtivas predominantes no assentamento destacam-se a criação de aves (galináceos), bovinos, equinos e asininos, depois ovinos, suínos e caprinos. A criação de animais de menor porte está associada à ideia de complementação da própria base alimentar da família, é o caso da criação dos galináceos.

Quanto aos produtos agrícolas cultivados no lote destacam-se o milho, o feijão, a fava, o jerimum, a mandioca, a batata doce, o algodão, as hortaliças e as fruteiras. O sistema de cultivo adotado consiste em uma policultura consorciada. Algumas famílias afirmaram receber assistência técnica do INCRA (26 famílias), outras alegaram, porém, que não recebem nenhuma orientação a respeito de como conduzir a produção e melhorar as atividades agrícolas dentro do lote.

A atividade pecuária é bastante expressiva no assentamento, pois se pode perceber que 35 famílias estão envolvidas nessa atividade com um total de 368 animais entre bovinos, equinos, caprinos, ovinos e suínos. Apenas 10 famílias não praticam nenhuma atividade de criação. Das famílias que praticam a pecuária a maioria começou nessa atividade mesmo antes de morar no assentamento, neste caso várias famílias já haviam adquirido animais através de recursos próprios e os mesmos foram transportados para o assentamento na época de sua criação. Outras famílias, porém, afirmam que só tiveram condições de começar na atividade pecuária depois que passaram a residir no assentamento, pois dessa forma tiveram acesso tanto à terra como também aos programas de crédito e projetos para a aquisição dos animais.

Como se pôde constatar a bovinocultura é a principal atividade praticada pelas famílias assentadas. Esta atividade é destinada majoritariamente para o corte, onde o gado é vendido para atravessadores e para frigoríficos e açougues na zona urbana do município de Damião. A bovinocultura no assentamento serve secundariamente para a produção leiteira que, de acordo com a ordem de importância, serve para o consumo próprio das famílias, para venda em panificadoras, para a produção de queijo e para a venda direta no assentamento e na cidade.

**Figura 05:** Bovinocultura realizada no PA Santa Verônica



Fonte: Marcília Valério, 2012

No P.A Santa Verônica não existe cooperativa, no entanto, a Associação dos Trabalhadores Rurais do PA Santa Verônica agrega 42 famílias associadas. Dessas, 19 famílias estão associadas há mais de dez anos, 22 famílias há mais de cinco anos e 01 família é associada há menos de cinco anos. Discutiremos ainda neste capítulo a respeito dos mecanismos de funcionamento desta associação, salientando a problemática que atualmente envolve o modelo de organização social dos assentados.

### 3.3 Trabalho e renda no PA Santa Verônica

Considerando que o PA Santa Verônica é constituído por cinquenta lotes, verificamos que deste total, trinta e nove são cadastrados em nome de homens, pais de família, e onze lotes são cadastrados em nome de mulheres, mães de família. É interessante salientar que três famílias do assentamento são chefiadas por mulheres sendo uma delas viúva e duas divorciadas. Em relato de uma das duas mulheres divorciadas foi possível perceber a difícil realidade de uma mãe que precisou trabalhar sozinha para sustentar seis filhos:

Me casei e construí minha família. Quando foi com dezessete anos ele me deixou. Casou-se com outra e me deixou. Eu criei meus filhos só. Sozinha! [...] Ele não era bom pai, sabe? Ele jogava, bebia, andava com mulheres... Aí eu pra sobreviver trabalhava alugado, pra ajudar a criar os filhos. (Assentada 03).

Seguindo o curso de vida das famílias, observamos que alguns pais de família já realizavam outras atividades, antes de se tornarem assentados. Integra esse universo os homens que trabalhavam na construção civil, nas usinas de cana-de-açúcar, nos serviços temporários das frentes de emergência, dentre outras funções. É comum encontrar na fala dos informantes histórias que resgatam os momentos em que os mesmos se viram diante da necessidade de deixar a família para realizar longas viagens em busca de emprego: “Eu saí de casa com quatorze anos de idade, é meio difícil as coisas, mas voltei pra Paraíba de novo com quarenta e poucos anos né [...] para Rio de Janeiro, São Paulo, o Pará e Amazonas andei por todo lugar”. (Assentado 04).

Curiosamente buscamos entender também a situação das mulheres mães de família antes de se tornarem assentadas e descobrimos, então, que 38 delas declararam nunca ter trabalhado fora da agricultura. São mulheres que desde a infância tiveram que privilegiar o trabalho na roça para ajudar à família, o que muitas vezes obrigou-as a deixar de lado o desejo

de estudar: “Nesse tempo assim de estudos meu pai dizia que o estudo não trazia nada pra gente não. Quem trazia era o cabo da enxada. Aí trabalhamos muito em roça.” (Assentada 12).

Outras 07 mães de família, no entanto desempenharam funções diferenciadas tais como empregada doméstica, serviços em frentes de emergência, professora, auxiliar de serviços gerais e artesã. O fragmento a seguir ilustra a história de uma assentada que relata a experiência de trabalhar como empregada doméstica: “Quando foi com meus dezessete anos fui trabalhar na casa de família, trabalhei acho que uns três anos, aí foi tempo que eu tomei conta de casa”. (Assentada 20).

De acordo com o fragmento, compreende-se que chegado o período da maioridade as mulheres se colocavam diante de duas possibilidades: sair de casa para trabalhar como empregada doméstica nas chamadas “casas de família” ou casar-se cedo e “tomar conta de casa” dando continuidade à práticas que já faziam parte do seu modo de viver.

Atualmente a renda das famílias advém principalmente das atividades agrícolas realizadas no próprio lote, onde as famílias produzem os gêneros destinados à sua subsistência e na medida do possível comercializam o excedente da produção. Quantificar o valor dessa renda agrícola é uma difícil tarefa para estes agricultores, que para garantir uma boa safra dependem, dentre outros motivos, de um bom período chuvoso. Como uma fonte de complementação dessa renda foi possível perceber que 40 famílias são beneficiárias de programas assistenciais, a exemplo do Bolsa Família, 09 famílias contam com o benefício da aposentadoria, 03 famílias possuem salário fixo por meio do funcionalismo público e 01 família complementa sua renda com um pequeno comércio local (ver quadro 05).

#### **Quadro 05 – Principais fontes de renda das famílias assentadas no PA Santa Verônica**

Fontes de Renda	Quantidade de famílias
Renda agrícola	45
Programas assistenciais	40
Aposentadoria	09
Salário (funcionalismo público)	03
Comércio	01

Fonte: construído pela autora

Foi possível perceber que das 45 famílias que integraram o universo da pesquisa 17 possuem algum membro exercendo atividades não agrícolas remuneradas. Desse total existem os casos de famílias em que filhos moram e trabalham em outra cidade ou estado (07 famílias), casos em que filhos moram no assentamento, mas trabalham fora (03 famílias), famílias em que a mãe trabalha fora do assentamento (04 famílias), famílias em que o pai

trabalha fora do assentamento (02 famílias) e o caso em que pai e filhos moram e trabalham em outro estado (01 família).

Questionamos então se algum membro familiar exercia atividades agrícolas remuneradas fora da área familiar e os dados revelaram que seis famílias se enquadram nesse contexto, onde três destas trabalham para famílias vizinhas que por não apresentarem significativa força de trabalho disponível dentro do grupo familiar demandam por colaboração externa nos momentos de pico do ciclo agrícola. Outras três famílias afirmam trabalhar apenas nas propriedades de parentes anualmente.

### **3.4 Uso dos recursos naturais no PA Santa Verônica**

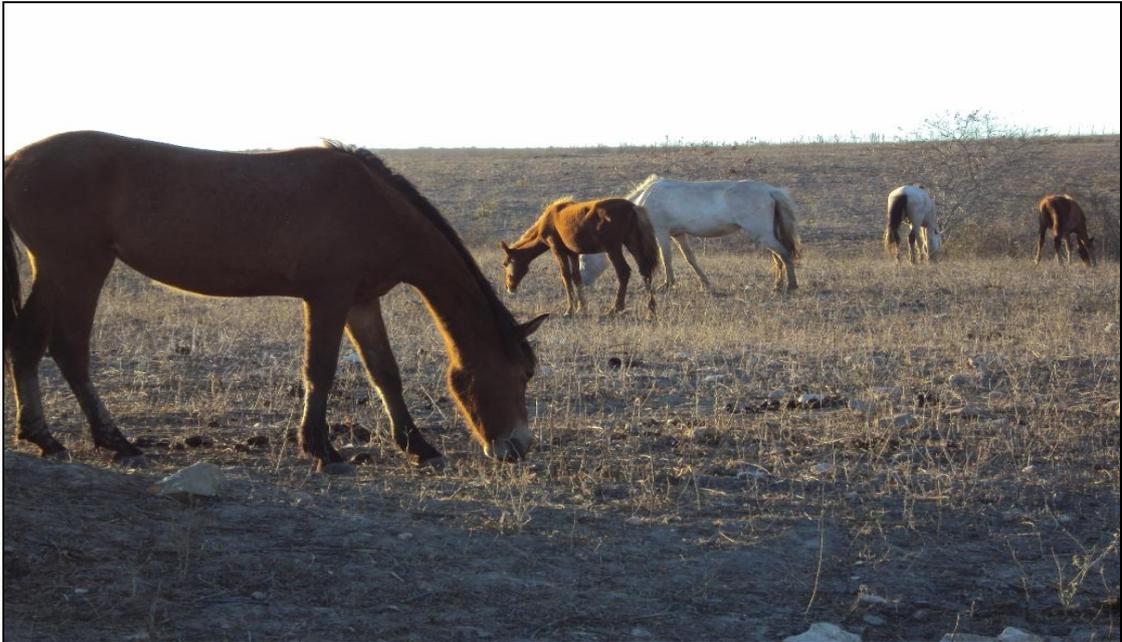
Para a compreensão das formas de aproveitamento dos recursos naturais no assentamento, foram agrupadas três categorias de descrição e análise: uso do solo, uso da cobertura vegetal e uso da água.

A terra é vista simbolicamente pelos assentados como uma reserva de valor, um patrimônio conquistado que passará de geração para geração. Materialmente, durante o período das chuvas o solo do lote é cultivado por produtos agrícolas essenciais para o consumo familiar como o milho, o feijão, a fava, o jerimum e a mandioca, e durante o período da seca o solo é utilizado como pastagem para prática da pecuária extensiva (figura 06). Algumas famílias aproveitam também o solo do lote residencial para práticas agrícolas de menor porte, tais como o cultivo de hortaliças e de plantas frutíferas. Uma característica marcante dessa região é a presença de solos secos, pedregosos e arenosos o que dificulta um maior aproveitamento do mesmo em diversas áreas.

Vale salientar ainda a declividade do relevo, motivo pelo qual algumas famílias deixam seu lote agrícola ocioso na maior parte do tempo. Essa mesma declividade é responsável ainda pela suscetibilidade dos solos à erosão em períodos de fortes precipitações pluviométricas.

Os assentados afirmam que quando se instalaram no assentamento encontraram seus lotes agrícolas cobertos por uma mata bruta, que só iria ser retirada por quem realmente tivesse muita coragem para limpar o terreno. Já a área destinada a Reserva Legal, que mede aproximadamente 213 ha, com o passar dos anos, por não ter seu espaço demarcado através de cercas, encontra-se muitas vezes ocupada por animais soltos que adentram na área da mata. De acordo com os assentados, o pasto do lote agrícola é pouco para alimentar os animais que são criados soltos na área comunitária.

**Figura 06:** Utilização do solo para prática da pecuária extensiva no PA Santa Verônica



Fonte: acervo da autora, 2012

Atualmente cerca de doze famílias realizam a atividade da caça nas áreas da mata, onde na maioria dos casos o chefe familiar caça por lazer e aproveita os animais para o consumo da família. Os animais capturados consistem em espécies popularmente conhecidas como a rolinha, o lambu, o tatu, o preá, dentre outros. Os assentados que praticam esta atividade afirmaram, no entanto, que atualmente está mais difícil encontrar estes animais na região.

A dificuldade de acesso à água é um fato marcante no Assentamento Santa Verônica, que se encontra localizado geograficamente em uma área de clima semiárido. O assentamento é abastecido por água potável fornecida pela Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA). A água é proveniente da barragem de Canafístula II localizada no município de Borborema/PB, a qual abastece um total de oito cidades, entre elas o município de Damião. Um problema relatado pelos assentados é que raramente se tem água encanada em casa, pois de modo geral as famílias só tem disponibilidade de água a cada quinze dias.

Na falta da água encanada utiliza-se a que fica armazenada na cisterna, tendo em vista que todas as famílias possuem duas cisternas no lote residencial. A água da cisterna é proveniente tanto da acumulação da água fornecida pela CAGEPA, como também da água da chuva e serve tanto para o consumo quanto para o gasto familiar.

O assentamento possui quatro reservatórios de água (açudes) e dois cata-ventos e todas as famílias têm o direito de usufruir da água. A área do assentamento também é atravessada

pelo riacho do Poró, de regime temporário. A água dos açudes é aproveitada para o uso geral das famílias e a água dos cata-ventos, considerada uma água salobra, é destinada aos animais. No período da seca geralmente os reservatórios perdem quase todo o seu volume de água, ocasionando muitas dificuldades para as famílias que além da necessidade do próprio consumo precisam dispor de água para os animais (figura 07).

**Figura 07:** reservatório de água do PA Santa Verônica na época da estiagem



Fonte: acervo da autora, 2012

A água dos açudes comunitários também é utilizada para a pesca, quatorze famílias assentadas afirmaram que estão ligadas a este tipo de atividade. Porém em virtude dos períodos de seca prolongada, que comprometem os níveis de água nos reservatórios, esse tipo de atividade vem sendo pouco praticada.

### **3.5 Organização social dos assentados**

As famílias do PA Santa Verônica estão organizadas em associação. As associações, segundo Ieno Neto (2005), surgem na maioria dos casos como uma imposição externa, uma condição necessária para que os assentados tenham acesso aos benefícios provenientes de programas creditícios. A Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Santa Verônica foi criada no ano de 2001 aproximadamente três meses após a desapropriação da terra sendo regida por um estatuto elaborado também em 2001.

Ainda de acordo com Ieno Neto (2005, p.291) os estatutos que são tomados como base para a criação e organização das associações seguem a mesma estrutura e hierarquia de cargos e funções administrativas:

Existe no INCRA, na EMATER e nas prefeituras municipais um modelo único de estatutos e regimentos internos, bastando apenas mudar o nome da associação, endereço, datas, nomes dos responsáveis pelos cargos da diretoria. Basta preencher esse modelo, anexar os documentos exigidos e dar entrada ao processo formal de registro.

Tal estatuto prevê como objetivos gerais da associação o fortalecimento da organização econômica, social e política dos produtores rurais, a organização de formas produtivas que estimulem modos de cooperação na produção e comercialização, a garantia dos direitos dos associados diante do poder público e a contribuição no fortalecimento de movimentos de preservação ambiental.

De acordo com as normas previstas no Estatuto, podem se tornar associados todos os trabalhadores com idade igual ou superior a 16 anos. A participação na associação oferece aos trabalhadores alguns direitos, dentre os quais podem ser citados a possibilidade de votar em qualquer cargo ou função e de participar das assembleias gerais para discussão de assuntos referentes à dinâmica do assentamento. É exigido também o cumprimento de deveres tais como observar as disposições estatutárias, respeitar os compromissos assumidos pela associação e efetuar o pagamento das mensalidades, as quais devem corresponder a 1% do salário vigente.

A associação é constituída por três instâncias: a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. A assembleia geral delibera sobre todos os assuntos referentes à vida social do grupo e se divide em assembleia geral ordinária, que dentre outras atribuições se encarrega de eleger e empossar os membros da diretoria e do conselho fiscal, e assembleia geral extraordinária, que delibera sobre assuntos especiais tais como dissolução da associação ou mudanças em seus objetivos. A Diretoria Executiva tem como competência cumprir as metas do estatuto, elaborar, coordenar e executar o plano de trabalho da associação, propor em Assembleia Geral o valor da contribuição mensal dos associados e apresentar à instituição o relatório e as contas de sua gestão. Vale salientar que a Diretoria se reúne ordinariamente uma vez a cada mês e extraordinariamente sempre que é necessário.

A atual Diretoria Executiva da Associação é formada pelos seguintes cargos e pelos respectivos assentados:

Presidente: Severino Manoel da Silva

Vice-presidente: Vanderlei do Nascimento Soares

1º Secretário: Lucinete Maria de Pontes

2º Secretário: Rosinete Maria de Pontes

O Conselho fiscal, por sua vez, fiscaliza as atividades da associação, examinando e aprovando os balancetes mensais. Atualmente o conselho fiscal da Associação é constituído pelos seguintes membros:

1º membro: Antônio Ferreira da Silva

2º membro: Maria do Socorro dos Santos Oliveira

3º membro: José Roberto Alves da Silva

4º membro: Valterilton José das Neves

5º membro: Luzia Mendes da Silva

As eleições para o provimento dos cargos referentes à Diretoria executiva e ao Conselho fiscal são realizadas a cada dois anos. Pode-se constatar que desde o ano de 2001 a Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Santa Verônica vem sendo presidida majoritariamente pelo agricultor Severino Manoel da Silva.

O senhor Severino Manoel foi o candidato à vice-presidente na primeira eleição da associação. Eleição esta que ocorreu com chapa única. Passados seis meses após a eleição, o presidente da instituição se ausentou por um período de aproximadamente quinze dias em virtude de motivos pessoais e deixou a presidência sob a responsabilidade do vice-presidente o Sr. Severino Manoel. Pelo fato do presidente oficial não retornar de sua licença no tempo previsto e pela necessidade de um líder efetivo para responder pelos projetos e recursos que estavam chegando ao assentamento naquele momento, foi decidido através de uma assembleia geral extraordinária que o vice-presidente Severino Manoel assumiria o cargo de presidente da associação.

Terminado o período do primeiro mandato (2001-2002) o presidente Severino Manoel se candidatou à nova eleição e conseguiu se reeleger (2003). Dois anos mais tarde (2005) em outro processo de eleição a associação conheceu um novo presidente, que dirigiu a instituição até o ano de 2008. Finalmente, em 2009 novamente a direção executiva é liderada por Severino Manoel.

O Estatuto da Associação dos Trabalhadores do PA Santa Verônica, determina que a instituição enquanto pessoa jurídica deve construir seu patrimônio através da aquisição de bens como, por exemplo, benfeitorias, construções, terrenos e contribuições dos assentados. Entretanto, segundo a atual diretoria executiva, o que se constata na prática é que a associação não possui nenhum patrimônio constituído em virtude da inadimplência dos associados que há

muito tempo não contribuem com o valor das mensalidades, dificultando a aquisição de algum bem.

Na visão dos associados, a deficiência na aquisição de bens e equipamentos para a comunidade dificulta as possibilidades de melhoria nas condições sociais e econômicas do assentamento, fato retratado na seguinte narrativa: “Aqui não tem nada minha filha! Só tem só os moradores e pronto. Em outros cantos o povo constrói uma casa de farinha, tem uma máquina pra moer um milho né... Aqui nada disso tem. A gente se quiser que se faça.” (Assentada 03)

Através dos relatos e narrativas dos assentados foi possível perceber que não há um diálogo profícuo entre os associados e a diretoria executiva da associação. Os assentados demonstram certa insatisfação para com o papel desempenhado pela atual diretoria. Muitos sentem falta de uma coletividade, isso se expressa na seguinte afirmação: “Nos outros cantos ninguém trabalha só. Trabalha coletivo, tudo junto, e aqui minha filha cada qual que faça o seu.” (Assentada 03)

Segundo os assentados a atual presidência não se mobiliza para conseguir mais recursos e mais projetos para o assentamento. Por outro lado, o presidente da associação alega que a comunidade não está aberta ao diálogo e não contribui nem mesmo com o valor das mensalidades. O presidente afirma ainda que as assembleias gerais ordinárias, que devem ocorrer mensalmente, não vêm sendo realizadas há um bom tempo porque os associados não comparecem.

Diante disso pode-se concluir que a organização social dos assentados do PA Santa Verônica vivencia uma situação muito frágil, pois falta uma articulação efetiva dentro da própria comunidade, o que limita as possibilidades de articulação com outras instituições e atores sociais.

O capítulo a seguir analisará de maneira mais profunda os aspectos referentes à vida social no PA Santa Verônica. Procuraremos deste modo perceber os avanços e os limites dessa política pública, compreendendo, sobretudo, o significado que o assentamento adquire na vida dos assentados.

## CAPÍTULO IV

### 4. A VIDA NO ASSENTAMENTO: OS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA NO P.A SANTA VERÔNICA

“Os bens são investidos de valores socialmente utilizados para expressar categorias e princípios, cultivar ideias, fixar e sustentar estilos de vida, enfrentar mudanças ou criar permanências.” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p.8)

A vida no assentamento é analisada e avaliada pelos assentados tomando como critério de referência bens que qualificam as experiências por eles vivenciadas atualmente. Deste modo, os bens que passaram a dispor após a conquista do assentamento servem como parâmetros para comparar a situação atual com as experiências vividas antes do assentamento, época marcada pela precariedade no acesso a um lugar de trabalho e de moradia. Vale salientar que a análise que os assentados fazem a respeito dos bens que dispõem pode ser compreendida com base em uma visão Aristotélica, que compreende a essência e a utilidade dos bens, na medida em que ressaltam a existência de bens que são bons em si mesmos, como uma alimentação digna, e de bens que são bons porque servem para a conquista de outros bens, como o acesso a educação e outros serviços públicos. (ARISTÓTELES, 2003)

A análise das narrativas dos informantes possibilitou a identificação de determinados elementos que se constituem como os indicadores de qualidade de vida das famílias do PA Santa Verônica. Entre estes elementos podemos destacar o acesso a terra, o acesso a serviços públicos e o acesso a rendas. Tais elementos emergiram a partir das entrevistas que resgatavam a trajetória de vida dos assentados, o que nos permitiu analisar fatos e processos importantes para a compreensão do que estes sujeitos valorizam e priorizam em suas vidas. Neste capítulo, os indicadores são analisados de maneira contextualizada, considerando a importância que possuem sob o ponto de vista dos assentados e sob o ponto de vista dos benefícios que realmente trazem para a vida no assentamento. A trajetória de vida pessoal dos assentados é analisada em conjunto, considerando a necessidade de reconstruir a história do grupo e de compreender processos históricos e sociais resgatados pela memória dos informantes. A sequência dos indicadores abordados no texto obedece à intensidade de como apareceram na narrativa dos assentados.

Com esta perspectiva pretendemos com este capítulo descrever e analisar os elementos que para as famílias assentadas constituem os aspectos estruturadores de sua qualidade de

vida. Esses elementos se referem ao que o assentamento proporcionou a essas famílias. Para se alcançar estes resultados, como mencionado no início deste trabalho, foram realizadas vinte entrevistas semiestruturadas, cujos informantes são caracterizados no quadro a seguir de acordo com idade, origem, grau de escolaridade e número de filhos que possuem.

#### **Quadro 06 - Caracterização da amostra de Informantes**

<b>Assentado</b>	<b>Idade</b>	<b>Origem</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Nº de filhos</b>
Assentado 01	58	Logradouro	Fundamental incompleto	9 filhos
Assentado 02	55	Campo de Santana (zona urbana)	Fundamental incompleto	2 filhos
Assentada 03	66	Campo de Santana (zona urbana)	Analfabeta	5 filhos
Assentado 04	70	Belém/Caiçara (zona urbana)	Fundamental incompleto	2 filhos
Assentado 05	58	Campo de Santana (zona rural)	Fundamental incompleto	3 filhos
Assentado 06	32	Cacimba de Dentro (zona rural)	Fundamental completo	2 filhos
Assentado 07	62	Logradouro	Fundamental incompleto	11 filhos
Assentado 08	42	Logradouro	Fundamental incompleto	2 filhos
Assentado 09	28	Cacimba de Dentro (zona rural)	Fundamental incompleto	3 filhos
Assentado 10	31	Logradouro	Médio completo	1 filho
Assentado 11	48	Logradouro	Fundamental incompleto	3 filhos
Assentada 12	34	Logradouro	Fundamental incompleto	2 filhos
Assentada 13	38	Logradouro	Fundamental incompleto	4 filhos
Assentado 14	23	Logradouro	Fundamental incompleto	1 filho
Assentada 15	42	Campo de Santana (zona urbana)	Fundamental incompleto	2 filhos
Assentado 16	50	Araruna (Zona rural)	Fundamental incompleto	4 filhos
Assentada 17	30	Araruna (zona rural)	Fundamental incompleto	3 filhos
Assentada 18	36	Damião (zona rural)	Fundamental incompleto	7 filhos
Assentado 19	39	Logradouro	Fundamental incompleto	2 Filhos
Assentada 20	33	Casserengue (zona rural)	Médio incompleto	3 filhos

Entendamos a partir de então, o significado atribuído pelas famílias do PA Santa Verônica a determinados bens conquistados a partir da criação do assentamento. Bens que para as famílias são definidores de sua qualidade de vida.

#### **4.1 A conquista do assentamento e o acesso a terra**

A possibilidade de ter acesso a terra como lugar de moradia e de trabalho representa para as famílias do PA Santa Verônica um dos aspectos fundamentais para a compreensão de sua qualidade de vida. Como já o dissemos no capítulo anterior, os assentados dispõem de um lote agrícola equivalente a 12 ha, espaço onde se desenvolvem as atividades relacionadas à agricultura e pecuária, além de disporem do lote residencial localizado na agrovila. Ter acesso a este espaço, portanto, possibilita aos assentados condições que os permitem avaliar positivamente suas vidas. A terra é um bem importante para a qualidade de vida destas

famílias porque do acesso a ela decorrem categorias como a superação da situação de exclusão a qual determinadas famílias estavam acometidas antes de se tornarem assentadas, a construção e manutenção de um lugar de trabalho e geração de renda e o acesso a um lugar de moradia. Estas condições são evidenciadas a partir da narrativa dos próprios assentados, as quais serão descritas e analisadas ao longo da primeira parte deste capítulo. Segundo Heredia (2004, p.31):

O acesso à terra permite às famílias uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas dessas famílias antes de seu ingresso nos projetos de assentamento.

A racionalidade que orientou o pensamento da maioria das famílias do PA Santa Verônica era concebida na ideia de que o acesso a terra poderia representar uma alternativa viável para a melhoria de suas condições de vida, considerando o marcante cenário de migrações, desemprego e precariedade no acesso a serviços públicos. De modo que D'Aquino (2011, p. 19) afirma que “para as famílias de tradição camponesa, a terra simboliza a última alternativa possível para a reconquista do velho estilo de vida e da autonomia, enquanto para os trabalhadores urbanos ela aparece como alternativa à fome, ao desemprego ou ao cartão de ponto”. Esta afirmação nos parece útil para compreender porque determinados trabalhadores do meio urbano decidiram apostar na ida para o assentamento.

A conquista do assentamento e o acesso a terra representam para as famílias assentadas uma ruptura com as condições de vida anteriores ao assentamento. Antes de se tornarem assentadas as famílias tanto viviam a condição de moradoras das terras de grandes proprietários, como viviam também a condição de moradoras da cidade, que quando não estavam ocupadas em atividades informais, relacionadas, por exemplo, a construção civil ou serviços domésticos, viam na terra dos proprietários de sua região a única maneira possível de fazer um roçado. É preciso considerar ainda que nem todos os moradores urbanos possuíam casa própria, o que sujeitava boa parte deles a morar de aluguel.

Desta forma, as relações de subserviência se manifestam na trajetória de vida dos informantes, pois ser agricultor e não ter terra para trabalhar implicava em sujeitar-se a um patrão e dividir com ele tudo o que produziam através dos contratos de arrendamento. O morador da “terra dos outros”, expressão comumente utilizada pelos assentados, por vezes não tinha ao menos o direito de colocar seu roçado, realizando apenas o trabalho dedicado a seu patrão. A sujeição vivida com relação ao grande proprietário representa para o agricultor

uma espécie de humilhação e privação da própria liberdade. Com frequência o termo “humilhação” aparece na narrativa dos assentados. Morar em terra dos outros, portanto, era estar humilhado e submisso a um patrão, dividindo com ele os resultados da produção.

É porque eu morava na terra dos outros né. Não tinha nem roçado pra trabalhar. E aqui não, o cara tem “12 e cinquenta” de terra só não trabalha preguiçoso né, mas o cara que tem coragem de trabalhar trabalha. [...] Morava em Belém. [...] Terra dos outros. E aqui o cara pode trabalhar, pode criar né. Não está humilhado a ninguém né. [...] Vou pro meu roçado todo dia né, crio meus bichinhos. [...] eu amanheceu o dia eu vou pro meu roçado né. Dá onze horas venho embora, de tarde vou de novo, pronto! Lutar pela vida né. É só isso mesmo que tenho que falar. (Assentado 04)

O trecho anterior revela experiências pontuais que podem ser muito bem compreendidas a partir de todo o relato da trajetória de vida do informante. Uma das experiências que podemos destacar é a de que depois de assentado o trabalhador tem o controle sobre a organização de seu tempo e de suas horas de trabalho, o que já representa uma condição de liberdade na medida em que não mais obriga o agricultor a oferecer dias e horas de trabalho ao patrão. A trajetória de vida do informante revela a existência de um passado marcado por uma vida viajante que faz o assentado afirmar que nunca viu “futuro nenhum” na vida de empregado. O contexto que o assentado apresenta através do modo como vive no assentamento, “não vivo às custas de ninguém”, revela que o acesso a terra representa a superação da vida de empregado, o trabalhador explorado, humilhado e sem direitos. Os sonhos que permeiam o imaginário desse assentado, embora não totalmente realizados, “eu tinha vontade de arrumar pra mim uma padaria, mas tudo é difícil”, podem indicar que apesar das dificuldades do assentamento, não estar sujeito a “ninguém” é um aspecto importante para qualificar positivamente a vida no assentamento.

O relato a seguir apresenta outros aspectos que são comumente abordados na narrativa dos informantes ao avaliarem suas vidas e pensarem sobre as mudanças ocasionadas pelo acesso a terra.

Ah, [...] antes de seu ser assentado... A vida era sofrida demais homem! Morava em rua, não criava uma galinha [...] difícil! Difícil mesmo! Hoje em dia eu posso dizer que... Cem por cento! O cabra viver numa vida dessa que nem nós vivemos, nós aqui! Não é só eu não! É... Morar numa rua? Não! Sem ter onde trabalhar, obrigado a fazendeiro? Hoje em dia não, hoje em dia faz de conta que nós quem somos fazendeiros, né? Um pobre, um agricultor com 12 ha de terra, uma pessoa dessa pode se considerar que tem terra pra trabalhar, né? E criar. (Assentado 19).

À exemplo desta narrativa, muitas outras evocam que antes do assentamento a vida caracterizava-se pelo sofrimento e para entender a dimensão do que era ter uma “vida sofrida”, é necessário nos reportarmos ao resgate da história pessoal dos informantes.

Como foi mencionado anteriormente, para a maior parte dos agricultores a vida de infância foi caracterizada pelo trabalho na roça, considerando que a necessidade de contribuir para o sustento da família numerosa levava os pais a introduzirem seus filhos ainda crianças nas atividades agrícolas. A memória dos assentados revela, portanto, que os aspectos mais representativos da vida de infância associam trabalho e poucas oportunidades de estudo: “A minha infância de... De... De garoto eu trabalhei muito na roça né”, “A minha infância é uma infância sofrida, cinquenta anos atrás”, “Minha infância mesmo era só trabalhar mesmo né.”, “Desde o início a gente se criava trabalhando”. Determinados agricultores afirmam que mesmo em face das dificuldades econômicas que enfrentavam, gostavam de trabalhar e gostavam, sobretudo, da vida que levavam no sítio, pois a ela estavam acostumados.

Chegada a idade adulta, surgia a necessidade dos agricultores se afastarem da família para procurar o próprio meio de vida e assim complementar a renda familiar. O contexto marcado ora pelo desemprego, ora pelo trabalho sazonal em terras alheias culminava na decisão de sair de casa mesmo quando estes agricultores ainda eram solteiros. Os agricultores migravam em grande parte para o “Sul”, que nas narrativas dos informantes representa grandes centros regionais como São Paulo e Rio de Janeiro, lugares onde as condições de vida eram tomadas por dificuldades que se agravavam pela distância da família.

A migração realizada pelos agricultores por vezes tinha caráter inter-regional, quando estes encontravam ocupação em trabalhos temporários na própria região, como, por exemplo, o trabalho alugado nas fazendas, nos motores de agave e no corte de cana das usinas. A renda obtida por meio dessas atividades era a base para a feira semanal dos agricultores que já eram chefes de família, feira esta que incluía a “mistura”, como assim é chamada a carne pelos assentados, apenas nos finais de semana.

O trecho destacado da entrevista do assentado 19, especialmente a frase “O cabra viver numa vida dessa que nem nós vivemos”, também nos sugere entender como é a vida no assentamento, mas esta é uma atividade a ser feita ao longo do capítulo, pois ao tratarmos sobre os indicadores de qualidade de vida das famílias, estaremos compreendendo também os aspectos que marcam a vida destas famílias no assentamento. De maneira mais pontual, a vida no assentamento é descrita pelos informantes, como aquela centrada na possibilidade de trabalhar para si mesmos com o intuito de garantir o “pão de cada dia”, superando e evitando a pobreza a qual já estiveram acometidos. Sobre a questão de trabalho e geração de renda abordaremos mais adiante.

Os assentados comumente mencionam também o termo tranquilidade para descrever a vida que levam no assentamento. Qual é então a dimensão desta tranquilidade? Para os informantes o que melhor caracteriza essa tranquilidade é a segurança de que a posse da terra representa condição fundamental para a manutenção de um lugar de trabalho e de moradia sem estarem sujeitos a ninguém.<sup>14</sup> Ao destacar o tamanho do lote e se imaginarem como pequenos fazendeiros os informantes revelam tanto o valor material da terra enquanto uma propriedade que lhes é particular, como também o valor simbólico que se estabelece na relação entre o sujeito agricultor e o objeto terra.

Por outro lado, antes da constituição do assentamento determinados agricultores por mais que vivessem em uma situação de sujeição à grande propriedade, não tinham uma plena consciência dessa situação e viviam conformados com a vida que levavam. Essa situação se manifesta, sobretudo, na trajetória das famílias que não tinham interesse pelo processo de desapropriação da terra, pois eram famílias que no contexto em que viviam, consideravam ter o suficiente para sobreviver: uma casa e um pedaço de terra no qual trabalhavam pagando renda.

Esta situação ilustra o que Sen (2010, p.44) denomina de resultados de culminância e resultados de abrangência. O autor explica que existe “uma distinção entre “resultados de culminância” (ou seja, apenas resultados finais sem considerar o processo de obtenção desses resultados, incluindo o exercício da liberdade) e “resultados abrangentes” (considerando os processos pelos quais os resultados de culminância ocorreram)”. Antes de ser assentada, por mais que a família tivesse condições de produzir sua renda – este seria o produto final, portanto o resultado de culminância – esta possibilidade sempre dependeria da concessão do patrão, o dono da terra, não dependeria unicamente da livre escolha dos agricultores. Após tornar-se assentada a família passa a dispor de resultados abrangentes, porque o processo de produção de resultados de culminância acontece de maneira diferente, desta vez a família dispõe de terra própria e, portanto aciona o exercício da própria liberdade.

Considerando esta perspectiva, discutiremos no tópico seguinte os aspectos que caracterizam a dinâmica do trabalho realizado pelas famílias no PA Santa Verônica,

---

<sup>14</sup> Apesar de os assentados enaltecerem a tranquilidade que o assentamento propicia para suas vidas, determinadas questões precisam ser consideradas e problematizadas. A tranquilidade que os assentados afirmam ter se contradiz, por exemplo, com a insegurança gerada pela inadimplência dos empréstimos adquiridos, com o precário acesso a serviços de saúde e com o desconforto de presenciar a migração dos mais jovens para conseguir emprego em outros lugares. Estes aspectos serão discutidos ao longo do capítulo.

procurando compreender a importância que o assentamento representa enquanto um lugar de trabalho.

#### **4.1.1 O assentamento como lugar de trabalho**

Como já mencionado anteriormente, para as famílias do PA Santa Verônica o acesso a terra como lugar de trabalho é um importante elemento na definição da qualidade de vida. Para estas famílias o trabalho significa a busca pela sobrevivência e a construção de seu patrimônio, o qual é constituído por bens que a família valoriza possuir. A terra é, portanto, objeto de trabalho e “meio de vida”, na medida em que possibilita a conquista de outros bens.

No capítulo anterior, ao descrever as características socioeconômicas do PA Santa Verônica, vimos que para as famílias assentadas a associação feita entre oportunidade de trabalho e melhoria das condições de vida constituiu-se como a principal motivação para morar no assentamento. Antes de se tornarem assentadas estas famílias buscavam estratégias diversas para superar as carências ocasionadas pela falta de um lugar de trabalho, por isso determinadas experiências podem ser identificadas nas suas trajetórias de vida, como por exemplo, o trabalho realizado através do arrendamento de terras, o trabalho alugado, o trabalho sazonal em motores de agave e nas usinas de cana, o trabalho acessório na propriedade dos pais e quando não restavam melhores alternativas, os chefes de família migravam em busca da possibilidade de emprego em outras regiões do país. O relato a seguir ilustra esta situação:

Bom, no começo era dificuldade grande. Porque lá em casa era doze meninos e papai dá conta de todinho era muito sacrifício. Nós vínhamos ali do Logradouro pra trabalhar ali em Pedro Odon, às vezes saía de madrugada montado num burro, passava o dia por lá cozinhava debaixo do pé de imbu e pra voltar, voltava já de noite, chegava em casa cansado ainda ia estudar, muitas vezes a gente levava o caderno pra o roçado pra... Ter tempo de fazer os exercícios em casa, não tinha tempo de fazer em casa aí fazia no roçado. E tinha que trabalhar né, como eu que era o mais velho para sustentar os outros que eram mais pequenos. Aí por isso que quando eu completei meus dezoito anos eu disse “pronto agora eu vou simhora, ajudar meu pai” mas ele disse “Não! Você não vai não! Vai ficar aqui pra trabalhar mais eu”. Quando eu fui a minha primeira viagem foi, eu estava com o que, estava com vinte e um anos. Aí viajei pra fora e comecei trabalhar, comecei ajudar ele. Mas só que antes disso a gente foi pra... As coisas, a agricultura não estava mais dando lucro, a gente foi eu e ele e outro meu irmão mais pequeno... A gente foi pra o Pará, fomos trabalhar lá pra ver se mandava o dinheiro pra criar o resto da família. E nisso deixamos a minha mãe grávida em casa e fomos. Quando chegamos lá o cara prometeu um trabalho bom, chegamos lá era dentro de uma fazenda, dentro do mato. Aí tinha que roçar mato, dentro do mato mesmo, tinha que morar lá dentro do mato. E naquele tempo era onde

estava aquela doença grande era a... Aquele mosquito que pica, era a... A febre amarela. Aí naquela região lá do Pará estava a febre amarela estava atacando mesmo, aí a gente “sabe de uma coisa, nós vamos é embora”. Aí não tinha dinheiro pra passagem, aí pronto. Aí tivemos que ficar lá três meses pra trabalhar e no decorrer desses três meses a minha mãe ficou aí grávida, aí não sei se foi da preocupação que a gente viajou, se foi do susto que ela teve, ela veio perder a, perder a criança. A criança nasceu já morta, já estava fedendo dentro e os médicos disseram que a criança estava morta, mas não podia tirar e nisso quase ela morreu. Aí a gente passou três meses lá e não... Juntou o dinheiro da passagem e voltamos pra cá. Aí de lá pra cá a gente ficou... O que tinha ela vendeu a geladeira, vendeu tudo pra sobreviver né durante a operação, que ela foi operada. Aí quando a gente voltou a gente começou a trabalhar de novo aí foi o tempo que abriu aqui esse assentamento aí pai deu o nome e a gente... Ele veio pra cá, aí graças a Deus de lá pra cá as coisas melhoraram mais, foi o tempo que meus irmãos viajaram também pra fora, eu também quando foi em 2001 viajei também. Aí ajudamos a família, quando é agora está tudo bem. (Assentado 10)

Este relato individual nos ajuda a compreender aspectos da trajetória de vida de boa parte dos assentados, especialmente aspectos que se relacionam à dimensão que o trabalho exerce na vida destes indivíduos, enquanto um meio de existência e sobrevivência. No resgate de sua história de vida o informante não inicia falando sobre sua história individual ou sobre aspectos típicos da vida de infância. Ao contrário, ele associa sua história pessoal à história de sua família ressaltando que a responsabilidade que cabia ao pai era a mesma que lhe cabia pelo fato de ser o filho mais velho de uma família numerosa. Desta forma o trabalho aparece como uma prática concernente à vida de infância deste informante, à exemplo do que acontece com quase todos os assentados do PA Santa Verônica.

Quem foi “nascido e criado” na agricultura e não tinha outro “meio de vida” procurava o trabalho na terra de outras pessoas. A distância entre a moradia e o lugar de trabalho configurava uma rotina de certos sacrifícios, tais como sair de casa de madrugada, caminhar a pé, preparar a comida no próprio roçado, vencer o calor do dia e só retornar à casa quando já era noite. Durante o período de inverno os agricultores produziam o necessário para que mesmo com grandes limitações pudessem sustentar a família. Quando, porém, chegava o período da seca era quase inevitável para os chefes de família realizar as longas viagens para outras regiões do país em busca de emprego, tendo em vista que a família numerosa, não raro composta por 10 filhos ou mais, exigia maiores rendimentos. A expectativa de conseguir um bom trabalho, no mínimo um trabalho seguro, nem sempre se consumava, pois como é possível perceber no relato anterior a vida lá fora era cercada por riscos e desconfortos, o que intensificava o desejo de estar novamente perto da família.

Nesse contexto, a conquista do assentamento representou a possibilidade de superar as precárias condições de acesso a um lugar de trabalho, diminuindo a necessidade das migrações entre os chefes de família, os titulares das parcelas. Comumente os assentados expressam em suas narrativas a seguinte afirmação: “depois que estou aqui não saí pra nenhum canto não”. Apesar disso, as migrações esporádicas ainda acontecem, pois foi possível constatar a existência de chefes de família que ainda se ausentam do assentamento para complementar a renda familiar com outras atividades, principalmente na época de estio. Os assentados que procuram emprego fora do assentamento são geralmente pessoas que consideram ter o domínio de uma profissão complementar à agricultura, como a profissão de pedreiro.

É necessário considerar ainda que é representativo o número de famílias que possuem filhos que migraram para outros lugares em busca de emprego. Entender a percepção dos jovens com relação à vida e ao futuro no assentamento se constitui como uma questão que poderia ser compreendida por outra pesquisa. Mas não é difícil compreender o porquê de muitos jovens terem migrado: os “anos ruins” de safra fazem com que a produção e a geração de empregos dentro da propriedade familiar sejam reduzidas, além disso, a região não é capaz de absorver toda a força de trabalho dos jovens, vale considerar também que a maioria destes jovens não teve oportunidade de se qualificar para o desempenho de outras atividades profissionais.

Para os que estão no assentamento, a terra representa uma condição fundamental para fazer do trabalho um exercício de liberdade, o qual se relaciona à capacidade de produzir os alimentos necessários à subsistência da família. O trecho a seguir foi extraído de uma narrativa em que o assentado elege a oportunidade de trabalho como o principal aspecto que lhe motivou a morar no assentamento.

É porque, motivo porque aqui a gente tem mais liberdade pra trabalhar e pra criar e lá [em Logradouro] ninguém não tinha sabe. Lá não tinha nenhuma galinha, lá na “ruinha” de Logradouro, não tinha nem onde criar uma galinha porque saísse pra o quintal os cabras agarrava. [...] Minha vida ficou melhor do que lá mil vezes. Muito satisfeito aqui viu. Melhor do que lá onde eu estava dez mil vezes. Porque lá não tinha acesso a nada lá onde a gente estava. [...] Me sinto feliz mesmo. Pra quem gosta de trabalhar aqui está bom agora pra quem não gosta né aí acha melhor está na rua. (Assentado 08)

Os assentados criam uma interessante diferenciação entre as famílias, classificando-as entre as “que gostam de trabalhar” e, portanto, fazem do assentamento um lugar produtivo que leva a conquista de bens materiais e ao fortalecimento do sentimento de satisfação com o

lugar em que vivem, e as “que não gostam de trabalhar”, vistas pelos assentados como as famílias que, por não terem “vocaçãõ” para a terra, não se sentem motivadas a produzir e, portanto, “não conseguem nada”.

Através do sistema de policultura as famílias associam a produção de gêneros como feijão e milho dentro lote agrícola. O trabalho realizado pelo agricultor aciona o conjunto de conhecimentos práticos herdados e materializados em atividades como limpar o terreno, esperar as primeiras chuvas, preparar o solo para plantio e apostar na colheita. O lote residencial também se constitui como espaço destinado ao cultivo de produtos em menores proporções como plantas frutíferas, hortaliças, jerimum e mandioca.

Nos primeiros anos de assentamento, determinadas circunstâncias dificultaram a produção das famílias como, por exemplo, a falta de demarcação do lote agrícola, que segundo os informantes “era tudo bagunçado”, e a morosidade no processo de formulação de projetos e chegada de recursos. Na época, muitos lotes não eram cultivados há décadas e por isso eram constituídos por extensões de vegetação bruta, a qual os assentados se encarregariam de derrubar. Vale salientar ainda que a dificuldade no acesso a água também representou um limite ao desenvolvimento inicial das atividades agropecuárias. Estas situações são claramente identificadas nos relatos a seguir:

A situação do lote era aberto né, aberto, não tinha barragem, nem era desmatado, era assim um mato grosso sabe, não era mata mesmo não, mas era assim um... Como aliás que já voltou de novo uma parte ficar um mato meio grosso sabe, uma parte não porque uma parte é que eu trabalho, aí essa reserva eu deixo assim pra as vezes uma vaca, eu tenho um cavalo também, um animal aí fica lá nessa reserva. Aí tem barragem hoje, está toda cercadinha. (Assentado 11)

[o lote] só não estava dividido ainda, era tudo bagunçado, uns pegavam aqui, outros pegavam ali. Aí depois, não sei se foi com um ano, se foi com dois, o INCRA veio e partiu pra cada um sua terra. Aí fizeram projeto e tiraram um dinheiro e cercaram, cada um com seu lote cercado, só que um bocado vendeu tudo sabe, acabou, os que foram certos, corretos até hoje são direitinhos, outros saíram vendendo, trocando, foi um dismantelo, por isso que o INCRA não aceitou, ou trabalhava direitinho, ou então saía né. Mas até hoje o nosso está direitinho lá. Todo cercadinho, tem palma, só não tem capim porque a seca não deixa, tudo direitinho. (Assentada 13)

A expressão “os que foram certos, corretos”, no contexto em que foi utilizada pela informante, identifica aqueles assentados que seguiram as regras impostas pelo INCRA e, portanto, foram capazes de utilizar os recursos disponíveis para ampliar e organizar a atividade produtiva. Por outro lado, os assentados que trocaram lotes e comercializaram

animais e outros recursos adquiridos, não seguindo assim a objetividade expressa pela instituição mediadora, são vistos como pessoas interessadas apenas nos recursos disponibilizados e por isso não estavam comprometidos com o trabalho no assentamento. Por trás da condição imposta pelo INCRA de que “ou trabalhava direitinho, ou então saía” do assentamento, existe um processo de construção e modelagem de um perfil ideal de assentado, processo explicado por Neves (1997) e já discutido no segundo capítulo deste trabalho.

A superação dos sacrifícios vivenciados no passado cria nos informantes um sentimento em comum: o orgulho de afirmar que embora existam dificuldades, a família sabe como organizar o lote agrícola e com base nos recursos disponíveis sabe fazê-lo produzir. Afirmando que atualmente a terra está “toda cercadinha” com “tudo direitinho” os assentados fazem questão de deixar transparecer que são detentores de uma eficiência material não conseguida por todos.

Para estes assentados o assentamento representou um meio de proporcionar o desenvolvimento, o qual é pensado objetivamente a partir da associação entre trabalho e moradia. O desenvolvimento se concretiza também no fato de viver tranquilamente, usufruindo de aspectos essencialmente subjetivos como o bem-estar e a felicidade. Desta forma é possível considerar que a qualidade de vida das famílias é baseada em aspectos subjetivos, como felicidade e bem-estar, que se relacionam e dependem em certa medida de aspectos objetivos como ter uma terra para trabalhar e conseqüentemente ter uma fonte de renda. O relato a seguir apresenta sucintamente a associação feita entre desenvolvimento e acesso a lugar de trabalho e moradia.

Hoje pra mim, e diz o pessoal pergunta pra mim: – Como é que você tá se achando no assentamento? – Eu digo assim: Eu estou muito feliz, pra mim o assentamento foi o desenvolvimento da minha família, que eu não tinha terra pra trabalhar, tinha uma casinha no Logradouro, mas só... Só vivia só morando lá naquela casinha, aí aqui eu crio, planto à vontade, que nem agorinha cheguei do roçado e graças a Deus a vida melhorou mais de 200%. Minha família todinha, e só eu não muita gente que trabalha aqui, quem quer trabalhar tem onde trabalhar e tem a tranquilidade que mora no assentamento, mora dentro da terra né, não fica mais distante, que nem a gente morava em Logradouro né era mais distante, hoje tá bem pertinho pro roçado e graças a Deus a vida melhorou 100%. Pra quem estava fora e veio morar aqui hoje diz: “– *Mas rapaz, canto de morar é no assentamento mesmo!*”. A gente trabalha e cria e vive tranquilo né. (Assentado 01)

A entrevista anterior, no contexto em que foi realizada e tomando por base a observação e o registro das informações, revela aspectos interessantes. Eram pouco mais de

dez horas da manhã e o assentado tinha acabado de chegar do roçado. A relativa proximidade que existe entre a agrovila e o lote agrícola permite ao assentado que ele transite por estes espaços até mais de uma vez por dia, vindo em casa próximo ao horário do almoço para fazer a refeição com a família. Esta é, a priori, uma situação simples, mas que representa certa importância para os assentados que quando moravam longe da propriedade na qual trabalhavam, ficavam inviabilizados da simples oportunidade de almoçar com a família.

Embora a renda agrícola não seja o rendimento exclusivo das famílias, ela apresenta grande importância porque é gerada pela família dentro de um espaço constituído por valor material e simbólico. Além disso, o trabalho e a geração de renda têm como objetivo essencial o sustento da família.

No PA Santa Verônica é possível identificar a existência de famílias consideradas pluriativas, correspondendo à essa terminologia as famílias que combinam a atividade agrícola com atividades não-agrícolas realizadas fora do assentamento. Nesse caso são assentados que possuem empregos na cidade e asseguram o sustento da família com uma renda fixa.

A pluriatividade é responsável por certa diferenciação econômica entre as famílias, pois é possível perceber que as famílias consideradas pluriativas apresentam uma melhor situação econômica e conseqüentemente um melhor poder aquisitivo comparando-se com a realidade de outras famílias, que vivem exclusivamente das atividades agrícolas e do acesso a programas assistenciais. Ao falar em uma melhor situação econômica nos referimos, entre outras coisas, a possibilidade da família reformar e ampliar a casa conforme a necessidade ou o próprio desejo do grupo familiar e a possibilidade de adquirir bens materiais duráveis, como aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos. Os relatos a seguir apresentam de que forma os assentados combinam o desempenho de atividades agrícolas com atividades não agrícolas:

Eu fiz um concurso publico na cidade de Damião passei, aí eu trabalho de manhã lá e a tarde trabalho na agricultura. Meu ramo agora é esse, é trabalhar de manhã no Damião e a tarde trabalhar na agricultura. Quando não é com os animais é plantando feijão no inverno e na seca é cuidando dos animais, botando água... É só o que a gente faz, botar comer pra os animais na seca e... E no inverno a gente planta feijão, milho, mas o mais que a gente planta aqui é feijão e milho só. (Assentado 06)

As vezes eu tiro dinheiro de lá e aplico aqui, por exemplo, plantei esse quintal, foi o que? Quinze quilos de feijão, não tinha feijão, comprei, mandei o trator cortar, plantamos. Aí paguei o menino pra passar o boi de novo, aí meus pais foi que limparam. Eu e meu pai. Eu só não fui mais embora por causa dele sabe? Porque ele diz que eu sou os pés e as mãos dele. . Às vezes tem um bicho ele chama eu, tem os outros meninos, mas ele não tem

confiança nos outros. Não sei se é porque eu sou mais velho... (Assentado 10)

As famílias assentadas realizam as atividades agrícolas com o objetivo primeiro de alimentar a família, por esta razão nem sempre é possível armazenar grãos que possam ser utilizados em um novo cultivo. Secundariamente, se comercializa certa parte dos produtos. É importante salientar que as estratégias de consumo e venda, são planejadas de acordo com o total de produção que os assentados conseguem alcançar considerando as condições meteorológicas do ano. A produção da maioria das famílias se restringe basicamente a gêneros agrícolas como milho e feijão, produtos cultivados por todos os parceiros, embora existam famílias que apresentem uma pequena diversificação dentro do lote residencial.

É porque assim eu vendo [os animais] e boto meu roçado, porque eu não trabalho pra ninguém, entendeu? Eu vendo [os animais], boto meu roçado, faço uma feira, guardo um restinho pra ir comendo devagarinho, pra não trabalhar pra ninguém, entendeu? Aí quando for no final de safra, ah minha lavoura tá uma beleza. Tá do cara filmar e fazer uma filmadora e mandar até... É aqui no quintal. Aí quando é no final da safra eu compro outros bichos do mesmo tanto de novo, vou criando e quando chega o inverno vendo de novo. E a minha lavoura é bonita aí. (Assentado 05)

A análise do trecho relatado é bastante exemplar de como as famílias podem planejar as estratégias de organização da produção agrícola ao longo do ano. Terminado o período da safra quando tem início a época de estio, os assentados procuram armazenar uma parte dos itens produzidos para o autoconsumo e destinam outra parte para a comercialização. Com os recursos obtidos através da venda de uma parte do que foi produzido, os assentados objetivam adquirir bens para o consumo familiar e para a casa. Outra parte da renda obtida é aplicada na compra de novos animais, cuja finalidade é constituir uma reserva que permitirá aos assentados obter parte do capital necessário ao investimento na produção agrícola do ano seguinte. Chegada à época de plantio, reiniciado, portanto, um novo ciclo agrícola, a venda dos animais tem a finalidade tanto de subsidiar a produção como também de formar uma espécie de poupança na qual as famílias procuram se organizar para irem “comendo devagarinho”.

Embora reconheçam que a vida melhorou e que agora dispõem de terra para morar e trabalhar, os assentados reconhecem também as dificuldades e os problemas que permeiam a vida no assentamento. Essas dificuldades realmente existem, onde podemos mencionar como exemplos a pouca participação dos representantes públicos e as condições naturais do lugar, como o clima seco e os solos pedregosos que dificultam os bons resultados na produção

agrícola. As dificuldades são exploradas principalmente nas falas das famílias que acham que não houve mudança em suas vidas.

Aqui a gente continua do mesmo jeito aqui por causa que é o que eu já disse. A terra é muito pouca né? Não tem como crescer aqui não. A gente é só pra ir levando a vida mesmo do jeito que Deus quer. Pra arrumar as coisas aqui não arruma não porque é pouca terra. Você faz um investimento, às vezes você tem os animais você é obrigado a vender que não tem terra pra dar de comer, a terra é pouca. Os anos ruins de safra né? Se fosse que nem na região do Sul que lá você tem duas safras por ano, é diferente né. Aqui a gente tem uma safra e três não, quatro não. Depois que estou aqui, já está dentro de oito anos, só teve umas três safras que deu alguma coisa. E essas outras, os outros anos a gente às vezes ara a terra e não dá nada. Esse ano mesmo veio chover já agora no final... Deu um feijãozinho pequeno. Não tem como crescer num lugar que não chove direto né? Quem vive da agricultura só dá muitas coisas quando chove muito. Mas aqui nós não temos nem como nós dizer assim... Expectativa pra o futuro aqui... Não tem como ter expectativa pro futuro não. Só vivendo mesmo, só levando a vida mesmo. (Assentado 06)

O relato do assentado aborda questões como a relação entre o tamanho do lote e a produtividade da terra em uma região semiárida, onde os assentados têm que lidar com a instabilidade do ciclo agrícola intensificada tantas vezes pela irregularidade das chuvas. O tamanho do lote agrícola no PA Santa Verônica é relativamente grande quando comparado ao tamanho do lote de outros assentamentos da região, onde as famílias possuem em média um lote agrícola com menos de 10 ha. Para as famílias do PA Santa Verônica o problema com relação ao lote é que não há terra suficiente para plantar e manter os animais, “a terra é pouca”. Mas essa informação deve ser relativizada considerando os anos ruins de safra em virtude das poucas quantidades de chuva, deste modo os assentados afirmam que “Não tem como crescer num lugar que não chove direto”.

Os sentimentos de perda e de pouca lucratividade emergem de maneira bem expressiva na narrativa dos informantes. Diante do que já foi possível analisar, pensamos que o agravante dos problemas relacionados à produtividade da terra, não consiste unicamente no tamanho do lote, como assim pensam determinados assentados. Sem a intenção de querer formular juízos de valor, pensamos na hipótese de que a falta de assistência técnica aliada à ausência de um projeto coletivo que contemple os interesses destes assentados, até mesmo a falta de diálogo entre os próprios assentados e entre estes e instituições mediadoras sejam os grandes entraves no desenvolvimento das forças produtivas.

Um problema que permeia a vida no assentamento é a questão do endividamento das famílias, ocasionado pela aquisição de recursos oriundos de financiamentos que viabilizariam

a organização produtiva do lote. A problemática a respeito da inadimplência emergiu na narrativa dos informantes quando os mesmos abordavam a dificuldade de articulação social do grupo bem como a pouca participação política que a associação exerce na comunidade. Em outros casos, esse problema também emergiu quando se falou a respeito dos sonhos e desejos que permeavam o imaginário dos assentados, como o sonho de se livrar da dívida, pois a mesma representa uma espécie de quebra na conduta moral dos assentados. Observemos o conteúdo do seguinte relato:

Eu desejava aqui assim, que a gente se preocupa muito com dívida do INCRA né, que ele já chamou a gente pra... Pra gente é... Fazer assim é... Negociar a conta lá sabe. Mas a conta é muito alta, ninguém pode não. Um dia que ele pensar quem é a gente ou o governo que entrar não sei, aí pensar quem é um sofredor, um pobre, um dia eles podem perdoar e botar o que que merece aqui? Aqui não merece os cabra criar gado não gente! Aqui é terra de criar cabra! Caprino! Entendeu? Ovelha. Tem gente aqui que cria ali em Pedro Odon, que no inverno é só amarrado mesmo, solta aí na terra dele pastora. Tem gente aí que tem quinze ovelhas. Uma pessoa sozinha com quinze ovelhas, se fosse com três, quatro bois ficava aperreado que não tinha onde botar, que o pasto é pouco. Então, além do pasto ser pouco, o gado certo de criar aqui é criar cabra, caprino e ovelha. Entendeu? Essa dívida que o Banco do Nordeste arrumou pra gente foi do Incra pra... O investimento da terra. Entende? Pra nós não veio nada. Foi só cavar barreiro, fazer as cercas, entendeu? Usar arames, comprar o grampo, né? E brocar o mato pra fazer as cercas. Nós recebemos a dívida de quinze mil reais, entendeu? Aí ficou mil trezentos e pouco lá, esse ninguém recebeu não, o gerente teve aí mandou pra trás disse que ninguém ia tirar esse dinheiro mais não, que já estão devendo muito. Aí eu estava sozinho pra responder pro gerente, eu tinha dizer isso a ele: como é que ele podia mandar mil trezentos e pouco da gente pra lá, que a gente tirou esse dinheiro aí ficou mil trezentos e pouco, aí como é que ele quer receber, vamos supor, os juros do dinheiro, se o resto do dinheiro da gente botaram pra lá? Era pra ter pego os juros do dinheiro com esse que ficava dentro. Ver que a gente não podia pagar esse dinheiro do Banco do Nordeste, o gerente teria descontado a dívida da gente, tá entendendo? Desse empréstimo pra pagar com quatro anos, cinco anos, o gerente tivesse pago, dava o que, dava 800 contos, quer dizer que mil e trezentos dava pra quase duas vezes não era? Pagava quatro anos, deixava o resto com quatro anos estava pronto pra pagar outro de novo, nós estávamos livres. Mas não, pegou o resto do dinheiro, botou de volta pra Brasília e nós “ficamos no prego”. Teve um bocado aí que pagou, outros não pagaram não. Ainda paguei três anos. Está tudo aí os papeis guardados. Ainda paguei três anos aí não paguei mais não sabe, que eu não posso. Aí morreu gado meu, morreu animal meu. Aí ficou uma “micharia” de animal aí, aí fui e dei fim. Só morrendo, teve um ano aí que eu perdi... E está lá as estacas, eu perdi duas vacas rapaz, grandes! Duas vacas boas, uma de mil e oitocentos e outra de oitocentos. Uma caiu no buraco, outra empurrou morreu, eu nem fui espisar, com pena dela, se eu fosse eu ia chorar, era boa de leite, eu segurava aqui cinco famílias. (Assentado 05)

Este relato deve ser analisado em contextualização com os processos mais gerais que envolvem a problemática da agricultura familiar brasileira em particular o próprio processo de constituição dos assentamentos. De beneficiários do PROCERA<sup>15</sup> os assentados passaram a ser atendidos pelo PRONAF, programa governamental institucionalizado em 1996 e que tenta abarcar diversos segmentos em uma única categoria, a de agricultor familiar.

No relato anterior o informante parece perceber a existência de um abismo entre assentados e instituições mediadoras, as quais são vistas no topo de um sistema hierárquico que impõe regras e estabelece cobranças que fazem os assentados reconhecerem sua situação de fragilidade frente a esse sistema. Mas é interessante salientar que os assentados não atribuem a “culpa” pelas dívidas contraídas e, portanto pelos insucessos identificados na experiência do assentamento, a si mesmos. Apesar de se situarem em uma posição de inferioridade, esses trabalhadores salientam os possíveis erros cometidos pelo INCRA no que diz respeito à relação entre assistência técnica e participação dos assentados nas decisões. Ao relatar sobre o problema do crédito rural e das dívidas que ele ocasionou o informante declara prontamente que o PA Santa Verônica é lugar para se criar caprinos e não bovinos. Esta associação de ideias nos leva a supor que o projeto para aquisição de bens pode não ter sido formulado com um efetivo envolvimento social entre assentados e instituições.

As informações apresentadas no relato nos permitem compreender também que o crédito de implantação requisitado para a criação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das forças produtivas não foi totalmente adquirido. O assentado parece expressar também certa inquietação ao pensar sobre o pagamento de bens que perderam o valor, e esse sentimento parece bem objetivo quando se fala, por exemplo, a respeito de animais que morreram, ou de instrumentos de trabalho que não mais possuem o valor da dívida que constituíram. Sobre esta problemática, outro informante afirma o seguinte:

Nós recebemos quinze mil, mas dinheiro na realidade ninguém pega. É capinadeira, carroça, tem tudo aí. Tem tudo que eu peguei. [...] Se juntar tudo hoje não vale mil. É material, não é dinheiro não. Aí... Tá certo porque esses quinze mil não sei nem como vai ficar, uma época dessa eu vi na

---

<sup>15</sup> Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária, institucionalizado a partir de 1986 em resposta as pressões exercidas por movimentos sociais, sobretudo trabalhadores de assentamentos em constituição, que exigiam recursos necessários à produção nos lotes. A atuação do PROCERA iniciava-se com a concessão de crédito de implantação para as famílias assentadas, disponibilizando recursos que apoiavam sua instalação no lote. Após a instalação, as famílias passavam a ter direito ao programa se beneficiando por linhas de crédito individuais – linhas de custeio e investimento – ou por linhas de crédito coletivas através de associações e cooperativas. O programa foi extinto em 1999, quando foi incorporado ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Ver Pereira, 2005.

televisão mesmo falando em perdão né? Ele ia perdoar 85%, a gente no caso ia pagar, quinze mil, parece que era dois e quinhentos. Mas não veio aqui pra nós ainda, aí nós aguardando, se vier... Mas pagar completo mesmo, só tem bem três pessoas que tentam pagar, estão tentando. Mas os outros não. Porque veio, nós recebemos quinze, aí veio... Pra nós pagar oito parcelas de, dava mil e cem, mil e cento e pouco, por ano. Mas na realidade ainda é difícil da pessoa arrumar mil reais, né? Todo ano? Aí nós fazemos só prorrogar a conta. Negociar ela pra frente. Vai lá, dá trezentos reais ao banco e ele prorroga pra 2016, 2018 e vai levando assim, mas pagar mesmo eu nunca paguei não, nenhuma vez ainda. Nenhuma parcela. [...] na parte de projeto, nós não fazemos mais não. Por causa que... Não tem esse lá do Banco do Nordeste aí não vem mais, não é? Só se nós limpar o nome lá. Na realidade tá sujo, porque como é que o banco vai soltar mais projeto pra gente, se nós já estamos endividados lá, né? (Assentado 19)

Acreditar na possibilidade de que um dia a dívida poderá ser perdoada parece ser mais viável do que o planejamento para ressarcir-la. No entanto, como podemos perceber há os processos de negociação que prorrogam os prazos das dívidas dos assentados.

Ao reunir vários segmentos de agricultores em uma mesma categoria – agricultor familiar – o PRONAF projeta um tipo de agricultor moderno, incorporado ao mercado e que consiga agregar atividades produtivas diversificadas. Ao analisar o processo de enquadramento institucional pretendido pelo PRONAF, Neves afirma que “muitos são os chamados mas nem todos os escolhidos” (2007, p. 233). Isso acontece porque, segundo a autora, os assentados beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, os quais se enquadram no crédito Pronaf tipo A, por isso são considerados “chamados”, permanecem longo tempo para alcançar o estágio de tipo ideal de agricultor familiar, constituindo-se assim como o grupo que mais obstáculos enfrentam para atender às exigências de enquadramento institucional. O crédito é fundamental para o acesso à posição de assentado, mas este trabalhador só será “escolhido” quando apresentar os requisitos necessários para ser considerado agricultor familiar capacitado para ter acesso ao crédito.

Nesse contexto, impossibilitados de ressarcir suas dívidas e de, portanto, ultrapassar o que Neves denomina “o longo período de dúvidas e desencantos” concernentes ao modelo assentado, muitos agricultores do PA Santa Verônica encontram-se também impossibilitados de fazer novos projetos para aquisição de crédito. Esta problemática se relaciona diretamente ao sentimento de pouca produtividade e de pouca lucratividade manifestado por determinados assentados.

Conviver com a irregularidade das chuvas, com a instabilidade do ciclo agrícola, com as dívidas adquiridas pelos financiamentos e com a impossibilidade de formular projetos para o desenvolvimento das atividades agrícolas, são impasses que caracterizam a vida destes

assentados. Apesar disso, mesmo reconhecendo claramente que não possuem a expectativa de crescimento econômico, estes assentados valorizam o assentamento porque este representa o lugar onde trabalham e podem viver suas vidas, categoria que orientará a discussão a seguir.

#### **4.1.2 O assentamento como lugar de moradia**

Iniciamos esta parte do trabalho destacando uma frase extraída da narrativa de um assentado do PA Santa Verônica que ao falar sobre sua trajetória enaltece a satisfação que configura sua vida no assentamento: “Pra quem estava fora e veio morar aqui hoje diz: – Mas rapaz, canto de morar é no assentamento mesmo!”. A partir desta objetiva afirmação, procuramos entender o porquê de o assentamento ser valorizado pelas famílias assentadas como um lugar de moradia. Para compreender porque valorizam estar no assentamento é importante investir no exercício de análise sobre o novo modo de vida construído no assentamento e por isso mesmo retomar aspectos referentes a própria constituição do assentamento, os quais já foram discutidos no capítulo anterior.

O sentimento de identidade e pertencimento em relação ao assentamento nem sempre existiu, é possível inclusive verificar que nos dias de hoje nem todos os assentados compartilham esse sentimento, embora estes representem um pequeno número de pessoas. A construção da identidade com esse novo local foi um processo lento, considerando que no contexto de sua constituição, o assentamento ainda não era reconhecido como um espaço de valor simbólico para parte das famílias, especialmente para uma parte daquelas que não haviam se envolvido com o processo de luta pela terra, e que, portanto, inicialmente hesitaram em viver no assentamento.

No início a terra desapropriada representava o lugar onde tudo estava por fazer. Desta forma, por se colocarem diante de situações adversas no processo de constituição do assentamento, os assentados foram “obrigados” a investir na sua capacidade de resistência, caso quisessem realizar o projeto de construir uma vida neste espaço. Ao resgatarem a história do assentamento os informantes relembram os elementos que caracterizavam a dinâmica inicial do lugar: era um lugar “esquisito” onde não havia energia elétrica nem mesmo transporte para os filhos se deslocarem até a escola, o que os obrigava a se locomoverem de bicicleta até a escola de Logradouro, a mais próxima do assentamento.

Adaptar-se ao novo lugar de moradia exigia também adaptar-se ao “clima das pessoas” até então desconhecidas entre si, o que implicava em conviver com a diferença manifestada no comportamento, no modelo de composição familiar e na própria diversidade de opiniões a

respeito da gestão e acesso aos bens do assentamento. A respeito desta transição para a condição de assentado, um informante afirma o seguinte:

Não é fácil não porque você sai do conhecimento pra onde você não conhece ninguém. Aí você... Dois anos foram anos difíceis porque eu não conhecia ninguém. Você fica numa situação difícil, onde você não conhece ninguém fica difícil se adaptar ao clima das pessoas né. Mas hoje a... Hoje pra voltar pra onde eu vim, eu não queria mais, daqui só pra o cemitério. (Assentado 02)

Como já mencionamos, as famílias do PA Santa Verônica vivem em uma agrovila constituída por 50 residências, onde há também a escola de ensino fundamental e a sede da associação. Os assentados não relataram objetivamente a respeito dos processos ou possíveis debates que levaram à construção da agrovila em contraposição a construção das casas na parcela de cada família. No entanto, o contexto que reveste a narrativa dos assentados nos permite supor que o modelo da agrovila foi priorizado pelos seguintes fatores: considerando que as parcelas das famílias não estavam demarcadas, a agrovila seria mais viável por representar uma medida emergencial para logo “aliviar” a situação vivida pelas famílias que ficaram instaladas na sede da fazenda. A construção da agrovila representaria ainda maior facilidade de acesso à rede elétrica e acesso direto a rodovia estadual que liga o assentamento ao Distrito de Logradouro e à cidade de Damião.

Em certas circunstâncias os assentados manifestam sua opinião e até mesmo sua insatisfação com relação ao modelo de agrovila, afirmando que seria melhor se cada família morasse em seu lote. Ao falar sobre aspectos da convivência no assentamento, os informantes falam claramente a respeito dos impasses que permeiam o cotidiano na agrovila. Observemos o relato a seguir:

Gostar eu gosto [do assentamento], mas tem um bocado de gente intrigado aí... O cabra faz zoada e tudo e se não faz passa por ruim [...] Fulano bagunça, fulano se acorda de madrugada e começa beber cana de cinco horas aqui e termina de amanhecer o dia [...] quando a mulher estava de menino os caras passavam dando tiro. É assim. O cabra que não faz passa por ruim. Quem faz as pessoas não olham. (Assentado 09)

O cotidiano na agrovila fez surgir situações que colocaram os assentados em um processo de disputa pela defesa de interesses pessoais e em favor da família. O relato revela que o desejo de usufruir de momentos de tranquilidade e silêncio contrasta com o barulho feito pelos “arruaceiros”, que segundo os assentados ligam o som do carro em alto volume, e

assim o mantem o dia inteiro. Os tiros a que o informante faz referência correspondem ao barulho feito pelos canos de escapamento das motocicletas, uma prática realizada por pessoas mais jovens, não raro filhos de assentados.

No momento de realização da pesquisa, foi possível observar, inclusive, que principalmente nos dias de domingo, era frequente o fluxo de carros e motos no assentamento (ver figura 08). Essa maior movimentação nos finais de semana se explica, sobretudo, pelas visitas que os parentes e familiares fazem aos assentados. Se reunir na frente de casa em um domingo à tarde é também uma prática realizada por determinados jovens do assentamento como uma forma de lazer. Como foi possível observar no local, em certos casos os jovens conversam normalmente com amigos e vizinhos sem representar nenhum tipo de incômodo para as famílias vizinhas. Em outros casos, no entanto, a reunião se concretiza com a existência de som em alto volume e pelo consumo de bebidas, o que supostamente cria um ambiente desagradável para os vizinhos.

**Figura 08:** Agrovila do PA Santa Verônica



Fonte: Acervo da autora, 2012.

Apesar desse contexto, veremos adiante que utilizando outros critérios para avaliação, os assentados afirmam que o assentamento pode ser também considerado como um lugar tranquilo. Esse conflito de opiniões reflete a experiência própria de cada grupo familiar no assentamento. Desta forma a noção da tranquilidade vivida pode depender da localização geográfica da residência ao longo da agrovila, que pode representar proximidade ou distância de vizinhos considerados barulhentos. Essa noção pode depender ainda da própria postura

social adotada pelos assentados, como não ter “amizade fina” e nem ser inimigo de ninguém, como bem afirma uma informante:

E sobre os vizinhos, cada qual nas suas casas, eles na deles e eu na minha, não tenho o que dizer deles não. Cada qual nas suas casas. Não tenho amizade com nenhum vizinho. E gosto de todo mundo. Eu sou assim, porque acho que amizade demais fina só dá intriga, só intriga e conversinha. Aí é na casa deles e eu na minha, ‘bom dia! Boa tarde!’ e pronto. A amizade que eu quero é essa. (Assentada 15)

A análise deste trecho sugere a compreensão da sociabilidade das famílias no assentamento. Relações de amizade e cooperação se manifestam com maior intensidade entre as famílias que possuem graus de parentesco entre si, como por exemplo, entre pais que possuem filhos assentados, e entre aqueles que possuem relação de compadrio. Aqueles que dentro do assentamento não possuem outros parentes para além da família nuclear (pais, mães e filhos) são em certa medida mais isolados.

A respeito da sociabilidade entre as famílias assentadas um informante revela o seguinte:

Os caras hoje vendem leite, eu não vendia não, eu dei leite. Eu tirava aqui leite olha, eu mandava meu menino levar nas casas dos... De quem precisava. Mais fracos do que eu ainda, que não tinham nada de leite. Mandava levar pra cinco famílias aqui, quando foi depois a vaca morreu. Os caras dizia: “mas seu Milton é besta, fosse eu vendia leite”, eu dou! Quando Deus dá é pra todos. Nunca vendi um litro de leite aqui a ninguém, nunca vendi. E hoje se eu quiser um litro é comprado. A quem eu dei mesmo, se hoje eu quiser é comprado, entendeu? Pra você ver como são as coisas? (Assentado 05)

A solidariedade manifestada no fato de ajudar os vizinhos necessitados se legitimava em princípios que envolviam o universo simbólico e cultural do assentado: Ajudar os outros era um dever porque “quando Deus dá é pra todos”. Os princípios religiosos orientam várias práticas e discursos dos assentados mesmo em face da pouca expressividade que as igrejas exercem no local, considerando, por exemplo, que não existe no assentamento nenhum núcleo da Igreja católica. No entanto, foi aberto um pequeno núcleo da igreja evangélica Assembleia de Deus, que funciona em uma espécie de garagem ao lado da residência de uma família assentada. A instalação deste núcleo provocou a atração de algumas famílias que hoje se denominam evangélicas, as quais se socializam mais intensamente por meio de cultos e celebrações realizadas no local.

A família é referência para muitas decisões, onde podemos mencionar, por exemplo, que a decisão de seguir uma religião diferente constitui um projeto que deve ser pensado e adotado por toda a família. Todas as famílias evangélicas do assentamento possuem graus de parentesco entre si, onde geralmente são famílias nucleares e suas parentelas (filhos assentados, genros, noras e netos).

Desta forma, a unidade familiar é um aspecto intensamente valorizado pelos assentados, que não raro apontam os próprios familiares como os melhores amigos, pessoas em quem podem confiar. Para os informantes a constituição de suas famílias representou a oportunidade de pensar e planejar o futuro e até mesmo a possibilidade de melhorar suas próprias condições de vida, pois a família exige investimentos na construção do patrimônio necessário a sua reprodução. Esses investimentos são materializados na moradia, o lugar onde as famílias podem reproduzir e materializar seus interesses. A casa é o lugar onde cada família convive, dialoga e mantém a privacidade que configura o modo de viver que lhe é peculiar. Estas relações que se estabelecem entre os membros da família é ainda um fator que favorece a construção do sentimento de pertencimento a um lugar.

A casa é um patrimônio no qual os assentados observam os frutos do seu trabalho, ela é a materialização das lutas de toda uma vida. D'Aquino (ano e pagina), ao estudar sobre os processos que implicam na construção de um novo modo de vida de famílias assentadas no assentamento das Fazendas Reunidas, no município de Promissão no estado de São Paulo, afirma que a casa (2011, p.17) “não é apenas um espaço de organização social. É também espaço de projeção do corpo, um espaço pessoal, um espaço em construção, em que as lembranças de outras moradas estão presentes, articulando as práticas individuais e grupais”.

A questão minha é, a gente tendo a primeira coisa é a casa da gente né, que é um patrimônio, é o melhor que tem e ter onde trabalhar, pra não está trabalhando pra aqui e pra acolá, mudando de cercado, lá se eu mudar eu estou me servindo do que é meu. Eu digo assim, eu acho que é meu, mas só pode ser da gente quando a gente receber o título da terra, até agora ninguém recebeu né. (Assentado 11)

Ao mesmo tempo em que ressalta a importância da casa como um patrimônio conquistado a partir do acesso à terra e aos benefícios proporcionados pela experiência assentamento, o informante dá visibilidade a um aspecto que em certa medida ameaça a sensação de segurança e tranquilidade elencada pelos próprios assentados. Os assentados se sentem felizes porque se percebem como proprietários de um lugar que os permite trabalhar e morar, porém essa noção de propriedade é por vezes reavaliada e até colocada em dúvida por

estes agricultores ao considerarem que não possuem ainda o título de domínio da propriedade, que sob o ponto de vista da regulação estatal é o que efetivamente transfere a terra para o beneficiário em caráter definitivo.

Apesar desses embates, os informantes privilegiam a oportunidade de morar no assentamento, fato que permite o estabelecimento de uma oposição entre a vida na rua e a vida no assentamento, o “lá” e o “aqui”, expressões muito significativas na narrativa dos assentados. A rua é vista como o lugar que não oferecia emprego e oportunidade para o agricultor, fazendo com que as condições de sobrevivência se tornassem cada vez mais difíceis. Tanto para os assentados que antes moravam na cidade como para os assentados que sempre viveram na zona rural, a visão negativa que se atribui a cidade é referenciada na vida de privações que ela pode oferecer.

Utilizando o critério de comparação com a vida na cidade, os assentados afirmam que o assentamento é um bom lugar para se morar porque é capaz de oferecer uma tranquilidade não encontrada na cidade: “Aqui é um lugar bom de viver, é sossegado, nem tem muita baderna não, é sossegado. Melhor aqui que está na cidade, tem muita “zuada” né? E aqui é mais sossegado pra viver”. No entanto, como mencionamos anteriormente essa noção de tranquilidade varia de acordo com a experiência de cada família.

Em comparação com a rua, o assentamento é visto também como um lugar mais seguro para se viver e criar os filhos com mais liberdade. A narrativa a seguir representa essa justificativa:

E hoje o cabra criando um bocado de menino vive tudo preso, dentro da rua, as casas é tudo fechada né? E vó não aguenta muita zoada, quem aguenta zoada é o pai e a mãe. No sitio é melhor de criar mais do que... Por aqui mesmo eu deixo eles andar. Aqui no fundo do quintal tem uma rodagem pra casa de pai, eles só andam mais por aqui. Vida do pobre é assim mesmo.  
(Assentado 09)

Para os informantes, o assentamento pode ser um lugar melhor para se criar os filhos em virtude da liberdade que pode representar. Por trás da afirmação do informante, pode também estar associada a ideia de que no assentamento é possível ter o controle sobre as atividades dos filhos. Se deslocar até a casa dos parentes, frequentar a escola do próprio assentamento onde podem se socializar com outras crianças que também são filhos de assentados e acompanhar os pais até o roçado se constituem como as atividades cotidianas que na visão dos adultos podem representar o lazer de seus filhos.

Embora exista essa forte oposição entre a vida no assentamento e a vida na cidade, é marcante a interação entre esses dois espaços, pois a própria localização geográfica do assentamento permite uma forte relação com os espaços urbanos mais próximos – o Distrito de Logradouro e a cidade de Damião. Desta maneira, diariamente, crianças e jovens se deslocam para estudar nas escolas da zona urbana, os chefes de família se deslocam para fazer as compras ou para procurar certos serviços que não são oferecidos no assentamento tais como atendimento hospitalar e pagamento de contas. Há ainda os assentados que se deslocam diariamente para trabalhar na cidade. Nesse contexto, como afirma Wanderley (2009, p.285) “a sociedade rural não se esgota no pequeno espaço propriamente rural, mas se espalha pelas pequenas cidades que não só lhe servem de apoio político-institucional, como também, constituem um quadro complementar de vida”.

#### **4.2 O acesso à educação**

A valorização da educação dos filhos é mais um elemento importante para a qualidade de vida das famílias do PA Santa Verônica. Antes do assentamento os agricultores já faziam o possível para que seus filhos frequentassem a escola, no entanto, a vida “sem recursos” que esses agricultores possuíam era um fator agravante no planejamento do futuro dos jovens. A incerteza quanto ao futuro dos filhos resultava em algumas hipóteses: os meninos quando completassem a maioridade viajariam para outras cidades com o objetivo de trabalhar, ajudar os pais e construir a própria vida longe da unidade familiar. As meninas, por sua vez, quando não se casassem cedo, se ocupariam em atividades ligadas ao trabalho doméstico.

Por outro lado, como foi visto anteriormente a vida no assentamento proporcionou a essas famílias de agricultores certos recursos que permitem planejar um futuro diferente. Pensar em um futuro melhor para os filhos com base no acesso a escolarização torna-se tão mais importante quanto pensar e planejar a própria vida. Para os assentados, estimular o estudo dos filhos é sinônimo de investir na construção de um futuro que poderá trazer um bom emprego e uma realidade diferente daquela vivenciada por eles, como podemos ver a seguir:

Se a gente não estudar não arruma nada porque tantos aí que não estudam, acham que vão arrumar alguma coisa, não arruma nunca nada, fica sofrendo aí pra o resto da vida e eu não quero o futuro dos meus filhos pra isso, eu quero o futuro dos meus filhos pra uma coisa boa um dia, pra eles dizerem assim “A minha mãe criou eu, a gente é pobre, mas minha mãe criou eu, deu ao menos estudo a mim, e hoje eu sou uma pessoa por causa dela”. [...] Digo

“Estudem, que através de estudo um dia Deus dá um emprego né, vem uma coisa aí boa no futuro”. (Assentada 13)

A expressão verbalizada pela assentada “Minha mãe [...] deu ao menos estudo a mim”, pode revelar dois aspectos interessantes: o primeiro é que embora nem sempre os pais possam dar aos filhos os recursos materiais que eles desejam, se puderem dar ao menos o direito de estudar, priorizarão este tipo de investimento. O segundo aspecto é que muitos desses assentados foram privados desse direito de estudar, pois seus pais diziam que a escola não “dava de comer” a ninguém: “Meu pai também foi um bom pai, mas nesse tempo assim de estudos meu pai dizia que o estudo não trazia nada pra gente não. Quem trazia era o cabo da enxada” (Assentada 12). Desta forma a educação é um aspecto fortemente valorizado pelas famílias, considerando que os adultos, pais e mães, não tiveram acesso a esse recurso, ou quando tiveram foi de maneira precária e insuficiente.

Só o que eu desejo na minha vida é ver esses meninos crescendo e ter saúde, só isso. Não quero mais riqueza... A melhor que tem no mundo é a saúde da pessoa. Eu quero ver... Eu já tô ficando velha já, eu, num quero mais nada não, já aprendi das coisas da vida já né? Já aprendi muitas coisas da vida já, agora espero que eles aprendam pra ser alguém na vida, eles quatro né? Eu incentivo muito eles que estudem pra ser alguém na vida, porque hoje só tem alguma coisa na vida se tiver estudo, se não tiver pronto, vai sofrer no cabo da enxada. (Assentada 15)

Percebe-se claramente a associação que os assentados fazem entre não ter estudo e “terminar na agricultura”, isso não significa dizer que rejeitem a profissão de agricultor para seus filhos, mas para estes informantes se os jovens não estudarem e conseqüentemente se integrarem em profissões consideradas de sucesso, irão reproduzir o mesmo ciclo de privações que a vida de agricultor pode oferecer.

Os assentados afirmam que ao contrário do que vivenciaram em suas épocas de infância, atualmente existem escolas disponíveis, existem professores em maior número, existem transportes para levar os estudantes, e diante dessa situação só “não estuda quem não quer”.

Que hoje em dia tem muito estudo pra todo mundo né, antigamente não tinha estudo né. Aí todo mundo sabe disso né. Eu mesmo estudei no tempo da cartilha né, não tinha a cartilha? Do abc? Só estudei meia cartilha só porque não tinha nem professor, não tinha né, ficava tudo difícil pra gente. Hoje em dia o cara saiu de casa e já tem colégio em todo canto né. Hoje é bom pra todo mundo né. [...] mas naquele tempo não tinha colégio pra estudar que

ficava mais de duas léguas de pé né, não tinha condições não. Hoje em dia não estuda quem não quer né, tem ônibus na porta né. (Assentado 04)

Hoje, a vista desse tempo era mais sofrido, hoje todo mundo vive, pra vista, vive mais... Vive numa boa pra vista de tempo atrás. Tempo atrás era sofrimento. Escola, a gente não tinha nem direito de estudar, porque a gente chegava de noite, não estudava. Era só trabalho mesmo. Hoje o cabra não aprende a ler se não quiser né? Mas hoje tem tudo nas mãos pro cabra aprender. (Assentado 08)

Para os assentados, atualmente se “vive numa boa pra vista de tempo atrás” porque no passado eles não tinham “nem o direito de estudar”. De fato, a vida melhorou e agora seus filhos dispõem de recursos que facilitam o acesso à educação escolar ampliando as possibilidades de construção de um futuro diferente. Porém essa realidade ainda não permite afirmar que os serviços oferecidos a essas famílias sejam de boa qualidade.

Como vimos no capítulo anterior, o assentamento possui uma escola que oferece as séries iniciais do ensino fundamental em regime multisseriado. No entanto, para os assentados a qualidade do ensino que é oferecido deixa muito a desejar: “A educação aqui você sabe que é péssima, você já foi educadora daqui, você já sabe como é a educação daqui né? Educação péssima. É zero a educação daqui!” (Assentada 15). De fato, a educação oferecida no assentamento, pelas características que possui, tende a se apresentar claramente insuficiente, considerando que é extremamente complicado para o único professor existente em sala de aula trabalhar com crianças que possuem idades e níveis de aprendizagem diferentes. Vale salientar que esta é uma realidade que abarca a maioria das escolas da zona rural do país.

Além da educação escolar, o futuro dos filhos dos assentados é planejado também com base em princípios e valores éticos e morais:

Se a gente não educar os filhos da gente pra coisas boas, as consequências vêm depois pra pessoa né. Quando a gente se arrepender é tarde né. Hoje em dia a gente só vê aí o mundo das drogas né, de coisa feia aí, uns rapazes todos novinhos e um bocado aí tudo perdido né. Não quer estudar, não quer trabalhar, vai pegando o que é alheio, dos outros, depois vai preso, vai sofrer e a mãe não vai poder fazer nada né. E eu fico só dizendo pra eles. (Assentada 13)

Essa narrativa revela um princípio fundamental na compreensão do que é qualidade de vida para os assentados do PA Santa Verônica. Ao analisar o pensamento aristotélico Gomes (2005) afirma que tanto os indivíduos que possuem o saber científico como aqueles que possuem sabedoria prática, são detentores da capacidade de decidir o que é bom para si,

pensando, sobretudo em valores que são subjetivamente bons para sua vida. Desta forma não é apenas a sobrevivência material que permeia o pensamento e a preocupação dos assentados, mas é principalmente a garantia de valores morais que eles possam transmitir para os filhos. A qualidade de vida, deste modo, se articula com o desejo de ver os filhos sendo educados “pra coisas boas” e longe da prática de pegar “o que é alheio, dos outros”.

As entrevistas revelaram que o acesso à educação escolar não é desejado e priorizado apenas para as crianças e os jovens, pois encontramos também determinados assentados, sobretudo mães de família, que atualmente conquistaram a oportunidade de estudar e a este fato atribuem enorme relevância, como percebemos a seguir:

[...] a experiência que marcou [a vida] foi uma “pisa” que meu pai me deu muito grande, que eu fui estudar e ele não deixou estudar. Eu saí escondida e fui pra escola. Ele bateu muito em mim, parei de estudar! Depois da “pisa” eu não estudei mais não. [...] Eu tinha onze anos. Aí depois de... Agora, agora eu com sessenta e sete anos é que eu estou estudando... (Assentada 03)

Nós nunca tivemos chance de estudar, nem fora meu pai não deixava a gente estudar. Passasse da quarta série não ia estudar fora. Pronto, ali não saía pra cidade. Estudar não deixava não porque era naquele tempo que os pais não deixavam. Os filhos obedeciam muito aos pais, só faziam o que os pais queriam, era desse jeito, até hoje eu obedeço ele, até hoje eu nunca “respondi” meu pai. Aí foi muito privada né, um tempo muito privada. Hoje em dia que a gente cria os filhos da gente é muito diferente. Aí depois que eu casei eu me senti mais liberta, em consideração que a gente sabe do que é certo, sabe do que é errado né. E conquistei, depois de casada mesmo já conquistei... Estou estudando, fazendo a sétima série, eu só tinha até a quarta série. Com quinze anos eu fiz a quarta série e parei, não estudei mais. (Assentada 12)

A continuidade dos estudos era um desafio para aqueles que haviam iniciado a vida escolar, pois concluída a quarta série o acesso aos níveis seguintes tornava-se inviável, tanto pelas características do próprio sistema de organização e oferta de ensino, como também pela própria maneira dos pais criarem seus filhos, especialmente as mulheres, que geralmente não possuíam tanta liberdade.

Os dois relatos apresentam mudanças nas condições vividas pelos assentados, que falam sobre um passado marcado por várias formas de repressão, tanto as legitimadas no discurso da autoridade dos pais, como as repressões mais severas como as agressões físicas. Encontramos na primeira entrevista o caso da assentada que teve seu desejo de estudar reprimido pelas agressões do pai. Para esta assentada, estudar nos dias de hoje, aos sessenta e sete anos de idade, representa a concretização de um sonho não realizado na infância. É um projeto de realização pessoal, que envolve a oportunidade de aprender a ler e escrever o

próprio nome para que desta forma não seja mais classificada como analfabeta. O que possibilita o reingresso desta assentada na sala de aula é a existência do programa Brasil Alfabetizado.

Outros assentados, inclusive mulheres, estudam na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). São homens e mulheres que cotidianamente conciliam as atividades agrícolas e domésticas realizadas durante o dia com o deslocamento até a escola (em Damião ou Logradouro), realizado no período da noite.

### **4.3 O acesso à alimentação, renda e recursos materiais**

Ao conhecer e analisar a trajetória de vida das famílias assentadas, percebemos uma forte valorização da capacidade de ter acesso a bens como alimentos, renda e recursos materiais. Os alimentos são bens intrinsecamente bons porque por si mesmos já representam uma finalidade elementar que é garantir a sobrevivência das pessoas. Mas a capacidade de poder ampliar e diversificar os alimentos aos quais se tem acesso já se torna um referencial que qualifica as experiências vivenciadas pelas famílias do PA Santa Verônica.

Os chefes das famílias são principalmente provenientes de famílias numerosas, não raro constituídas por dezenas de filhos, e que geralmente não tinham onde morar ou onde trabalhar, sujeitando-se à dependência de propriedades de outras pessoas através do sistema de arrendamento. Desta forma, seus pais não conseguiam produzir o suficiente para manter a numerosa família, pois o pouco rendimento que obtinham através das atividades agrícolas tinha que ser dividido com o patrão. Nessa situação essas famílias viviam um contexto marcado por incertezas e dificuldades que ocasionavam a privação de bens essenciais como os próprios alimentos.

[...] a nossa situação era ruim, até a gente passava uma crise danada, a gente só comia feijão macassa puro, farinha e hoje já tem uma mistura, mas naquela época tinha nem mistura pra gente comer, era difícil só fim de semana a gente tinha uma misturazinha. Comprava, pra gente comer no fim de semana, e no meio da semana era só feijão com rapadura e pronto e levamos a vida assim. (Assentado 01)

A vida da gente era muito sofrida assim como ele já falou né? Trabalhava alugado, os pais da gente. Às vezes assim não tinha o que comer né? Não tinha o que comer, passamos muita necessidade quando a gente era criança. Naquele tempo é muito diferente de hoje em dia. Naquele tempo não tinha bolsa família, não tinha essas coisas que tem hoje e hoje tem. Hoje tudo graças a Deus melhorou. Tem muitas lembranças né? Disso aí. Trabalhava, quando chegava... Pronto o pai dele, [o pai do marido] ele está alcance de

contar que o pai dele trabalhava muito, aí quando chegava de tarde assim, ele trabalhava por um quilo de feijão pra trazer pra casa pra comer. Um quilo de farinha... Muitos filhos pra sustentar sem ter condição. E aí é vida sofrida né? [...] Isso é uma coisa que marca né? Principalmente quando é criança. (Assentado 16)

Essa época difícil encontra uma referência histórica nas décadas de 1950 e 1960, período no qual grande parte dos assentados vivia sua época de infância. As dificuldades dessas famílias de agricultores se articulam com as transformações mais gerais que estavam se processando com a economia e particularmente com a agricultura brasileira. Como foi visto no segundo capítulo, este foi o período em que a agricultura brasileira conseguiu crescer consideravelmente em virtude da expansão de crédito agrícola e de insumos modernos, que atingiram principalmente as grandes propriedades. Essa modernização, no entanto, não provocou a melhoria da qualidade de vida da população rural, pois não alterou as condições de acesso a alimentos em quantidade e em qualidade. Diante deste cenário aumentou também a necessidade de migrar para outras regiões ou para outras atividades sujeitando-se ao trabalho temporário:

Pai quando, pra criar nós trabalhou muito nas usinas, ele criou nós trabalhando nas usinas. É... Trabalhava em usinas, em roçados, puxando agave, trabalhava puxando agave, e ele e mãe. Nesse tempo era... Ave Maria nesse tempo sofria demais, que era negócio de arrumar trabalho, trabalhava no sul, foi pra São Paulo, trabalhar no Rio, nunca se deu, pai. Foi trabalhar no sul voltou... Só vive doente ele. [...] Aí sobre de pai ele sofreu muito né, pra criar nós. Agora ele criou nós, porque ele com um litro de leite tinha pra... Era um litro de leite, mãe botava oito litros de água pra criar nós. (Assentado 09)

As condições de vida só Deus é que sabe assim... Assim era muito diferente, era muito diferente assim... Hoje em dia pra vida daquele tempo, hoje em dia a gente somos... Tem as coisas pra vista que antigamente de manhã o café, tivesse café a gente tomava, se não tivesse não tomava e passava. Chegava a hora do almoço, sempre teve graças a Deus, o almoço teve, mas era muito diferente pra hoje, tempo que nós vivemos hoje em dia é muito diferente. (Assentado 12)

Os assentados afirmam que embora ainda existam certas dificuldades para garantir o sustento da família, o controle sobre o planejamento familiar, que resulta, por exemplo, na decisão de quantos filhos ter, levando em consideração os recursos que a família pode dispor para criá-los, e o dinheiro que se obtém através de programas assistenciais são instrumentos importantes para afirmar que a vida melhorou: “Dificuldades a gente passa, todo mundo passa, mas não é como no começo quando doze bocas pra comer não é como agora né? Agora

o governo ajuda de um canto, o cabra arruma um dinheirinho do outro e dá pra ir vivendo” (Assentado 10).

Ao afirmar que “Trabalhando e arrumando pra comer está bom demais” os assentados podem estar revelando certa falta de perspectiva com relação ao que poderiam melhorar em suas vidas. Esta expressão pode revelar por outro lado, a satisfação com aquilo que hoje podem usufruir do assentamento.

Como vimos no terceiro capítulo, a renda que compõe o orçamento das famílias do PA Santa Verônica é extraída, sobretudo, das atividades agrícolas e dos programas assistenciais do governo. É relativamente pequeno o número de famílias que possuem rendas provenientes de aposentadoria e de funcionalismo público. Considerando as atividades agrícolas, já discutimos também nesse trabalho os aspectos que tornam incertos os ganhos com estas atividades: irregularidade do período chuvoso, barreiras no acesso a financiamentos e precária assistência técnica. Desta forma, as famílias que de certa maneira se diferenciam no que se refere a níveis de renda e condições de vida são aquelas que complementam sua renda com salários e ganhos de outras atividades.

Esta diferenciação no nível ou nas condições de vida é claramente demonstrada tanto no discurso das famílias como também em recursos materiais que elas dispõem. Entre estas famílias destacamos uma que conseguiu efetivar o projeto de montar um pequeno comércio, onde são vendidas bebidas e alguns gêneros alimentícios.

Daqui pra frente é, do jeito que a minha vida está hoje [risos] se eu continuasse daqui a vinte anos ou trinta vivo e fosse assim, já estava, pra mim estava bom demais. Recurso também, ninguém vai imaginar nisso. Só quem tem um bom estudo e vive em capital e ganha bem né? Mas a pessoa que nem nós agricultores, no básico do jeito que estou levando está bom demais homem! Mais! É, e os poderosos, que nem diz um homem que tem ali, os poderosos aqui da terra ajudando a pessoa. Se não fosse as ajudas do... E tem gente que diz ‘Ah! Política não vale de nada!’, mas se não fosse eles? Como era que o pobre que nem eu e outros e outros que tem por aí... É! Ajuda deles e de Deus e da agricultura. É. Nós aqui de assentamento que... somente. E através de emprego bom e de estudo nós não temos. [...] É isso mesmo. Só ajuda que um governo dá, do fome zero, a mulher vai no final do mês tira duzentos e poucos reais. Não é? A pessoa foi não foi vende um garrote, um bezerro, um negócio. E eu, isso aqui [o comércio] é pra ir tapeando a coisa e vai vivendo assim. Pra que eu quero mais melhor do que isso? Uma motinha velha aí pra andar, um carrinho ali, [risos], melhor do que isso estraga. É. E o cabra vai dizer, vai mentir? Vai dizer “não, eu vivo mal”? (Assentado 19).

Os assentados enaltecem a vida que o assentamento lhes proporciona tomando como referência a legitimação da situação que os caracteriza atualmente: são agricultores que

mesmo reconhecendo suas limitações no que diz respeito à capacidade de geração e ampliação de renda e recursos materiais, possuem terra para morar e trabalhar como meio de prover o sustento da família e obter outros bens materiais. Essa “vida básica” é intensamente valorizada porque em certa medida é capaz de superar problemas que historicamente concernem ao agricultor brasileiro, tais como exclusão, subserviência e precário acesso a serviços sociais.

Sabemos que a renda por si só não pode ser considerada um indicador de desenvolvimento e nem tampouco pode falar muito a respeito da qualidade de vida das pessoas, mas é preciso ter clareza de que a “renda é um meio importantíssimo de obter capacidades” (SEN, 2010, p.124). A renda que as famílias consideradas “pluriativas” dispõem é o instrumento responsável pela diversificação de atividades que elas desempenham.

Para os assentados que já trabalharam praticamente uma vida inteira na agricultura, a renda oriunda da aposentadoria é um meio fundamental para possibilitar uma relativa segurança a essas pessoas: “Hoje pra mim tá bom. Já sou... Não sou aposentado, sou encostado né. Já dá pra viver sem ser humilhado a ninguém né” (Assentado 04). “Minha vida hoje mudou muito minha filha, graças a Deus. Sou aposentada, tiro meu salário. Minhas filhas trabalham, me ajudam” (Assentada 03). Apesar de serem aposentados e contar com contribuição de membros da família, esses assentados continuam trabalhando nas atividades de seus respectivos lotes agrícolas, pois esta é uma maneira de produzir os alimentos que consomem após o ciclo agrícola e também uma forma de gerar a renda excedente que tanto pode ser aplicada na aquisição de bens para a casa como também na construção de uma reserva, uma poupança a ser utilizada diante de eventuais necessidades.

Mesmo com um nível de renda difícil de ser quantificado, as famílias que vivem basicamente das atividades do lote, complementando-a em muitos casos com o programa Bolsa Família, valorizam a capacidade de administrar bem as contas garantindo o sustento da família com o pouco que dispõem, para não “precisar de ninguém”.

Moro aqui eu graças a Deus até hoje não precisei de ninguém, assim sobre de comer né? E pedir um balde de água, pedir um feijão, nada disso graças a Deus. Depois que eu tomei de conta nunca faltou comer, uma luz, uma água nunca atrasou, sempre eu pago quando chega o dia. Compro aquele tanto que dá pra pagar [...]. Pra eu mesmo não está melhor porque a mulher vive doente, tem vontade de operar e ela trabalha muito, todo dia ela “bate” uma ruma de pano, ela fala de comprar uma máquina daquela de lavar roupa, mas o cabra não pode né? E ela faz as coisas doente mesmo né, faz doente. Agora não sei quando ela vai tratar não [...]. Se o cabra não tiver dinheiro e for esperar por negócio do SUS, o cabra morre. (Assentado 09)

A expressão “compro aquele tanto que dá pra pagar” revela que a família pode se sentir privada de determinados recursos que gostaria de possuir, variando dos mais elementares como uma alimentação diversificada, aos mais modernos e utilitários como “uma máquina de lavar roupa”. Para Sen (2010, p.123) a “necessidade de participar da vida de uma comunidade pode induzir demandas por equipamentos modernos (televisores, videocassetes, automóveis etc.) em um país onde essas comodidades são quase universais”, mas no caso da família entrevistada o que leva a mãe de família a desejar uma máquina de lavar roupa não é a necessidade de diferenciar-se na vida da comunidade, mas sim a necessidade de usufruir de um próprio bem estar físico.

Discutimos neste capítulo que a renda extraída da terra às vezes não é suficiente para suprir a subsistência da família, sobretudo, em anos de inverno fraco. Por isso, mesmo dispondo de programas assistenciais do governo, alguns chefes de família do assentamento não são poupados de viajar para outras cidades ou estados para trabalhar. Neste caso o pai de família migra para trabalhar, por exemplo, como pedreiro ou cortador de cana das usinas com o objetivo de tentar garantir a aquisição de alimentos para a família, como assim justifica uma assentada através da seguinte afirmação: “O que a gente tem não é suficiente pra manter uma casa, manter a casa, comprar carvão, tudo isso tem que ser comprado e a ajuda que a gente tem é do governo, aí é o gás, aí tem a feira do mês, tem a energia, tem a água, aí com o dinheiro do “fome zero” praticamente não dá.” (Assentada 17)

O trabalho realizado distante da propriedade familiar pode ser feito também com a finalidade de juntar, poupar para aquisição de bens como aparelhos eletrônicos ou meios de transporte como motocicletas. Essa situação reproduz o que Woortmann (1990) compreende como o projeto coletivo da família, que contempla a ampliação de seu patrimônio material.

Entre os recursos materiais mais utilizados pelas famílias do PA Santa Verônica, encontra-se a motocicleta, comumente utilizada como meio de transporte que faz a ligação entre a agrovila e as cidades mais próximas e entre a agrovila e os próprios lotes agrícolas.

Depois que a gente chegou pra cá, melhoramos muito de vida, pra cá pra esse assentamento. Nós não tinha moto lá, aqui a gente tem, não tinha gado lá, morava assim na terra que era dos pais da gente. Era assentado, mas não era da gente, era dos pais da gente. E aqui é da gente né? Lá era um assentamento, mas é dos pais da gente. Aí nós viemos pra cá, agora é da gente mesmo. [...] Aí graças a Deus depois que nós chegamos pra cá, nós temos as nossas vacas de leite, tem boi de capinadeira, graças a Deus né? Tem carroça pra carregar uma água, uma lenha. Tudo depois que chegamos pra cá. Nós não tinha nada. (Assentado 16)

Por mais que a família tivesse um lugar para morar ela reconhecia que por não estar em seu próprio espaço, se encontrava privada de certos recursos. A oportunidade de se tornarem assentados representa a conquista de um bem que leva a aquisição de outros bens, como por exemplo, animais e instrumentos de trabalho.

Os casos de migração que foram constatados no assentamento atingem mais comumente os filhos dos assentados que resolveram, não espontaneamente, migrar para outras regiões com a justificativa de não encontrar emprego e condições satisfatórias para a realização de seus projetos.

O que a gente mais sonha e deseja né junto com a família? A família da gente está tudo junto né? Que é muito bom a família está tudo junto, mas só que eles ficam assim fora, que não tem ganho aqui. Eles ficam tudo, assim Rio de Janeiro, São Paulo, tenho dois filhos que o mais velho está lá faz três anos, tem um encostado a ele que chegou faz, fazia dois anos que estava lá nunca tinha vindo em casa, aí ele veio agora. E se tivesse tudo junto, a gente tudo junto, a família toda junta ficaria melhor né? Se tivesse aqui emprego, pra eles trabalharem aqui e não ir pra fora era muito bom isso aí. Eu ficava muito feliz se tivesse isso aí pra não precisar eles ir pra fora de casa. Mas fazer o que né? (Assentado 16)

Como já havíamos mencionado, a unidade familiar é um aspecto claramente valorizado pelos assentados, que manifestam o desejo de manter todos os membros da família no assentamento. No entanto, a necessidade de migrar ocasionada entre outras coisas pela carência de emprego no assentamento e na própria região, em certa medida provoca a ruptura das idealizações que permeiam o imaginário dos chefes de famílias. Para os adultos, o assentamento representa condição fundamental para proporcionar a estabilidade que almejam para suas vidas, no sentido de ter um lugar seguro para morar e trabalhar. Os jovens, porém, querem pensar no seu próprio projeto de vida, seja trabalhar ou estudar.

A migração dos jovens revela a preocupação dos pais quanto ao futuro dos filhos. Por mais que desejem outra profissão para os filhos, esses assentados não se sentem seguros ao ver os jovens se submetendo a longas viagens em busca de emprego. Outra fonte de preocupação é saber que ao chegar às cidades de destino, esses jovens passarão alguns anos para então poderem retornar ao assentamento para visitar a família.

A relação entre o futuro dos jovens e o futuro do assentamento é uma curiosidade interessante, considerando que 18% da população do PA tem idade entre 15 e 21 anos, a idade em que almejam entrar no mercado de trabalho, mas não encontram reais oportunidades de emprego na região. Discutimos anteriormente que as famílias querem ver os filhos estudando

para conseguir um futuro melhor, então surge o questionamento: esse futuro melhor passa pelo desejo de continuar no assentamento? Esta é uma resposta que não pode ser dada com este trabalho. Mas o futuro dos assentados de Santa Verônica já é por eles visualizado: “trabalhar pra deixar pra família né? A gente quando se muda deixar pra família. Muitos não fazem por onde deixar pra família né? Quando morrem.” (Assentado 07). Os assentados falam com muita convicção que sair do assentamento “só pra o cemitério”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade segundo Beck (2010) passa por um processo de ruptura que longe de representar um fim, configura um momento marcado pela continuidade que permite às ciências reavaliarem seus próprios objetos. É nesse contexto que o desenvolvimento científico e tecnológico, visto como princípio balizador da modernidade inaugurada com a era industrial e solução para todos os problemas inerentes à descoberta do mundo e da natureza, passa a ser criticado e questionado. Esse desenvolvimento baseado no progresso e na ideia de acumulação e apropriação de recursos não é capaz de oferecer explicações universais para o que seria a qualidade de vida das pessoas.

Por tais razões é que este trabalho, ao invés de tentar verificar a eficácia de índices comumente utilizados na avaliação da qualidade de vida das pessoas, procurou compreender como tais pessoas avaliam suas vidas, procurando dar visibilidade ao que priorizam para si. Ao escolher o PA Santa Verônica como lócus onde se poderia problematizar o objeto de estudo dessa dissertação, procuramos compreender como as mudanças ocasionadas pela experiência do assentamento se articulam com a avaliação feita pelas famílias a respeito de sua qualidade de vida. Desta forma, procuramos realizar uma análise alternativa ao uso de indicadores quantitativos, que tão frequentemente têm sido colocados como os únicos instrumentos para avaliação das experiências de assentamentos rurais.

Como já informado, esta pesquisa surgiu diante da curiosidade de entender em que medida um assentamento rural, espaço social permeado de conflitos, interesses e sonhos, mas também um espaço construído com muita luta e perseverança, pode ser considerado ponto de partida para referenciar a qualidade de vida de indivíduos e grupos. A inquietação maior consistiu em buscar entender que valores as famílias assentadas atribuem ao espaço do assentamento; quais elementos orientam a avaliação que fazem a respeito de sua qualidade de vida.

Com esta pesquisa pudemos compreender que a qualidade de vida das famílias do PA Santa Verônica é baseada nos seguintes elementos: possuir terra para morar e trabalhar, ter a possibilidade de oferecer a educação escolar para os filhos e ter condições de geração e acesso a rendas, alimentos e bens materiais. Ante a isto a qualidade de vida destas famílias é pensada a partir da articulação entre aspectos subjetivos como tranquilidade, felicidade, bem-estar da família e sentimento de realização pessoal, e aspectos objetivos, sobretudo, os proporcionados pela criação do assentamento, que pela oportunidade de acesso a terra possibilitou a aquisição de outros bens como casa, renda e serviços sociais. Desta forma a qualidade de vida é também

pensada a partir dos elementos trazidos pela criação do assentamento, elementos estes que em certa medida contribuíram para a ampliação da liberdade das pessoas e justificam porque as famílias valorizam viver neste lugar.

Com este trabalho, um de nossos objetivos foi compreender em que medida as alterações na qualidade de vida das famílias assentadas poderiam indicar algum grau de desenvolvimento e este foi um grande desafio, pois exigiu que de fato identificássemos de qual desenvolvimento estávamos falando. Em termos de “eficiência” e “viabilidade”, é notório que determinados bens elencados pelas famílias como os definidores de sua qualidade de vida operam com certa fragilidade. Neste caso destacamos, por exemplo, que algumas residências são pequenas demais para abrigar a quantidade de pessoas que existem na família, falta-lhes mais recursos para realizar o sonho de reformar a casa ou comprar os móveis que gostariam de possuir. Para exercitar a capacidade de utilizar a terra como um lugar de trabalho os assentados necessitam driblar as dificuldades ocasionadas pelas secas características do clima semiárido, além de lidar com a precária assistência técnica que lhes é oferecida. Necessitam conviver com a indisponibilidade de créditos e ainda com a exigência de pagar os financiamentos contraídos no período de constituição do assentamento.

Apesar destes problemas, os próprios assentados afirmam que vivem felizes da maneira como podem viver e que a vida que levam no assentamento é bem melhor do que a vida que tinham no passado. Por tais razões é que retomamos a ideia de que o desenvolvimento não se explica unicamente pela ideia de crescimento econômico e ampliação do acesso à renda, embora este seja um elemento importante para garantir que as pessoas vivam em condições dignas.

Esforçamo-nos também para entender a relação entre a criação dos assentamentos rurais no semiárido nordestino – região esta que tão comumente é reconhecida apenas pelas características físicas adversas, as quais refletem diretamente sobre aspectos sociais e econômicos de sua população, e que não raro é colocada a margem do processo de efetivação de grandes projetos – e o desenvolvimento. Para compreender esta questão procuramos analisar a partir da qualidade de vida percebida pelas famílias, em que medida os assentamentos podem ser pensados como estratégias de desenvolvimento (este visto enquanto ampliação de capacidades e realização de projetos de vida) e melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores rurais sem terra.

Os relatos de nossos informantes nos permitem afirmar que os assentamentos contribuem para a criação e manutenção de um lugar de trabalho e moradia onde a família tem a possibilidade de planejar melhor o seu próprio futuro. Possibilita acesso à terra a uma

categoria historicamente colocada à margem do processo de negociação e formulação de políticas públicas e, como já é bem demonstrado em inúmeras pesquisas a respeito do tema, à exemplo de Heredia (2004), contribui para uma tímida desconcentração fundiária na área onde é implantado, além de promover um maior dinamismo nesta região.

As mudanças provocadas pelo assentamento implicam em desenvolvimento na medida em que fundamentam a percepção das famílias assentadas sobre sua qualidade de vida, dimensão essencial para o processo de desenvolvimento. De acordo com Amartya Sen (2010) o desenvolvimento deve estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Vimos que a criação do PA Santa Verônica foi responsável pela melhoria da vida de muitas famílias em comparação com a vida que tinham antes de se tornarem assentadas.

Amartya Sen (2010) afirma ainda que a expansão das liberdades instrumentais é o principal meio para o desenvolvimento. No primeiro capítulo deste trabalho pudemos abordar sucintamente a respeito de tais liberdades: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Ao analisarmos a vida no assentamento, foi possível perceber que em certa medida os assentamentos rurais podem levar as pessoas a desfrutarem de determinadas liberdades políticas, como por exemplo, a liberdade para escolher seus próprios representantes políticos, um aspecto que antes da criação do assentamento poderia estar suprimido pela dependência com relação ao patrão, que em muitos casos pela relação direta com a política local, influenciava no próprio voto de seus empregados. Por outro lado, esse novo contexto não descarta a possibilidade de alinhamento ou de dependência com relação a determinado grupo político em troca de favores. O próprio modo de organização social comum aos assentamentos de modo geral, a associação, enfrenta embates relacionados à escolha dos seus respectivos representantes políticos, bem como ao modo de funcionamento.

A criação dos assentamentos contribui também para a ampliação de determinadas facilidades econômicas representadas, por exemplo, pela capacidade de produzir o necessário para suprir as necessidades de consumo de famílias que outrora não possuíam emprego, renda e moradia. No entanto, é preciso ter clareza de que a renda advinda das atividades produtivas realizadas nos assentamentos, muitas vezes não é capaz de promover a satisfação de determinadas necessidades.

Empiricamente pudemos observar que as pessoas se consideram satisfeitas com a vida que levam no assentamento, no entanto, elas próprias reconhecem que muitas outras liberdades ainda precisam ser conquistadas no PA, a exemplo de uma maior participação

política na vida da comunidade e certo crescimento econômico que seja capaz de possibilitar outras liberdades. É nesse sentido que outros estudos também apontam que a constituição dos assentamentos é um processo permeado por dificuldades e conflitos em que a “difícil transição de trabalhadores despossuídos [...] para a condição de produtores familiares, assentados em projetos oficiais não se realiza em pouco tempo e vem carregada de impasses.” (Ferrante e Barone, 2006, p.166).

A análise de indicadores quantitativos como, por exemplo, a renda extraída das atividades agrícolas, podem demonstrar as dificuldades envolvidas no processo de integração dos assentamentos rurais ao mercado. Este aspecto pôde, inclusive, ser identificado na dinâmica do nosso local de estudo, haja vista que existem famílias cuja produção agropecuária se destina quase exclusivamente ao próprio consumo. Produzir com a finalidade única de comer, sustentar a família, pode levar a ideia de que a experiência assentamento é economicamente inviável para estimular o desenvolvimento da região onde se localiza, mas por outro lado, muito pode falar a respeito do desejo de ter como alimentar a família, um princípio balizador da noção de qualidade de vida representada pelas famílias do PA Santa Verônica.

Ao finalizar este trabalho, observamos que enquanto no meio urbano se processam determinadas representações de um desenvolvimento baseado na lógica do que seria considerado moderno e economicamente viável, no meio rural, “pequenas” mudanças se processam através da criação dos assentamentos de reforma agrária. Mudanças estas que alteram a vida de famílias que almejam a materialização do sonho do acesso a terra, condição que amplia a possibilidade de garantia de outros direitos fundamentais como alimentação, trabalho e moradia e que, portanto, influenciam na própria avaliação que as famílias fazem a respeito de sua qualidade de vida.

Acreditamos que esta pesquisa foi importante porque, pelo caráter qualitativo e pelos recursos metodológicos utilizados, contribuiu para dar visibilidade a fatos e processos narrados por quem particularmente vivencia os embates da política pública. Ao ouvir relatos de pessoas que confiaram falar a respeito de histórias e sentimentos intensamente particulares, muitas vezes acompanhados por momentos de emoção e lágrimas, surgiram algumas indagações: por que as famílias da zona rural ainda permanecem marginalizadas diante das propostas para o desenvolvimento? Por que o rural ainda é visto como o lugar do atraso de neste espaço é possível viver com dignidade? De acordo com Gomes e Miranda (2013) nas últimas décadas muito se tem feito para superar a pobreza rural, especialmente no Nordeste, porém as estratégias ainda são realizadas de modo desarticulado.

Finalmente, pudemos compreender que, apesar dos problemas que concernem ao próprio modelo de implementação do INCRA, os assentamentos influenciam na qualidade de vida de seus beneficiários na medida que proporcionam o acesso a bens importantes para viverem dignamente e para planejarem melhor o próprio futuro, condições estas que antes da vida de assentado, muitas vezes tornavam-se invisíveis em razão da instabilidade representada pelo fato de não possuírem um local de trabalho e moradia.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária do Brasil no século XXI. **Agrária**, nº 1, p. 2-15, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas cidades. 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 2. Ed. São Paulo: Ática. 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 7. Ed. São Paulo: Cortez. 2005.

ANTUNES, Manuel de Azevedo. Do Crescimento Económico ao Desenvolvimento Humano em Tempos de Globalização. **Revista Lusófona de Ciências Sociais**. Lisboa, p. 73-83, 2004.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

BASTOS, Fernando. O desenvolvimento e a natureza simbólica do progresso. **Economia política do desenvolvimento**. Maceió, vol. 1, n. 1, p. 9-31, 2007.

BECK, Ulrich. Viver a própria vida num mundo em fuga: individualização, globalização e política. In: GIDDENS, Anthony; HUTTON, Will. **No limite da racionalidade**. Trad: Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Trad: Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOISIER, Sérgio. **Desarrollo (local): de qué estamos hablando?**. Santiago, 1999. Disponível em: <http://www.fediap.com.ar/administracion/pdfs/Desarrollo%20Local%20-%20De%20qu%C3%A9%20estamos%20hablando.pdf>

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. Trad: Paula Montero. In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p.82-121, 1976.

BRASIL. I PNRA, 1985.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**, 2003.

BRUNO, Regina. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra**. Rio de Janeiro: Forense/Universitária/UFRJ, 1997.

BUARQUE, Cristóvão. Qualidade de Vida: a modernização da utopia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 31 (93): 158-165, 1993.

CPRM. **Diagnóstico do município de Damião - PB**. Recife: CPRM, 2005.

CPRM. **Diagnóstico do município de Cacimba de Dentro - PB**. Recife: CPRM, 2005.

CROCKER, D. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 31: 99-133, 1993.

CUNHA, Luis Henrique, et al. A construção de índices como instrumentos para retratar a realidade social: uma análise crítica. In: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd. (coord.) **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005.

CUNHA, Luis Henrique; SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira; NUNES, Aldo Manoel Branquinho. A proteção da natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, v. 27 (01): 80-96, 2008.

D'AQUINO, Teresinha. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão – SP. In: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, 15 (43), 2001.

DELGADO, Guilherme C. A Questão Agrária no Brasil. In: JACCOUD, L. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, cap. 2, p. 51-90, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, n.6, p. 22-29, 1992.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Trad: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

EISENSTADT, S. N. Modernidades múltiplas. **Sociologia, Problemas e Práticas**. Lisboa, n 35, p.139-163, 2001.

ENRÍQUEZ, M. A. **Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec. 1996.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio; BURSZTYN, Marcel. Das sesmarias à resistência ao cercamento: Razões históricas dos fundos de pasto. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 385-400, 2010.

FERRANTE, Vera L. S. Botta; BARONE, Luís Antônio. O lugar dos assentamentos no desenvolvimento local/regional: dilemas e perspectivas futuras. **Revista Uniara**, Araraquara, n.17/18, p.155-180, 2006.

FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd. (coords). **Assentamentos em debate**. Brasília, NEAD, 2005.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1977.

GOMES, Ramonildes Alves. Representações sociais e culturais da qualidade de vida entre famílias de agricultores. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, n.2, p.261-272, 2002.

GOMES, Ramonildes Alves. **A qualidade de vida das famílias no perímetro irrigado de São Gonçalo: ética e racionalidade**. Recife: Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/CFCH). 2005.

GOMES, Ramonildes Alves; MIRANDA, Roberto de Sousa. Dinâmicas agrícolas, estratégias econômicas e pobreza rural no Nordeste do Brasil: especificidades regionais nos casos da cana-de-açúcar, da fruticultura irrigada e da soja. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno. (orgs.) **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional**. Brasília: IICA, 2013.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene. C. (org.) **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**. Niterói: Eduff, 2000.

HEREDIA, Beatriz. et, al. **Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília, 2004.

IENO NETO, Genaro. **Assentamentos rurais e desenvolvimento: Em busca de sentido – O projeto lumiar na Paraíba**. João Pessoa: Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Campina Grande, 2005.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo; CABRERA, Olga; SIMSON, Olga R. de M. von; MENEZES, Marilda Aparecida. Uma entrevista em análise: olhares diversos. **Revista Pesquisa Qualitativa**, Bauru, ano 2, v.1, p.55-98, 2006.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde (org.) **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária: Questão de terra ou de gente?** São Paulo: Contexto, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 11(2), p. 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A luta pela terra na história recente do Brasil.** (Apoio à pesquisa do Programa Cientistas do Nosso Estado, Faperj), 2003.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: Reforma agrária em migalhas.** Niterói: EDUFF, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: Quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar. (orgs). **Geografia agrária: teoria e poder.** São Paulo: Expressão Popular. (2007)

NUSSBAUM, M. C. & SEN, Amartya. (compiladores). **La calidad de vida.** México D.F, Fondo de Cultura Econômica, 1996.

PAIVA NETO, F. F. de. A fé e a luta: memórias do padre Luigi pescarmona sobre a reforma agrária na Paraíba (décadas de 1980 e 1990). In: **I Simpósio Internacional de Ciências das Religiões.** João Pessoa, 2007.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados.** São Paulo, v.3 n.7, 1989.

PEREIRA, Cloviomar Cararine. **“Devo não nego, pago quando puder”:** entendendo a inadimplência no assentamento rural casas altas. Seropédica (RJ). Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A disputa político-ideológica entre a reforma agrária redistributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1994-2005). **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n.3, p.611-646, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.26, n.3, 2011.

PRADO Jr, Caio. **A questão agrária.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966.

RANGEL, Ignácio. **Questão Agrária, Industrialização e crise urbana no Brasil.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

SACHS, Ignacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, 9 (25), 1995.

SANTOS, Franqueline Terto dos. **A "recuperação" de assentamentos rurais em questão: a experiência do Assentamento Rendeira – Alagoas**. Campina Grande: Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

SAUER, Sérgio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd. (coord.) **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005.

SAYAGO, Doris. Os conselhos de desenvolvimento territorial: entre a participação e a representação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté. v. 3, n. 4, p. 9-21, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v.16, p. 164-184, 2001.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n.28-29, 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n.16, 2006.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

STEDILE, João Pedro. **MST: 25 anos de lutas, resistência e conquistas**. In: Pastoral da Terra. Nº 195, Goiânia, 2009.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. "Morar e trabalhar": o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza, et. al. **Travessias: A vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos da População**. Jan/Jun, 1990.

# APÊNDICE

**Apêndice 01 – Questionário**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
(MESTRADO) – UEPB/UFPG**

**QUESTIONÁRIO - DIAGNÓSTICO**

Número identificador: \_\_\_\_\_

**A. DADOS SOBRE A UNIDADE FAMILIAR**

1- Família: \_\_\_\_\_

2- Mora há quanto tempo no Assentamento Santa Verônica?

( ) Desde a criação ( ) + de 5 anos ( ) + de 10 anos ( ) – de 5 anos

(Caso tenha nascido na propriedade, indicar NASCEU NA PROPRIEDADE)

3- É proveniente de que local? \_\_\_\_\_

4 – Participou do processo de mobilização em prol da implantação do assentamento?

( ) Sim. ( ) Não

Se sim, como se deu sua participação? \_\_\_\_\_

4.1 – O que lhe motivou a morar no Assentamento Santa Verônica?

( ) a família

( ) oportunidade de trabalho

( ) indicação de alguém

( ) porque é o lugar de origem

( ) oportunidade de melhoria de vida

( ) Outros motivos \_\_\_\_\_

4.2 – Considera que houve melhoria nas condições de vida da família após a mesma vir morar no assentamento?

( ) Sim

( ) Não.

Se sim, em que medida melhorou a condição de vida?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4.3 – Já pensou em deixar o lote?

( ) Sim. ( ) Não



11 - A mãe da família veio de onde:

- Já morava na antiga fazenda Santa Verônica  
 Morava em propriedade nas vizinhanças da Fazenda Santa Verônica  
 Residia na área rural do município de Damião  
 Residia na área urbana de Damião  
 Residia na área rural em outro município. Especificar:

\_\_\_\_\_

Residia na área urbana de outro município. Especificar: \_\_\_\_\_

## **B. INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO DE ASSENTAMENTO E O LOTE DA FAMÍLIA ASSENTADA**

12 – O projeto de assentamento é atendido por:

- Escola. Que nível da educação básica é oferecido?

\_\_\_\_\_

Posto médico ou serviços de saúde. Com que frequência acontece tais serviços? \_\_\_\_\_

Energia elétrica ( ) Sim ( ) Não

Rodovias estaduais ( ) Sim ( ) Não

Água encanada ( ) Sim ( ) Não

Transporte público ( ) Sim ( ) Não

Igrejas ( ) Sim ( ) Não

Associações ( ) Sim ( ) Não

13 - Qual é o tamanho do lote? \_\_\_\_\_

13.1 Considera o tamanho do lote suficiente para desenvolver suas atividades?

Sim

Não

14 – O lote possui:

- Chiqueiro/ aves  
 Chiqueiro/ porco  
 Chiqueiro/ caprinos e ovinos  
 Curral  
 Área de pasto natural (solta)  
 Pasto plantado (capineira)  
 Carroça  
 Máquinas  
 Ferramentas de trabalho  
 Sementes  
 Cisterna

14. 1- Que animais são criados pela família?

Galináceos. Quantos? \_\_\_\_\_

- ( ) Bovinos. Quantos? \_\_\_\_\_ \*
- ( ) Caprinos. Quantos? \_\_\_\_\_
- ( ) Ovinos. Quantos? \_\_\_\_\_
- ( ) Equinos/asinos. Quantos? \_\_\_\_\_
- ( ) Suínos. Quantos? \_\_\_\_\_
- ( ) Peixes

14. 2 - Qual a principal atividade da família? \_\_\_\_\_

14.3 – Há quanto tempo desenvolve essa atividade?

- ( ) Menos de 5. Quantos anos? \_\_\_\_\_
- ( ) Mais de 5 anos
- ( ) Mais de 10 anos
- ( ) Mais de 20 anos
- ( ) Mais de 30 anos

### **Informações sobre as atividades agropecuárias**

15 - O que é plantado no roçado? Numere de acordo com a participação na área plantada e a importância referida pelo informante:

- ( ) milho      ( ) feijão      ( ) mandioca      ( ) batata
- ( ) algodão      ( ) fruteiras      ( ) hortaliças
- ( ) outros. Especificar: \_\_\_\_\_

16 - A família recebe algum tipo de assistência técnica para a produção agrícola?

- ( ) Sim      Especificar: \_\_\_\_\_
- ( ) Não

17 - A família participa de algum cultivo coletivo?

- ( ) Sim
- ( ) Não

18 - Qual o sistema de cultivo adotado?

- ( ) rotação de culturas
- ( ) consórcio de culturas
- ( ) monocultura
- ( ) policultura
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

19- Exerce atividade pecuária?

- ( ) Sim
- ( ) Não

**Se não passar para questão 28**

20- De que maneira começou na atividade da pecuária (bovinos, caprinos e ovinos)?  
(podem ser marcadas 2 opções)

- Aprendeu a atividade com os parentes (pais, avós etc.)
- Através de associação com os vizinhos
- Aquisição de animais com recursos próprios
- Aquisição de animais a partir de incentivos de programas
- A partir de incentivo de crédito pelo PRONAF
- Outros. Especificar \_\_\_\_\_

21 - Na propriedade, a pecuária (bovinos, caprinos, ovinos) é voltada principalmente para: **(2 podem ser marcadas)**

- Bovinocultura de corte
- Bovinocultura de leite
- Caprinocultura de corte
- Caprinocultura de leite
- Ovinocultura (corte)

22- Qual o destino da produção da pecuária de corte na propriedade? (mais de uma pode ser marcada)

- Feira de animais. Em que cidade(s) vende os animais \_\_\_\_\_
- Consumo próprio
- Atravessador
- Matadouro
- Frigorífico/açougues
- Supermercados
- Programa de aquisição de alimentos
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

23 - Qual o destino da produção leiteira na propriedade?

- Feira livre
- Consumo próprio
- Venda direta na cidade
- Atravessador
- PAA- Leite
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

24 – A família participa de alguma associação/cooperativa?

- Sim.  Não

Se sim Qual? \_\_\_\_\_

Desde quando? \_\_\_\_\_

### **C. INFORMAÇÕES SOBRE TRABALHO E RENDA**

28 - O pai da família exerceu outros tipos de trabalho antes de ser assentado?

- Não  
 Sim. Que trabalhos? \_\_\_\_\_

29 - A mãe da família exerceu outros tipos de trabalho antes de ser assentada?

- Não  
 Sim. Que trabalhos? \_\_\_\_\_

30 - Quais as fontes de renda não-agrícolas que a família possui?

- Não possui renda não-agrícola  
 Aposentadoria.  
 Programas assistências dos governos federal, estadual ou municipal.  
 Quais? \_\_\_\_\_  
 Salário  
 Comércio

31 - Algum membro da família exerce alguma atividade não agrícola remunerada?

- Sim.       Não  
 Se sim qual? \_\_\_\_\_  
 Onde? \_\_\_\_\_

32 - Algum membro da família exerce alguma atividade agrícola remunerada fora da área familiar?

- Sim       Não  
 Se sim onde? \_\_\_\_\_  
 Com que frequência? \_\_\_\_\_  
 Qual a forma de remuneração? \_\_\_\_\_

#### **D. USO DOS RECURSOS NATURAIS**

33 - Onde a família pega água para beber?

- Açude. Qual? \_\_\_\_\_  
 Tanque natural. Qual? \_\_\_\_\_  
 Poço. Qual? \_\_\_\_\_  
 Cisterna. Qual? \_\_\_\_\_  
 Barreiro. Qual? \_\_\_\_\_  
 Adutora

34 - Com que frequência a família pega água para beber?

- uma vez por semana  
 duas vezes por semana

- três vezes por semana  
 Todos os dias

35 - Onde a família busca água para gasto?

- Açude. Qual? \_\_\_\_\_  
 Tanque natural. Qual? \_\_\_\_\_  
 Poço. Qual? \_\_\_\_\_  
 Cisterna. Qual? \_\_\_\_\_  
 Barreira. Qual? \_\_\_\_\_  
 Adutora

36 - Como a família faz para dar água aos animais?

- Animais vão beber em açude. Qual? \_\_\_\_\_  
 Animais vão beber em tanque natural. Qual? \_\_\_\_\_  
 Família pega água de poço. Qual? \_\_\_\_\_  
 Família usa água de cisterna. Qual? \_\_\_\_\_  
 Animais vão beber em um barreiro. Qual? \_\_\_\_\_  
 Pega água da adutora

37 - Com que frequência a família busca água para os animais?

- uma vez por semana  
 duas vezes por semana  
 três vezes por semana  
 Todos os dias

38 - A família exerce algum tipo de atividade de caça?

- Sim                       Por lazer. O que? \_\_\_\_\_  
                                  Para vender. O que? \_\_\_\_\_  
                                  Para comer. O que? \_\_\_\_\_  
 Não

39 - A família pesca?

- Não  
 Sim. Onde? \_\_\_\_\_

40 - A família já esteve envolvida em algum conflito sobre uso de algum recurso da propriedade? Qual recurso? Quando? Com quem era o conflito? Como foi solucionado?

---

---

**Apêndice 02 - Roteiro de entrevista semiestruturada**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
(MESTRADO) – UEPB/UFPG**

1. Me conte sobre sua história de vida desde a infância até os dias de hoje.
  - a) Infância
    - Família (sociabilidade dos membros da família, pais, irmãos etc; educação; saúde; religião; situação econômica da família – trabalho etc)
    - Como avalia a vida neste período
  - b) Fase adulta
    - Momento em que constituiu família
    - Como era a vida em família/vivia de quê
    - Como avalia a vida neste período
    - Condições para geração de renda, realização pelo trabalho
  - c) Fase da implantação do assentamento
    - Motivos da vinda
    - Momento de chegada ao local
    - As negociações, decisões no momento da ocupação e depois da criação do assentamento
  - d) O momento atual
    - Como é a vida hoje
    - Como avalia a vida da família hoje no assentamento
    - Quais os desejos e expectativas
    - O que frustrou na ida para o assentamento